

1 **ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**
3 Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniu-
4 se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a
5 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
6 MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite,
7 Aline Sampaio Rodrigues Schmidt, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana Maria Frattini
8 Fileti, Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Andréia Galvão, Anna
9 Christina Bentes da Silva, Antonio Salvador Pedretti Neto, Ariovaldo José da Silva, Arnaldo
10 César da Silva Walter, Augusto César da Silveira, Carmenlucia Santos Giordano Penteado,
11 Célio Hiratuka, Cesar José Bonjuani Pagan, Claudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato,
12 Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel Martins de Souza, Débora Cristina Jeffrey, Dirce Djanira
13 Pacheco e Zan, Dirceu Noriler, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos Santos José, Eliana da
14 Silva Souza, Esther Luna Colombini, Eva Lopes Teixeira, Fernando Antonio Santos Coelho,
15 Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar,
16 Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo Aoki, Hernandes Faustino de Carvalho,
17 Hugo Enrique Hernandez Figueroa, Ivan Felizardo Contrera Toro, Joana Fróes Bragança
18 Bastos, João Paulo Borin, José Antonio Rocha Gontijo, José Henrique Toledo Correa, José Luis
19 Pio Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Kaylan Rodrigues, Kethlyn Kethriny da
20 Costa Brito, Livia Veríssimo Campos Silva, Lucas Ildefonso Buscaratti, Luiz Seabra Junior,
21 Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Antônio Cataia, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi
22 Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Milena Pavan Serafim, Mônica Alonso Cotta,
23 Muriel de Oliveira Gavira, Noel dos Santos Carvalho, Patricia Kawaguchi Cesar, Paulo
24 Eduardo Neves Ferreira Velho, Paulo José Rocha de Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da
25 Silva, Rachel Meneguello, Rafael Silva Marconato, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha
26 Matheus Rodrigues, Rodolfo Jardim de Azevedo, Rodrigo Ramos Catharino, Sandro Dias,
27 SeyedMehdi Mohammadizadeh, Silvia Cristina Franco Amaral, Simone Appenzeller, Verónica
28 Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais,
29 compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alcides José Scaglia, Maria Silvia
30 Viccari Gatti, Roberto Donato da Silva Junior, Silvia Maria Santiago e Zigomar Menezes de
31 Souza; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat
32 Silvado; e os senhores Everaldo Pinheiro, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique
33 Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da
34 Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Márcio Alberto Torsoni, sendo
35 substituído pela conselheira Milena Pavan Serafim; Odilon José Roble, sendo substituído pelo
36 conselheiro João Paulo Borin; Leonardo Lorenzo Bravo Roger, sendo substituído pela
37 conselheira Carmenlucia Santos Giordano Penteado; Leandro Aparecido Villas, sendo
38 substituído pela conselheira Esther Luna Colombini; Samuel Rocha de Oliveira, sendo
39 substituído pelo conselheiro Noel dos Santos Carvalho; Felipe Machado Savedra, sendo
40 substituído pelo conselheiro Lucas Ildefonso Buscaratti; Emily Lourdes Mendes de Sá, sendo

1 substituída pela conselheira Lívia Veríssimo Campos Silva; Valentina Spedine Sierra; Sarah de
2 Medeiros Pinheiro Souza; Ângelo Roberto Biasi; João Mateus Silva Feitoza; Bruno Gomes
3 Ximenes, sendo substituído pela conselheira Eva Lopes Teixeira; Marcílio Alves; e Eduardo
4 Gurgel do Amaral, sendo substituído pelo conselheiro José Henrique Toledo Correa. Havendo
5 número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Octogésima Sexta Sessão
6 Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de
7 forma presencial. Solicita aos membros titulares que façam o *login* no *site* da Secretaria Geral
8 para que suas presenças sejam registradas e para que recebam as cédulas de votação. Quando
9 estiverem logados, todos os documentos ficarão acessíveis. Lembra que é imprescindível que
10 os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da SG. Caso a
11 cédula de votação não apareça para algum conselheiro, pede que aguarde a finalização da
12 votação em curso e, em seguida, peça a palavra para declarar seu voto no microfone. Para
13 manifestação, os conselheiros deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco
14 minutos para a Ordem do Dia e de três minutos para o Expediente. A inscrição para o
15 Expediente deve ser realizada por meio do livro de inscrições que se encontra sobre a mesa
16 lateral à sua direita. Informa que na antessala do Consu há um formulário para fazer a indicação
17 prévia de nome de representante da Unicamp para compor a lista tríplice para o Conselho
18 Superior da Fapesp, referente ao item 02 da Ordem do Dia, que ficará à disposição até o início
19 da discussão deste item. Dá as boas-vindas à professora Doutora Débora Cristina Jeffrey,
20 diretora da Faculdade de Educação, para mandato de 04.05.24 a 03.05.28, e aos professores
21 Marcílio Alves e Mayana Zats, respectivamente titular e suplente, indicados pela Fapesp, como
22 membros da comunidade externa junto ao Consu, para mandato complementar de 20.05.24 a
23 31.08.25. Informa que está disponível no *site* da Secretaria Geral o parecer da Comissão de
24 Legislação e Normas referente ao item 01 da Ordem do Dia. Em seguida, submete à apreciação
25 a Ata da Terceira Sessão Extraordinária de 2023, realizada em 12 de dezembro de 2023,
26 consultando se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada
27 com 09 abstenções. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Octogésima Quinta
28 Sessão Ordinária, realizada em 26 de março de 2024, consultando se há observações. Não
29 havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 09 abstenções. Passa à Ordem
30 do Dia, com 14 itens, ao Adendo à Ordem do Dia, com 03 itens, e à Ordem do Dia Suplementar,
31 com 02 itens. Os itens 01, 02, 05, 10, 11 e 13 da Ordem do Dia já estão destacados pela Mesa:
32 item 1 – Proc. nº 01-P-2915/2018; item 2 – Proc. nº 01-P-17653/2024; item 3 – Proc. nº 01-P-
33 14378/2023; item 5 – Proc. nº 01-D-49851/2023; item 6 – Proc. nº 15-D-3586/2024 –, do
34 Hospital de Clínicas; item 10 – Proc. nº 01-D-17250/2024; item 11 – Proc. nº 01-D-17260/2024;
35 item 13 – Proc. nº 07-P-19285/2023 –, de Michel Georges Albert Vicentz. Também estão
36 destacados o item 03 do Adendo à Ordem do Dia – Proc. nº 02-P-4538/2024 –, e os itens 01 e
37 02 da Ordem do Dia Suplementar: item 1 – Proc. nº 01-D-18212/2024; item 2 – Proc. nº 01-P-
38 10278/2023. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. A Conselheira VERÓNICA
39 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ destaca o item 06 – Proc. nº 15-D-3586/2024 –, do Hospital
40 de Clínicas. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO destaca o item 03 da

1 Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-14378/2023. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR
2 também solicita destaque do item 03 da Ordem do Dia. A Conselheira ANA MARIA ALVES
3 CARNEIRO DA SILVA destaca os itens 01 e 02 do Adendo à Ordem do Dia: item 1 – Proc.
4 nº 01-P-16953/2024; item 2 – Proc. nº 01-P-13600/2024 –, que trata de proposta de Deliberação
5 Consu que institui o Programa de Professor Sênior e Pesquisador Sênior da Unicamp. Não
6 havendo mais destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os itens não destacados
7 da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os
8 seguintes processos: D – Perfil Acadêmico de Professor Titular (MS-6) e Critérios e
9 Procedimentos para realização de Concursos para provimento de cargo de Professor Titular –
10 Alteração de Deliberação Consu – 04) Proc. nº 36-P-5482/2011 – Proposta de Deliberação
11 Consu que dispõe sobre o Perfil Acadêmico de Professor Titular (MS-6) da Carreira do
12 Magistério Superior (MS) da Faculdade de Ciências Aplicadas, revogando a Deliberação
13 Consu-A-15/2011. F – Suplementação de Recursos do PPI – 07) Proc. nº 01-P-10977/2023, da
14 Diretoria Executiva de Planejamento Integrado – Solicitação de recursos do PPI pela Diretoria
15 Executiva de Planejamento Integrado, no valor de R\$23.779.762,35, para atender à conclusão
16 do Laboratório de TI da Feec (no valor de R\$5 milhões) e à construção do Prédio da Música do
17 Instituto de Artes (no valor de R\$18.779.762,35) - Informação Aeplan nº 479/24, Pareceres
18 COP/Consu-04/24 e CAD-03/24. 08) Proc. nº 12-D-31168/2023, do Colégio Técnico de
19 Campinas – Suplementação de recursos do PPI pelo Colégio Técnico de Campinas, no valor
20 total de R\$1.368.435,43, para aquisição de diversos bens e serviços para atender ao novo prédio
21 anexo do Colégio Técnico de Campinas - Informação Aeplan nº 468/24, Pareceres COP/Consu-
22 06/24 e CAD-05/24. 09) Proc. nº 06-D-35581/2023, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba
23 – Suplementação de recursos do PPI pela Faculdade de Odontologia de Piracicaba, no valor
24 total de R\$7.533.803,20, para aquisição de diversos materiais e serviços para atender ao novo
25 Centro Clínico Multidisciplinar da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Informação
26 Aeplan nº 472/24, Pareceres COP/Consu-05/24 e CAD-04/24. H – Pós-Graduação – Artigo 83,
27 inciso II do § 1º da Deliberação Consu-A-10/2015 – 12) Proc. nº 02-P-6096/2020, da Faculdade
28 de Ciências Médicas – Proposta de criação do Programa de Pós-Graduação Mestrado
29 Acadêmico em Ensino e Saúde – Aprovada pela Congregação em 23.02.24 – Deliberação
30 CCPG-12/24 e Parecer Cepe-04/24. J – Convênio, Contrato e Termo Aditivo – A ser celebrado
31 – Para Aprovação – Deliberação Consu-A-16/2022 – 14) Proc. nº 01-P-5559/2024, da Agência
32 de Inovação da Unicamp – Contrato de Ajuste de Propriedade Intelectual – Partes: Unicamp e
33 Instituto de Pesquisas Eldorado – Executores: Renato da Rocha Lopes e Marina Luciana da
34 Silva – Vigência: 05 anos – Resumo do Objeto: Estabelecer as condições de Propriedade
35 Intelectual entre as partes acerca de eventuais resultados, considerados ativos de propriedade
36 intelectual passíveis ou não de proteção, provenientes da execução do projeto
37 “Desenvolvimento de um modelo de aprendizado de máquina para prever a duração da bateria
38 em dispositivos celulares” – Deliberação: Cacc. O MAGNÍFICO REITOR sugere algumas
39 inversões de pauta na discussão dos itens destacados, porque existem itens que precisam decidir
40 necessariamente hoje, em particular em relação ao reajuste salarial e do vale-refeição, e a

1 sequência depende um pouco da urgência do tema. Se não houver problema, estariam focados
2 naqueles tópicos que são mais necessários. O plenário concorda com a ordem sugerida pelo
3 Magnífico Reitor. Passa ao item 01 da Ordem do Dia - Proc. nº 01-P-2915/2018 -, que trata
4 da proposta de deliberação Consu que altera o artigo 63 dos Estatutos, artigo 123 do Regimento
5 Geral da Unicamp e artigos 4º e 17 do Regimento Interno do Consu, alterando o nome da Pró-
6 Reitoria de Extensão e Cultura para Pró-Reitoria de Extensão, Esporte e Cultura - ProEEC. O
7 assunto foi destacado pela Mesa. Passa a palavra ao professor Fernando Coelho. O Conselheiro
8 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que primeiro é preciso fazer uma correção
9 nos textos, porque saiu “Esportes” e o correto é “Esporte”. O Consu no final do ano passado
10 aprovou a política de esporte, e junto com ela a Diretoria de Esporte e o Conselho de Esporte.
11 E durante toda a discussão que envolveu o GT que foi constituído para esse objetivo, uma das
12 coisas de que se falou bastante era o fato de que, uma vez que tenham criado uma Diretoria de
13 Esporte, seria extremamente importante que sinalizassem para a comunidade onde essa
14 diretoria estava e de que maneira ela iria agir. Então um dos primeiros pedidos que foram feitos
15 por esse GT é que localizassem o esporte em algum local da pró-reitoria. Dessa forma, acharam
16 que seria conveniente, até mesmo por uma questão de sinalizar para toda a comunidade onde a
17 política de esporte vai ser implementada e executada, que fizessem uma alteração e incluíssem
18 “esporte” no nome da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, que passaria a se chamar Pró-Reitoria
19 de Extensão, Esporte e Cultura. Após várias tentativas de nomes, esse lhes pareceu o mais
20 adequado porque não mudam muito a sonoridade da sigla atual. Aproveitaram também para
21 fazer uma proposta de modificação do logotipo, incluindo esse novo “E”. Esse logotipo foi
22 desenhado de maneira que pudessem pensar na integração entre extensão, esporte e cultura.
23 Coloca-se à disposição para responder às indagações. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO
24 DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que os documentos da pauta citam dossiê de 2018 ao qual
25 não tiveram acesso. Também não tiveram tempo de discutir a mudança do nome nas unidades,
26 mas observa que quando chega a mudar o nome de uma pró-reitoria, significa que há uma
27 política muito esclarecida de qual é a atuação de fato daquela área. Solicita que o professor
28 Fernando Coelho comente um pouco mais o que muda a partir de agora, porque as mudanças
29 são só de nome no estatuto, não aparece nenhuma mudança de conceito, que talvez esteja nesse
30 dossiê ao qual não tiveram acesso. Quer saber conceitualmente o que muda para a
31 Universidade, no que isso vai estar *pari passu* com a cultura e com a extensão, onde ela vai se
32 encaixar como uma categoria nova de importância no nível da pró-reitoria. O Conselheiro
33 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO responde que muda tudo, no sentido de que pela
34 primeira vez a Universidade passa a ter uma política que congrega todas as ações do esporte e
35 pensar o esporte como política institucional. Hoje na Universidade há várias ações que
36 acontecem, por exemplo, com as atléticas, soltas da estrutura administrativa. Elas não têm
37 financiamento obrigatório ou locais de financiamento, os financiamentos normalmente são
38 feitos por demanda caso a caso ao Gabinete. Então, a ideia é ter uma estrutura que organize
39 todas as atividades de esporte e pense o esporte como atividade institucional, e a partir disso
40 façam todas as interações esperadas com a cultura e com a extensão. E, obviamente, expandir

1 o que se pensa de esporte, com uma interação ainda mais eficiente e mais efetiva com
2 confederações, com toda a estrutura de esporte, Ministério do Esporte, de maneira que consigam
3 ter uma área bem estruturada, e pela importância estratégica que isso representa para a
4 Universidade, que deva realmente constar dentro de uma pró-reitoria. Isso está nos documentos
5 do GT, todo o pessoal do Conex recebeu isso e várias pessoas do Conex participaram dessa
6 discussão. E uma das coisas também que atendem com isso é a questão de que a Universidade,
7 embora tenha excelência em várias áreas, não tinha uma política de esporte concebida. Então,
8 o esporte não está sendo incluído no nome da pró-reitoria porque se quer incluir; a pró-reitoria
9 passa a ser a responsável institucional para que essa política possa ser alavancada, agora de uma
10 forma organizada, tornando o papel da Universidade na área de esporte também destacado. É
11 mais ou menos essa a ideia de concepção que está por trás de criar primeiro a política de esporte
12 e toda a estrutura de esporte que vem para administrar isso. Não havendo mais observações, o
13 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, sendo aprovada com 69 votos favoráveis
14 e 03 abstenções, através de votação nominal, obedecendo à exigência de 2/3 dos votos dos
15 membros em exercício, conforme lista anexa. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-17653/2024 –,
16 que trata da composição da lista tríplice para escolha de representante da Unicamp no Conselho
17 Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, para mandato
18 de seis anos. O Conselho Superior é composto por um conjunto de membros, representantes de
19 universidades, de instituições de pesquisa e também da sociedade. Receberam em abril de 2024
20 uma carta do presidente do Conselho, professor Marco Antônio Zago, solicitando a indicação
21 de um novo conselheiro, já que o conselheiro atual que representa a Unicamp, o professor
22 Ronaldo Aloise Pili, terá seu mandato encerrado em 2 de julho de 2024. A USP tem três
23 posições no Conselho Superior da Fapesp, a Unesp tem uma posição, a Unicamp tem uma
24 posição e existe uma posição das outras universidades, que têm um processo um pouco diferente
25 de escolha. Os mandatos da USP e da Unesp se encerraram antes do da Unicamp e os processos
26 já foram feitos, de formas diferentes. No caso da Unesp, a Administração indicou uma pessoa,
27 e no caso da USP foi realizado o processo no Conselho Universitário com três listas tríplices,
28 uma da área de Engenharia e Exatas, outra da área de Biomédicas, e uma da área de
29 Humanidades; essas três listas foram para o governador, que indicou os três membros da USP.
30 A Administração da Unicamp discutiu e decidiu que o mais correto seria fazer a escolha no
31 Conselho Universitário, com três votações, cada escrutínio na sequência, o primeiro vai ser para
32 o primeiro nome da lista, o segundo para o segundo e assim por diante. Obviamente, quem foi
33 escolhido no primeiro lugar não participará do segundo escrutínio, assim como a pessoa que foi
34 escolhida em segundo lugar não participará do terceiro escrutínio. De forma que vão ficando só
35 aqueles que não tiveram maioria em cada um dos escrutínios. A votação será feita por
36 computador, com voto secreto, não é o sistema que utilizam nas votações normais do Conselho
37 Universitário, e será necessário acessar o *e-mail* institucional nos computadores da sala de
38 reuniões. Cada participante receberá um *link* único para acesso à cédula de votação e de uma
39 única tentativa, sendo que após o depósito do voto não será mais possível a sua alteração. Caso
40 o *e-mail* não seja encontrado na caixa de entrada, o conselheiro deve verificar a lixeira e o *spam*

1 do *e-mail* para ver se há algum problema. Se nenhum *e-mail* for recebido em um prazo de dois
2 minutos, o participante deverá notificar os organizadores para que seja enviado novamente o *e-*
3 *mail*. Em cada uma das votações, o conselheiro só poderá votar em um nome; a ideia é que
4 justamente se defina quem é o primeiro da lista em um contraste direto entre os candidatos. A
5 votação é secreta e será feita por meio da plataforma LimeSurvey. Após o voto, o participante
6 receberá um *e-mail* de confirmação atestando a sua participação e depósito da cédula de
7 votação. O resultado de cada votação será divulgado logo após a sua apuração para que o nome
8 escolhido em cada um seja retirado do escrutínio seguinte. As indicações já foram feitas, vai
9 haver um período de cinco minutos por candidatura para justificativa da indicação. Passa à
10 leitura dos nomes dos candidatos: professor Lauro Tatsuo Kubota, do Instituto de Química,
11 indicação do professor Claudio Francisco Tormena; a professora Claudia Maria Bauzer
12 Medeiros, indicada pela professora Juliana Freitag Borin; o professor Sergio Luiz Monteiro
13 Salles Filho, indicado pela pesquisadora Ana Maria Alves Carneiro da Silva; o professor
14 Antonio José de Almeida Meirelles, indicado pelos professores Célio Hiratuka, do Instituto de
15 Economia, e Petrilson Alan Pinheiro da Silva, do Instituto de Estudos da Linguagem; o
16 professor Alvaro Penteadó Crósta, indicado pelo professor Márcio Antônio Cataia; e o
17 professor Carlos Alfredo Joly, indicado pelo professor Hernandes Faustino de Carvalho. Por
18 motivos óbvios, vai transferir a presidência da Sessão para a professora Maria Luiza e vai se
19 retirar, voltando ao final da votação do item. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI, na
20 presidência dos trabalhos, diz que vai chamar os professores responsáveis pelas indicações, pela
21 ordem da lista que recebeu, sendo que cada um terá cinco minutos para apresentar o candidato.
22 No caso em que dois professores indicam o mesmo candidato, cada um terá dois minutos e meio
23 para defender sua indicação. Passa a palavra ao professor Claudio Tormena, que indica o
24 professor Lauro Kubota. O Conselheiro CLAUDIO FRANCISCO TORMENA diz que o
25 professor Lauro Kubota, 59 anos, é bacharel em Química pela Universidade Estadual de
26 Londrina em 1985, mestre em Química Analítica pela Unesp em 1988 e doutor em Química
27 pela Universidade Estadual de Campinas em 1993. Realizou o pós-doutorado na Lund
28 University, na Suécia, de 1997 a 1998. Depois foi professor assistente da Faculdade de Ciências
29 da Unesp em Bauru de 1989 a 1994, e ingressou na Unicamp em 1994 como professor assistente
30 doutor. Tornou-se livre-docente em 2000, em 2001 professor associado, e em 2009 professor
31 titular pelo Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas. Foi coordenador da
32 Central Analítica do Instituto de Química de 2002 a 2008, coordenador de pesquisa de 2008 a
33 2014 e diretor do Instituto de Química de 2014 a 2018. Desde 2008 é coordenador do Instituto
34 Nacional de Ciência e Tecnologia de Bioanalítica, o INCTBio, publicou mais de 400 artigos
35 em periódicos especializados com seletiva política editorial, os quais receberam cerca de 15 mil
36 citações com índice H 66 pelo Web of Science. É coautor de 26 patentes, participou do
37 desenvolvimento de vários produtos tecnológicos, orientou 18 dissertações de mestrado, 36
38 teses de doutorado, supervisionou 32 pós-doutores, além de ter orientado 26 trabalhos de
39 iniciação científica na área de Química. Recebeu vários prêmios e homenagens, dentre elas a
40 Láurea Acadêmica do Curso de Química da Universidade Estadual de Londrina em 1985, o

1 Prêmio Governador do Estado de São Paulo de Invento do ano de 2000, Prêmios Zeferino Vaz
2 em duas ocasiões, 2004 e 2023, e Ordem Nacional do Mérito Científico na classe Comendador
3 em 2011 e na classe Gran Cruz em 2018. É membro titular da Academia de Ciências do Estado
4 de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Ciências desde 2010. Tornou-se *fellow* da
5 World Academy of Science em 2024 e *fellow* da Royal Society of Chemistry em 2014. É
6 assessor de várias agências de fomento nacionais e internacionais, atua como árbitro das
7 principais revistas da área de Química e tem atuado no corpo editorial de pelo menos sete
8 revistas da área de atuação, dentre elas a *Sensors and Actuators B: Chemical*, da
9 *ChemElectroChem*, da *Analytical Methods*, *Sensors Diagnostics*, da *Electrochemical Sciences*
10 *Advances* e da *ACS Measurement Sciences Au*. É o idealizador do *Brazilian Journal of*
11 *Analytical Chemistry*, desde 2011, atua na área de Química com ênfase em Bioanalítica e
12 Eletroanalítica para o desenvolvimento de sensores e biosensores. Acha que, com esse histórico,
13 o professor Lauro, no que tange à sua carreira acadêmica, tem todos os requisitos para ocupar
14 a posição no Conselho Superior da Fapesp. A SENHORA PRESIDENTE passa a palavra à
15 professora Juliana, que vai defender a candidatura da professora Claudia Maria Bauzer
16 Medeiros. A Conselheira JULIANA FREITAG BORIN diz que a professora Claudia Maria
17 Bauzer Medeiros é PhD em Computer Science pela University of Waterloo, Canadá. É
18 professora titular do Instituto de Computação da Unicamp, onde participou como membro
19 titular do Conselho Universitário por 28 anos e ininterruptos. Recebeu vários prêmios nacionais
20 e internacionais por atividades de ensino, pesquisa e por iniciativas para atrair mulheres para a
21 computação. Na Unicamp, recebeu por quatro vezes o Prêmios Zeferino Vaz, em 1997, 2001,
22 2009 e 2021, e também o Prêmio Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino em 2013.
23 Em 1994, criou na Unicamp um dos primeiros laboratórios do Brasil dedicado a pesquisas
24 multidisciplinares envolvendo gerenciamento, análise e visualização de dados, onde desenvolve
25 pesquisa até hoje. Esse laboratório já produziu dezenas de teses de doutorado e centenas de
26 trabalhos de mestrado e iniciação científica. Desenvolve pesquisas em gerenciamento de dados
27 científicos em ciência aberta, particularmente com desafios associados a heterogeneidade,
28 volume e complexidade de dados para vários tipos de aplicação do mundo real, principalmente
29 em agricultura, biodiversidade, planejamento ambiental e saúde. Coordenou dezenas de
30 projetos de pesquisa em cooperação com outras universidades no Brasil e no exterior, com
31 financiamento brasileiro e também dos Estados Unidos, França, Alemanha, Dinamarca e União
32 Europeia. É comendadora da Ordem Nacional do Mérito Científico, membro titular da
33 Academia Brasileira de Ciências desde 2018 e *fellow* da World Academy of Sciences desde
34 2021. Recebeu dois doutorados *honoris causa*, um pela Universidade Antero Orrego, do Peru,
35 em 2007, e outro pela Université Paris Dauphine, da França, em 2015. Recebeu o Prêmio de
36 Mérito Latino-Americano em Informática em 2018 e os Prêmios Internacionais Anita Borg e
37 Association for Computing Machinery pelas iniciativas para atração de mulheres para a
38 computação. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Computação de 2003 a 2007, já foi
39 coordenadora do Comitê Assessor de Computação do CNPq de 2001 a 2002 e membro do
40 mesmo comitê de 2013 a 2016. Na Capes, foi vice-coordenadora do Comitê de Computação de

1 1998 a 2000 e membro do mesmo comitê de 2008 a 2010. Foi membro da coordenação diária
2 e ciência e engenharia de computação da Fapesp de 2004 a 2014. Hoje é membro da
3 coordenação do Programa e-Science e Data Science da Fapesp, onde também cuida das ações
4 associadas a políticas de ciência aberta e principalmente dados abertos, o que inclui a
5 coordenação da implementação da rede de repositórios de dados de pesquisa do estado de São
6 Paulo, unindo sete universidades públicas e a Embrapa. O Redu Unicamp participa dessa rede.
7 Participa ou participou de conselhos científicos de entidades internacionais, sendo a única
8 brasileira até hoje eleita como membro do Conselho da Sociedade de Computação dos Estados
9 Unidos. Compõe o Conselho do Research Data Lines e é vice-coordenadora desde 2020 do
10 Conselho da World Data System, um dos braços do International Science Council, dedicado
11 aos repositórios de dados. Assim sendo, esta indicação é baseada na competência científica,
12 currículo acadêmico, bem como na participação ativa da professora Claudia na Fapesp e na
13 Unicamp, tanto no Consu quanto em ensino, pesquisa e reconhecimento internacional. Por fim,
14 destaca um último ponto que a motiva a fazer esta indicação, que é a questão da diversidade de
15 gênero nas instâncias decisórias. A professora Claudia se destacou e construiu uma carreira em
16 uma área cuja maioria masculina predomina. Conquistou reconhecimento acadêmico e foi
17 pioneira em incentivar a inserção de mulheres quando as questões de gênero e políticas
18 afirmativas não eram tão proeminentes. Infelizmente, a equidade de gênero na carreira
19 acadêmica e científica ainda não é uma realidade, como já observaram inclusive em discussões
20 já realizadas aqui neste Conselho. Uma das formas de se promover esta equidade é garantir que
21 as mulheres estejam representadas nos conselhos decisórios e em cargos de liderança na
22 academia e em organizações científicas. Esta, inclusive, é uma das recomendações que constam
23 na “Cartilha de Boas Práticas para a Promoção da Equidade de Gênero” na Unicamp e que está
24 disponível na página da Comissão Assessora de Gênero e Sexualidade desta Universidade. Dito
25 isso, é muito importante que não saiam daqui com uma lista tríplice composta apenas por
26 homens. A indicação da professora Cláudia sinaliza a inclusão como um valor por parte da
27 Unicamp e apresenta uma indicação livre de qualquer conflito de interesse com cargos vigentes.
28 A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que a representação PQ faz
29 a indicação do nome do professor Sergio Luiz Monteiro Salles Filho por considerar que a
30 presença dele junto à Fapesp permitirá contribuições importantes a novos desenhos de fomento
31 e avaliação da fundação, uma vez que se trata de uma liderança que tem ampla experiência
32 interdisciplinar, profundo conhecimento teórico e aplicado de gestão de política de ciência,
33 tecnologia e inovação em ensino superior, e sólida compreensão dos sistemas de avaliação, o
34 que permite estabelecer formas mais amplas, inclusivas e inovadoras de distribuição de verbas
35 nas linhas de fomento. Além disso, o professor Salles tem ampla experiência em diferentes
36 culturas científicas, todas valorosas, mas que funcionam de modos distintos, o que garantirá
37 igualmente que haja um maior acolhimento das diversas formas de se fazer ciência dentro da
38 Fapesp. Esse perfil de liderança com qualidades que julgam fundamentais estarem presentes no
39 Conselho da Fapesp pode ser verificado pela sólida trajetória do indicado. Sergio Salles é
40 professor titular no Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de

1 Geociências da Unicamp. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do
2 Rio de Janeiro 1981, mestre em Ciências Agrárias pela Unesp de Botucatu em 1985 e doutor
3 em Economia pela Unicamp. Foi também pesquisador visitante no Manchester Institute of
4 Innovation Research entre 2012 e 2014. Ele ingressou na Unicamp em 1984 e tem se dedicado
5 a estudos teóricos e aplicados relacionados a políticas estratégicas de CTI e educação superior
6 no desenvolvimento e aplicação de metodologias para apoiar organizações de pesquisa,
7 universidades, governos, agências de fomento e organizações privadas a implementar sistema
8 de avaliação, atividade de gestão, planejamento e desenho, monitoramento e avaliação de
9 políticas. Dentre as numerosas organizações públicas e privadas de pesquisas com as quais o
10 professor Salles já trabalhou, estão os principais órgãos governamentais e agências de fomento
11 brasileiras, tais como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, a Finep, a Fapesp, o
12 Instituto Serapilheira e outras importantes organizações do setor, como a Embrapa, a Fiocruz,
13 o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM, diversas organizações
14 estaduais de pesquisa agropecuária, como o Instituto Agrônomo de Campinas – IAC, a
15 Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Embrapii, o Instituto Nacional de
16 Pesquisa Espaciais – Inpe, entre outras. Na América Latina, atuou também junto à Fundação
17 para Inovação Agrária – FIA Chile e ao Inter American Institute for Cooperation on Agriculture
18 – IICA, da Costa Rica. Entre 2000 e 2001, atuou como assessor no MCTI, participando do
19 grupo de concepção e redação do “Livro Verde de Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafios
20 para a Sociedade Brasileira”, que subsidiou a primeira Conferência Nacional de Ciência,
21 Tecnologia e Inovação, tendo em vista a elaboração de diretrizes estratégicas para um período
22 de 10 anos. Foi ainda superintendente de planejamento operacional da Finep, no período de
23 2001 a 2003, e coordenador especial de avaliação de impacto da Fapesp, entre 2012 e 2020. Na
24 Unicamp, foi diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, entre 2010 e 2013, e do Instituto de
25 Geociências, entre 2017 e 2021. Em 2005, foi agraciado com a Medalha Mérito Santos Dumont,
26 devido à coordenação do planejamento estratégico do Centro Tecnológico Aeroespacial. Na
27 Unicamp, destacou-se como ganhador por três vezes do Prêmio Zeferino Vaz, em 1998, 2001
28 e 2009, em reconhecimento por seu desempenho acadêmico. Então, em função dessa trajetória
29 e desse conhecimento teórico e prático em relação à política de ciência e tecnologia, acreditam
30 que seja um excelente nome para ser representante da Unicamp no Conselho Superior da
31 Fapesp. O Conselheiro CÉLIO HIRATUKA apresenta a candidatura do professor Antonio José
32 de Almeida Meirelles por um conjunto de motivos. O primeiro deles, que é condição necessária,
33 é obviamente o mérito acadêmico, e o professor Antonio Meirelles dispensa apresentações, mas
34 obviamente convém aqui destacar uma série de realizações. Para além da sua formação ampla
35 na área de Engenharia de Alimentos e Economia – ele possui dois doutorados –, destaca a sua
36 extensa produção acadêmica, com mais de 270 artigos em periódicos indexados, nacionais e
37 internacionais. A importância que também teve o professor na área de aplicação, pois seu
38 doutorado deu origem a um conjunto de inovações que representa hoje a aplicação em cerca de
39 30% da produção de bioetanol no país. Além disso, a questão da administração universitária: o
40 professor Antonio José foi diretor de unidade e atualmente é o Reitor da Unicamp, o que

1 obviamente cumpre com bastante folga a questão do mérito científico, mas crê que essa é uma
2 condição necessária, porém não suficiente. Acha que a questão da representação institucional é
3 um fator extremamente relevante, em uma posição como essa, e conhecer profundamente a
4 Unicamp e levar os interesses da Unicamp junto à Fapesp é fundamental. E obviamente que a
5 posição do professor Antonio José, conhecendo amplamente as várias áreas da Universidade,
6 circulando em várias áreas do conhecimento, já que ele é um doutor na área de Engenharia de
7 Alimentos mas também circulou pelo Instituto de Economia, então transita pelas diversas áreas
8 da Universidade, é fundamental para essa representação institucional. E também tem um
9 aspecto que considera importante: essa função, para além de uma função acadêmica, também
10 tem um aspecto político, no sentido de que ela vai orientar a política científica da Fapesp em
11 um momento em que a questão da produção da ciência e do impacto da ciência e a própria
12 confiabilidade que a sociedade tem na ciência está colocada em xeque. Nesse sentido, é
13 importante que essa pessoa tenha, além do mérito acadêmico e da representação institucional,
14 a questão da disposição ao diálogo com a sociedade. Transitar para além da universidade é
15 fundamental, justamente para ter a capacidade de convencer a sociedade de que a ciência não é
16 apenas uma ciência que vai produzir conhecimento, mas é uma ciência que vai produzir
17 conhecimento a serviço da sociedade e da melhora do bem-estar da população. O Conselheiro
18 PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA chama a atenção para um outro aspecto, porque
19 talvez algumas pessoas possam achar que há um eventual conflito de interesses entre o fato de
20 o professor Antonio José ser Reitor e querer ser representante no Conselho Superior da Fapesp.
21 Lembra que já houve casos nas três universidades paulistas de ex-reitores que ocuparam
22 concomitantemente a função de representante, como os casos na Unicamp dos professores
23 Carlos Brito Cruz, José Tadeu Jorge e Fernando Costa. Reforça o que o professor Célio já falou:
24 o fato de o professor Antonio José justamente exercer o cargo de Reitor e transitar nas diferentes
25 áreas permite que ele tenha uma visão holística sobre a Universidade. Transitar pelas diferentes
26 áreas do conhecimento é algo fundamental para um representante da Unicamp, porque, por mais
27 que tenha conhecimento acadêmico-científico, muitas vezes o pesquisador está muito ligado à
28 sua própria área e tem pouca relação com outras áreas do conhecimento. Conseguir olhar para
29 todas as áreas do conhecimento é, a seu ver, fundamental para ser um representante de uma
30 fundação que tem que olhar para todas as áreas do conhecimento. Inclusive acha que o Conselho
31 Superior da Fapesp deveria ter um assento para cada reitor de universidade paulista, mas como
32 não é assim e esse representante é eleito pelos seus conselhos, considera muito cabível que esse
33 representante seja então o Reitor, porque tem essa visão holística de olhar para a Universidade
34 como um todo. O Conselheiro MÁRCIO ANTÔNIO CATAIA diz que o professor Alvaro
35 Penteado Crósta é professor titular e hoje colaborador do Instituto de Geociências da Unicamp,
36 membro titular da Academia Brasileira de Ciências, membro titular da Academia de Ciências
37 de São Paulo, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq 1A. É *fellow* da Society of
38 Economic Geologists, graduado em Geologia pela Universidade de São Paulo, tem mestrado
39 em sensoriamento remoto pelo Inpe e PhD em Geologia pelo Imperial College. Foi pesquisador
40 visitante do Desert Research Institute, da Universidade de Nevada, da Universidade de Viena

1 também, e do Natural History Museum de Berlim, Alemanha, também atuando na Nasa no Jet
2 Propulsion Laboratory. Foi coordenador geral da Unicamp de 2013 a 2017, Pró-Reitor de
3 Desenvolvimento Universitário de 2001 a 2002, além de Chefe de Gabinete Adjunto nos anos
4 de 2000 e 2001. Exerceu vários cargos no Instituto de Geociências, tendo sido diretor de 2005
5 a 2009. Atuou como representante docente eleito no Conselho Universitário por vários
6 mandatos. Atualmente, é Council da Meteoritical Society, de 2023 até 2025, membro do
7 Conselho Científico e Cultural do Instituto de Estudos Avançados, o IdEA da Unicamp, e
8 membro do Comitê Assessor de Geociências do CNPq. Suas posições editoriais incluem ainda
9 a de editor associado das revistas “Economic Geology” e “Brazilian Journal of Geology”. Foi
10 editor associado do “Boletim of the Geological Society”, de 2010 a 2016. Na Funcamp exerceu
11 a presidência do Conselho Curador, de 2013 a 2017, e da diretoria financeira de 2010 a 2012,
12 tendo também atuado como membro do seu Conselho Curador. Na Capes/MEC, atuou como
13 coordenador de 2011 a 2013, e como vice-coordenador de 2008 a 2010 do Comitê de
14 Geociências da Capes. No CNPq, foi coordenador do CA de Geociências no período de 2015 a
15 2018. Na Society of Economic Geologists, foi Original Vice President for South America, no
16 período de 2012 a 2014, e membro do Distinguished Lecturer Committee de 2011 a 2013. Na
17 Meteoritical Society, foi membro do Comitê Barringer de Seleção de Medalhas e Prêmios de
18 2012 a 2016. Além disso, aqui na Universidade, foi agraciado duas vezes com o Prêmio de
19 Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz”, em 1994 e 2019. Outras distinções ainda
20 recebidas pelo professor foram o Prêmio Nacional Capes de Tese de Doutorado em 2013 e uma
21 menção honrosa desse mesmo prêmio em 2008. Além disso, o prêmio Regional Vice President
22 Lecturership da Society of Economic Geologists em 2010, e o Prêmio do Crea de São Paulo
23 2010. Esse conjunto todo de atividades realizadas pelo professor o levou, inclusive, a uma
24 inserção social das mais destacadas, e pelas suas atividades acadêmicas, recebeu um
25 reconhecimento na forma de título de cidadão honorário de Coronel Vivida, no Paraná, no ano
26 de 2024, pelos trabalhos que realizou na cratera meteorítica de Vista Alegre, localizada nesse
27 município. Por essas atividades dentro e fora da Universidade, atividades internacionais, mas
28 também de inserção social, acreditam que o nome do professor merece ser lembrado em um
29 momento como este. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que vai
30 apresentar a candidatura do professor Carlos Alfredo Joly, que possui graduação em Ciências
31 Biológicas pela USP em 1976, mestrado em Biologia Vegetal pela Unicamp em 1979, PhD em
32 Ecofisiologia Vegetal pelo Departamento de Botânica da Universidade de St. Andrews, na
33 Escócia, e pós-doutorado pela Universität Bern, na Suíça, em 1994. Ele atua nas áreas de
34 Ecofisiologia Vegetal e conservação da biodiversidade, tendo publicado 120 trabalhos em
35 periódicos especializados, além de formar 26 mestres e 15 doutores. Tem 13 livros publicados,
36 com destaque para a série “Biodiversidade do Estado de São Paulo: síntese do conhecimento
37 ao final do século XX”, o “Atlas Inventário Florestal da Vegetação Nativa do Estado de São
38 Paulo”, o livro “Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade do Estado de
39 São Paulo”, e o *e-book* “Diálogos Amazônicos: contribuições para o debate sobre
40 sustentabilidade e inclusão”. Ele é professor emérito da Unicamp, membro titular da Academia

1 Brasileira de Ciências, da Academia de Ciências de Estado de São Paulo, do Science-Policy e
2 Advisory Committee (SPAC) do Inter-American Institute for Global Change Research (IAI),
3 *chair* da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos/BPBES, e editor
4 chefe da revista *Biota Neotropica*. Na Unicamp, foi coordenador de três programas de pós-
5 graduação, em Ecologia, Biologia Vegetal e Ambiente e Sociedade. Foi chefe de departamento
6 e Pró-Reitor de Pós-Graduação nos anos de 1996 a 1998. Na Secretaria de Estado do Meio
7 Ambiente, foi Coordenador de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental, e
8 no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi Diretor do Departamento de Políticas e
9 Programas Temáticos, em 2011 e 2012. Na Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade
10 e Serviços Ecossistêmicos, foi *co-chair* do Painel Multidisciplinar de Experts. Em 1999, como
11 coordenador do programa Biota Fapesp, ganhou o Prêmio Henry Ford de Iniciativa do Ano na
12 área de Conservação. Em agosto de 2002, foi agraciado com a Ordem do Mérito Científico,
13 classe comendador; em 2005, ganhou o Prêmio Ambiental von Martius da Câmara de Comércio
14 e Indústria Brasil-Alemanha; em 2007 recebeu a Menção Honrosa do Prêmio Jovem Cientista
15 do CNPq. Em 2009, como Coordenador do Programa Biota/Fapesp, ganhou novamente o
16 Prêmio Henry Ford, desta vez na categoria Ciência e Formação de Recursos Humanos. Em
17 2012, recebeu o Prêmio Muriqui da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em 2014 a Medalha
18 João Pedro Cardoso do Governo do Estado de São Paulo e o Prêmio de Reconhecimento
19 Acadêmico “Zeferino Vaz” da Unicamp. Em 2022, recebeu o Prêmio Fundação Conrado
20 Wessel de Ciências, e em 2023 foi agraciado com a Ordem do Mérito Científico, classe Grã-
21 Cruz. É com essas características e esse perfil que o Instituto de Biologia disponibiliza para a
22 Unicamp o nome do professor Carlos Alfredo Joly como o que há de melhor para poder
23 concorrer a essa posição no Conselho Superior da Fapesp. A SENHORA PRESIDENTE
24 solicita que a doutora Ângela apresente as instruções para a votação. A Doutora ÂNGELA DE
25 NORONHA BIGNAMI informa que os conselheiros vão receber pelo *e-mail* institucional a
26 cédula de votação. Serão três votações, uma para cada lugar na posição da lista tríplice. A
27 votação é por meio da plataforma LimeSurvey, sendo o voto totalmente sigiloso. A Secretaria
28 Geral já encaminhou o primeiro *e-mail*, por meio do qual os conselheiros votarão no primeiro
29 nome da lista, observando que os nomes dos candidatos estão em ordem alfabética. Encerrada
30 a votação do primeiro escrutínio, informa o número de votos por candidato: Alvaro Penteadó
31 Crósta 09 votos, Antonio José de Almeida Meirelles 37 votos, Carlos Alfredo Joly 01 voto,
32 Claudia Maria Bauzer Medeiros 12 votos, Lauro Tatsuo Kubota 02 votos, Sergio Luiz Monteiro
33 Salles Filho 09 votos, além de 02 abstenções, totalizando 72 votos. Portanto, na próxima
34 votação será excluído o nome do professor Antonio José de Almeida Meirelles porque ele vai
35 constar no primeiro lugar da lista. Encerrada a votação do segundo escrutínio, informa o número
36 de votos por candidato: Alvaro Penteadó Crósta 35 votos, Carlos Alfredo Joly 04 votos, Claudia
37 Maria Bauzer Medeiros 22 votos, Lauro Tatsuo Kubota 03 votos, Sergio Luiz Monteiro Salles
38 Filho 06 votos. Portanto, para o terceiro e último escrutínio será retirado o nome do professor
39 Alvaro Penteadó Crósta, que constará como segundo colocado da lista. Encerrado o terceiro
40 escrutínio, informa o número de votos por candidato: Carlos Alfredo Joly 07 votos, Claudia

1 Maria Bauzer Medeiros 34 votos, Lauro Tatsuo Kubota 16 votos, Sergio Luiz Monteiro Salles
2 Filho 09 votos. Concluídas as votações dos três escrutínios, informa a ordem da lista tríplice:
3 professor Antônio José de Almeida Meireles, professor Alvaro Penteado Crósta e professora
4 Claudia Maria Bauzer Medeiros. Retomando a presidência dos trabalhos, o MAGNÍFICO
5 REITOR agradece à professora Maria Luiza pela condução do processo e aos conselheiros pela
6 composição da lista que será enviada à Fapesp pelo governo do estado para a indicação final.
7 Em seguida, passa ao item 05 – Proc. nº 01-D-49851/2023 –, que trata da Primeira Revisão do
8 orçamento 2024, com Demonstrativo Receita/Despesa. Passa a palavra ao professor Fernando
9 Sarti. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a primeira revisão já passou pela COP e pela
10 CAD; vão trazer aqui os principais números e, havendo dúvidas, podem detalhar. Ressalta a
11 importância do instrumento da revisão orçamentária, já que por volta de agosto de 2023 o
12 governo sinalizou para as suas instituições qual seria sua previsão de orçamento para 2024.
13 Nessa previsão de orçamento, o governo tinha a expectativa de uma arrecadação de R\$154
14 bilhões, dos quais as três universidades têm direito a 9,57%. Mas em razão da antecedência
15 com que é feita essa previsão, há a necessidade de que tenham sequências de revisões para
16 poder ir adequando. Quando fizeram a distribuição orçamentária aprovada aqui no Conselho
17 Universitário em dezembro, ela foi elaborada com base nessa dotação do governo de R\$154
18 bilhões, e ali já mostravam um déficit de R\$325 milhões, se fosse essa a receita, a partir das
19 despesas previstas ao longo de 2024. A Universidade vai recebendo a partir dessa dotação os
20 recursos mensalmente, em duas vezes, no começo e em meados do mês, para que façam a
21 execução. Antes de fechar o primeiro quadrimestre, já apresentaram a primeira revisão dentro
22 da COP e tomaram o cuidado de manter essa previsão de R\$154 bilhões pelo fato de que o
23 governo oficialmente também não mudou a sua previsão. Mas a arrecadação do primeiro
24 quadrimestre sinaliza para valores melhores do que os R\$154 bilhões, e a depender das
25 previsões, de como trabalham os últimos oito meses do ano, ela deve ficar entre R\$157 bilhões
26 e R\$160 bilhões. Sempre têm feito este exercício na COP, na CAD e aqui no Consu para que
27 todos possam ir conhecendo sobre a execução de orçamento: cada R\$1 bilhão arrecadado ou
28 perdido em arrecadação representa para a Unicamp R\$22 milhões, lembrando que a
29 Universidade tem 2,1958% em cima dessa arrecadação da quota-parte do Estado, que é tudo o
30 que é arrecadado em ICMS descontados os repasses aos municípios, e também R\$1 bilhão que
31 é destinado ao programa de habitação. Tudo indica que não serão R\$154 bilhões de arrecadação,
32 que ficarão entre R\$157 bilhões e R\$160 bilhões, então em um cenário otimista de R\$160
33 bilhões de arrecadação terão R\$6 bilhões a mais do que o número com que trabalharam na PDO
34 e na primeira revisão, e que é ainda o número com que o governo vem trabalhando. Esses R\$6
35 bilhões a mais dariam R\$132 milhões a mais de arrecadação para a Universidade, que não a
36 deixam ainda em uma posição confortável porque saíram de um déficit inicial de R\$325
37 milhões. Na verdade, acrescido dos cerca de R\$20 milhões que foram a diferença de dezembro
38 de 2023 para 2024, estão trabalhando com um déficit de R\$346 milhões. Portanto, mesmo com
39 o aumento de arrecadação, ainda estarão trabalhando com um déficit para 2024. Isso vai
40 depender, evidentemente, de como vão avançar não apenas as receitas, mas também as despesas

1 da Universidade. Na sequência, vão analisar a proposta de reajuste feita para os salários, que
2 como todos sabem não é uma proposta individual da Unicamp, isso é feito com as três
3 universidades dentro do Cruesp, junto com um debate com o Fórum das Seis, formado pelos
4 sindicatos dos docentes e dos funcionários. A proposta foi de 5%, que é uma proposta que
5 considera que vai no limite realmente do que a Universidade poderia oferecer, lembrando essas
6 projeções para 2024. Já haviam colocado na PDO aquilo que o governo sinalizava para a
7 inflação de 2024, que era 3%; portanto, desses 5% propostos, 3% já estavam previstos dentro
8 do orçamento da Unicamp. A diferença é que terão que reajustar, e vai depois passar a palavra
9 para o senhor Thiago mostrar como vão remanejar as rubricas dentro do orçamento para cobrir
10 essa diferença do 3% para o 5%. E lembra que a inflação não fechou em 3%, a inflação que
11 utilizam, que é o IPC da Fipe, está em 2,77%, portanto 5% representa um aumento real.
12 Evidentemente todos têm o direito de ficar descontentes com esse aumento real, mas observa
13 que as três universidades recuperaram integralmente toda a inflação de abril de 2018 até abril
14 de 2024, são seis anos em que toda a inflação foi repostada. Portanto, com esses 5%, que é acima
15 dos 2,77%, há um ganho real, e esse é o esforço que as universidades têm realizado no sentido
16 de tentar manter o poder aquisitivo das pessoas. Com relação ao vale-refeição, também cabe
17 um esclarecimento, pois já haviam previsto no orçamento, e depois o senhor Thiago pode
18 aprofundar, a expectativa também de uma inflação com que o governo trabalhava, que girava
19 em torno de 3%. A inflação de alimentos tem sido um pouco maior: pelo IPC da Fipe, ela está
20 girando em torno de 3,5%. Isso é uma pauta específica da Unicamp, não é em conjunto com as
21 demais; decidiram pelo reajuste de 11% entendendo o momento, e até porque o reajuste no
22 vale-refeição tem um impacto muito maior sobre aqueles que recebem menos. Então não deixa
23 de ser uma política importante também do ponto de vista social, mas mantendo a
24 responsabilidade fiscal. Assim sendo, o que estão trazendo aqui para o Conselho avaliar é a
25 proposta de reajuste de 5% sobre os salários e uma proposta de reajuste de 11% para o VR, que
26 faz com que o valor diário aumente para R\$40, R\$38 líquidos, descontados os 5% de
27 contribuição dos servidores. Passa a palavra ao senhor Thiago, para explicar como estão
28 remanejando esses recursos adicionais que não estavam previstos dentro da dotação. O senhor
29 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que esta revisão apresenta um aumento do déficit, que foi
30 para R\$346 milhões. Ressalta que apesar do aumento de arrecadação que aconteceu nos
31 primeiros meses, mantiveram a dotação orçamentária do governo estadual, e na revisão aparece
32 até um movimento contrário, que é uma queda em relação ao que não foi arrecadado e o que
33 estava sendo previsto para dezembro de 2023. Por conta disso, a receita cai cerca de R\$20
34 milhões, e as despesas acabam também diminuindo um pouco, porque fizeram um ajuste já em
35 uma linha chamada reserva de contingência, que utilizam para reajuste salarial e para possíveis
36 quedas de arrecadação, no valor de R\$74,6 milhões. Após as aprovações da data-base, somente
37 o reajuste Cruesp, de 5%, já custa R\$87,8 milhões, pois além dos 2,77% do IPC-Fipe foi dado
38 um ganho real de 2,17%. Após isso, vem o reajuste do VR, subindo o valor de face para R\$40,
39 com valor líquido passando de R\$34,2 para R\$38, o que gera um aumento de despesas de R\$4,5
40 milhões. Dessa forma, chegam a um total de aumento de despesas possíveis de R\$92,3 milhões.

1 Como tinham na reserva de urgência apenas R\$74,6 milhões, propõem orçamentariamente um
2 remanejamento de despesas do que anteriormente havia sido aprovado para o Programa de
3 Desenvolvimento das Carreiras, tanto para contratação quanto para a progressão dos servidores
4 da Universidade, de R\$17,7 milhões, e dessa forma as despesas da Universidade vão continuar
5 inalteradas, apenas com um rearranjo do que havia no Grupo VIII - Projetos Especiais, de R\$74
6 milhões, mais uma alteração dentro do próprio Grupo Pessoal, onde fazem uma mudança da
7 alínea de R\$17,7 milhões do Programa de Desenvolvimento das Carreiras para a folha de
8 pagamento mensal, por causa do reajuste e para o VR. Após a aprovação do reajuste e do VR,
9 o déficit não vai ser alterado, e com isso o crescimento de arrecadação que vem acontecendo
10 pode ajudar a diminuir o déficit deste ano e, o que é mais importante, que ele possibilite que
11 daqui a um ano, na nova data-base, mais uma vez disponibilizem a recomposição do IPC-Fipe
12 e algum aumento que for possível conceder. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que
13 possuem acordo na mesa de negociação de que a arrecadação será superior do que estava
14 orçamentado. Na questão orçamentária, cujo acompanhamento é complicado, a discordância é
15 falar em déficit agora no primeiro quadrimestre. Ano passado, havia projeção de déficit de
16 R\$200 milhões e finalizaram o ano com R\$40 milhões de uso da reserva financeira. Estão
17 colocando na discussão da execução orçamentária as despesas agora, que não estão realizadas,
18 como se fossem líquidas e certas, mas se pegarem os últimos 10 orçamentos da Unicamp, eles
19 começam sempre com déficit, e no caso de 2022, o ano terminou com superávit de R\$560
20 milhões. Então, é uma discussão em que teriam que ver o orçado e o realizado para fazer a
21 comparação, e esse é um ponto de discordância que possuem em relação a dizer que só vão dar
22 5% porque, como vai fechar em déficit, não dá para dar mais. O professor Carlotti mencionou
23 que a Unicamp e a Unesp só falam em déficit, mas que a USP está equilibrada. Então, essa é
24 uma discussão que têm levantado para ver como finaliza o ano, quando publica o balanço, e
25 disse inclusive para o Reitor da USP que a universidade dele não estava equilibrada, já que ela
26 teve um superávit de R\$960 milhões em 2023, quase R\$1 bilhão que ela tinha em caixa para
27 gastar e não gastou. Então, hoje as universidades têm R\$10,1 bilhões em caixa, sendo que o
28 estado tem R\$30 bilhões, portanto é um terço do que o estado tem, e com isso crescem os olhos
29 do governo do estado em relação a esse saldo das universidades. A outra questão, que o próprio
30 senhor Thiago levantou, é que ele vai fazer um remanejamento de recursos de contratações e
31 de progressão. No caso da progressão, tinha possibilidade de dois mil funcionários se
32 inscreverem e apenas 1.097 se inscreveram. Ou seja, sobraram recursos dos R\$35 milhões que
33 estavam orçados para progressão, que estão sendo transferidos da rubrica progressão para cobrir
34 o reajuste. Ou seja, é um remanejamento interno, não precisa nem suplementar o orçamento,
35 que teoricamente aumentaria o déficit orçamentário, não financeiro, porque não foi realizado.
36 Então, essa é uma questão que mostra que a Universidade tem de onde tirar para ampliar o
37 reajuste que vão discutir no próximo ponto. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO
38 DA SILVA diz que é claro que, comparando com os dois anos anteriores, o reajuste é bem
39 menor, mas acha que precisam realmente olhar dentro dessa série. Nos últimos três anos, se
40 aprovarem hoje os 5%, são 36% de aumento, o que dá 12% por ano. Então, olhando para a

1 realidade do estado e para a realidade nacional, estão bem melhores do que em outras situações.
2 O impacto dos 5% mais o vale-alimentação, pelo que entendeu, é de R\$90,2 milhões, e isso
3 seria obtido por um remanejamento de recursos; sua dúvida é de que rubricas ele vem. A
4 Conselheira JOSELY RIMOLI solicita a palavra para a presidenta da ADunicamp, professora
5 Maria Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que o Fórum das Seis
6 realizou reunião com o grupo técnico, foi uma boa reunião, percebem a possibilidade de
7 parcerias nas discussões de números, inclusive da reforma tributária. A reunião com o Cruesp
8 também gerou, de alguma maneira, o reajuste proposto, os 5%, após uma fala deles de
9 observação de todos esses números previsíveis, inclusive com a possibilidade de maior
10 arrecadação do ICMS para o segundo semestre. Possuem um valor definido, que não é aquele
11 que consta da pauta unificada, que seria pelo menos o dobro disso. É óbvio que o Fórum das
12 Seis também entende as questões relativas à manutenção das universidades, a questão do
13 comprometimento das folhas, apesar de haver rubricas ali que não deveriam constar, o que é
14 uma discussão que se prolonga e que se processa há muitos anos. Mesmo a questão da
15 valorização dos níveis iniciais da carreira, que não conseguiram discutir, mas agora aqui na
16 Unicamp vai ter um GT para discutir carreira, o que acha bastante positivo. Houve a retirada de
17 R\$17,7 milhões das progressões, o senhor José Luis reporta como se isso não fosse impactar a
18 Carreira Paepe, mas acha que deveria ter sido trazida uma demonstração de que impacto terá
19 isso para a progressão e contratação de docentes para 2024 a retirada desse valor. Pergunta se
20 outro ponto do orçamento poderia ter sido utilizado nessa contextualização. Acha que é muito
21 importante que estabeleçam mecanismos de manutenção de reuniões com o Cruesp, pois na
22 pauta específica consta também uma segunda rodada de negociações para o segundo semestre
23 e não obtiveram um compromisso do Cruesp com relação a isso. Mas seria importante que
24 mantivessem um canal de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis, que representa todas
25 as entidades das universidades. Acha que este Conselho poderia afirmar para o senhor Reitor
26 uma vontade ou um compromisso efetivo com toda a comunidade acadêmica no sentido de que
27 as negociações continuem no segundo semestre. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO
28 pergunta qual foi o índice do aumento do auxílio-alimentação em janeiro deste ano. Sobre o
29 índice proposto de reajuste, diz que tem recebido diversas manifestações e a maioria esperava
30 um índice acima do proposto, pois 5% é pouco. O Conselheiro FERNANDO SARTI,
31 respondendo ao senhor José Luis, diz que evidentemente em um orçamento trabalham em cima
32 de previsões. Lembra que no ano passado o senhor José Luis afirmou de forma contundente que
33 a arrecadação iria passar dos R\$150 bilhões, no entanto, a arrecadação de 2023 ficou em R\$144
34 bilhões. Todos querem que a arrecadação de 2024 não seja de R\$154 bilhões, nem de R\$157
35 bilhões, seja de R\$160 bilhões a R\$165 bilhões, mas precisam trabalhar dentro da realidade e
36 dentro de uma responsabilidade fiscal. O déficit previsto para 2023 era da ordem de R\$280
37 milhões e acabou fechando em R\$46 bilhões, porque quando fazem uma previsão, e
38 particularmente em relação ao desenvolvimento das carreiras e projetos especiais, não têm
39 como prever exatamente qual vai ser o nível de contratação na Universidade. Até porque, como
40 é de conhecimento de todos, a Universidade apresentou uma proposta junto à Alesp de

1 regularização das carreiras que não tinham a menor previsão de quando ia ser tramitada e
2 quando vai ser aprovada. Previram recursos no orçamento para que, caso isso ocorresse,
3 pudessem voltar a fazer as contratações, sobretudo docentes. Havia uma distribuição prevista
4 de 120, que tiveram que interromper exatamente pela espera desse processo, o que não impediu
5 que os diretores trouxessem uma proposta para utilizar aquela distribuição de vagas que
6 estavam sobrando do ponto de vista de alguns docentes que saíram dos cargos de doutores para
7 cargos de titulares. Então é difícil mesmo, mas chama a atenção para a diferença entre fazer
8 zero de contratação ou 120. No caso da contratação Paepe, estavam com concursos em
9 andamento, tanto de nível médio quanto de nível superior. O de nível médio já foi homologado,
10 já podem começar a fazer as distribuições, estão fazendo essa análise, e o nível superior ainda
11 não foi homologado. Então não havia como, em dezembro de 2023, terem certeza do que a
12 Alesp vai fazer, de qual vai ser a data em que vão ser homologados esses concursos, mas
13 precisam fazer a previsão de realizar esses gastos, caso esses processos se concretizem.
14 Portanto, se todos os gastos tivessem sido realizados em 2023, teriam R\$280 milhões de déficit,
15 mas finalizaram com R\$46 milhões. O mesmo processo ocorre agora em 2024; todos gostariam
16 de poder realizar todas aquelas despesas que estão previstas, porque significariam o principal
17 investimento nesta Universidade, que é nas pessoas, no sentido de poder contratar, repor poder
18 aquisitivo e usar os recursos para o processo de progressão que segue na Universidade. Esses
19 são três eixos importantes dentro da política de valorização profissional, mas não é possível
20 prever exatamente quanto demandarão de recursos. Com a regularização feita na Alesp, se
21 ocorrer a tempo, poderão voltar a fazer essa distribuição e contratações. Observa que 55% do
22 crescimento ocorrido neste quadrimestre se deveu aos preços administrados, mas não sabem
23 como isso vai se comportar ao longo do ano. Na reunião da CAD, o senhor José Luis fez uma
24 manifestação com relação ao ajuste proposto pelo governo do Estado, pelo governador Tarcísio,
25 dizendo que isso vai representar uma arrecadação de R\$15 bilhões. No entanto, não são R\$15
26 bilhões de ICMS, então devem tomar muito cuidado com essas informações, pois dá a
27 impressão de que não estão atentos a isso. É preciso levar isso com a maior responsabilidade
28 possível. Foi proposta pelo governo alguma oneração em que se estima, pela Secretaria de
29 Fazenda, um aumento de R\$400 milhões no total. Estão falando de R\$154 bilhões, R\$400
30 milhões a mais, dos quais as universidades teriam 9,57%. Não podem usar um recurso desse e
31 achar que conseguem fazer outros dispêndios dessa natureza. O que vai haver também é uma
32 proposta, que ainda está em negociação, de se reduzir o serviço da dívida do Estado, que hoje
33 paga o IPCA mais 4%, para IPCA mais 2%. Tudo isso, mais um corte de despesa, provocará
34 uma economia projetada de R\$15 milhões a R\$20 milhões. Também é projeção, e do ponto de
35 vista concreto que interessa à Universidade, que é a arrecadação de ICMS, precisam trabalhar
36 em cima do que já ocorreu de janeiro a abril e do que está previsto. Então é isso que explica o
37 posicionamento de uma proposta de 5%, que reafirma que cobre integralmente a inflação de
38 2,77%, e a proposta dos 11% no VR, que também cobre toda a inflação. Respondendo ao
39 professor Petrilson sobre o remanejamento, diz que colocam a previsão desses recursos dentro
40 do Programa de Desenvolvimento das Carreiras, que envolve as três coisas: reajuste,

1 contratações e progressões. Como até agora não possuem nenhuma previsão com relação às
2 contratações, portanto nenhuma realização com essas contratações, já que estão dependendo,
3 em grande medida, da aprovação dentro da Alesp, isso já lhes permite saber que não usarão
4 esses recursos durante 12 meses. A partir dessa aprovação, fazem uma previsão de que isso
5 estaria apenas dentro de quatro ou três meses do ano, e isso vai aparecer certamente em uma
6 segunda revisão. Então o remanejamento tem a ver com isso, e também dentro dos projetos
7 especiais, onde está prevista alguma possibilidade de pegar recursos, muitas vezes quando
8 precisam fazer um reajuste de contratos e assim por diante. Na verdade, o VR é um contrato
9 também, então são feitas essas duas rubricas que vão remanejando. Com esse remanejamento,
10 o que sinalizam, e isso também deve aparecer na segunda revisão, é que ainda há previsão do
11 mesmo déficit, se mantiverem a receita em R\$154 bilhões. Obviamente que quanto mais crescer
12 essa receita, mais esse déficit tende a se reduzir até o final do ano. A Conselheira ANNA
13 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que não entendeu muito bem como fica o problema das
14 progressões pensando nessa relação com o aumento. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz
15 que na progressão Paepe, em 2023 tiveram 2.500 inscritos e agora em 2024 apenas 1.100,
16 aproximadamente, então obviamente que vai levar menos recursos e isso também estão
17 considerando, o que foi gasto em progressão em 2024 para a Carreira Paepe em relação a 2023.
18 A mesma coisa estão olhando no processo de progressão para os docentes, que está aberto, e
19 com isso vão avaliando os recursos necessários. Não dá para ter uma precisão, vão fazendo
20 previsões e é por isso que são importantes as revisões orçamentárias. A Conselheira ANNA
21 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que no caso da progressão dos docentes, ano que vem
22 haveria o edital do meio do ano para as pessoas se inscreverem para fazer as progressões.
23 Pergunta se isso vai se manter, já que vários colegas estão preocupados porque se programaram
24 para fazer as suas progressões ano que vem e ficam com dificuldades de entender se isso vai
25 ser afetado. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que não há nenhuma sinalização na direção
26 de que vai haver corte de recursos nem de contratação, nem de progressão, nem de reajuste.
27 Têm feito um esforço do reajuste de pagar a inflação, mantiveram os recursos para as
28 progressões, não houve nenhuma redução desse ponto de vista e a contratação está dependente
29 da aprovação da Alesp. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA, respondendo ao conselheiro
30 Cláudio Servato, diz que o reajuste no início do ano feito para o vale-alimentação foi de 5%,
31 lembrando que agora a inflação está um pouco maior, mas na época a inflação era por volta de
32 3,5%, então já recuperaram acima da inflação do IPCA e do IPC-Fipe do período. O
33 Conselheiro FERNANDO SARTI, respondendo ao conselheiro Petrilson, diz que devem
34 trabalhar com a ideia de ganho real ou reposição integral. É verdade que em 2023 foi 10,51%
35 o reajuste, mas a inflação era 7,5%, e agora a inflação foi 2,77% e a reposição de 5%. Então
36 isso é importante de ser considerado, senão ficam só com o número nominal na cabeça, que não
37 corresponde exatamente ao objetivo. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL
38 parabeniza o professor Antonio José por ter sido o primeiro indicado da lista tríplice para o
39 conselho superior da Fapesp. Em seguida, retoma uma fala da professora Anna Bentes e
40 também da professora Silvia Gatti, porque as pessoas que estão preparando seus materiais para

1 a progressão, seja para livre-docente, seja para titular, ficaram inseguras com esse recurso que
2 está sendo remanejado. Então acha que precisaria ficar um pouco mais claro, porque o que deu
3 a entender foi que essa verba seria tirada das progressões. A segunda questão é que – claro que
4 não foi esta Reitoria que inaugurou isso – é bem temerário e complexo o fato de que as
5 negociações da data-base ainda não terminaram e o Conselho Universitário tem que apreciar
6 algo. Porque até onde sabe, havia também uma pauta de permanência estudantil, e pelo que
7 acompanharam, isso também não foi vencido. Nesse sentido, pergunta qual é a disponibilidade
8 da Reitoria de continuar dialogando com o Fórum das Seis e suas pautas que ainda não foram
9 vencidas, porque acha que isso também os orienta para acatar ou não o pleito. O Conselheiro
10 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que pelo que acompanharam aqui da
11 discussão, a carreira docente ainda está correndo e a discussão realmente é se vai ter orçamento
12 para poder atender a carreira docente ou não utilizando o recurso do dissídio. E na Carreira
13 Paepe estariam um pouco mais tranquilos, porque sabem que há recursos para atender a
14 demanda proposta. Mas gostariam de ter certeza de que no ano que vem esse recurso seria
15 garantido na mesma intensidade que foi garantido este ano, para que as pessoas possam também
16 ter tranquilidade de se inscrever o ano que vem. Porque se cortam pela metade este ano e cortam
17 uma metade ano que vem, no ano que vem comprometem um programa que está sendo
18 construído há um longo tempo. O Conselheiro FERNANDO SARTI esclarece que não há
19 nenhum corte ou represamento de recurso por conta das progressões 2024. É importante lembrar
20 que estão tratando aqui do orçamento de 2024. O que houve foi uma queda do número de
21 inscrições para o processo de progressão Paepe de 2.500 inscritos para 1.100. Então, é lógico
22 que os recursos utilizados serão menores, e isso não tinham como prever em dezembro. Em
23 relação aos docentes, há 80 concursos de titulares ainda em andamento, e quando fazem a
24 previsão, não sabem em que mês do ano esses 80 concursos vão acontecer, então isso dificulta.
25 Fazem a previsão, e se não ocorrerem, fazem os ajustes, essa transferência de recursos dentro
26 das rubricas serve para isso. Então, ressalta que não há nenhum corte do ponto de vista das
27 progressões. Também não conseguiram usar os recursos como imaginaram para as
28 contratações. E querem que rapidamente seja aprovada na Alesp a regularização dos cargos,
29 porque precisam voltar a contratar docentes nesta Universidade. E precisam repor alguma coisa
30 também do ponto de vista Paepe, nível médio e nível superior. Respondendo ao conselheiro
31 Matheus, diz que ninguém sabe de quanto será a previsão do governo para o ano que vem. Vão
32 montar a PDO a partir disso, e imaginam que possa voltar a ocorrer um crescimento normal da
33 economia; inclusive a PRDU acabou de fazer um trabalho muito interessante que mostra um
34 descolamento do PIB paulista da arrecadação. Porque tem muito a ver com a questão da
35 oneração, desoneração que se faz, tem muito a ver com os preços administrados. Nos períodos
36 anteriores elas tinham uma correlação muito forte, e agora não, então mesmo que se faça uma
37 previsão de crescimento ou de queda, não sabem exatamente qual a previsão dessa arrecadação.
38 O que não podem fazer é não seguir o que é indicado pela Secretaria da Fazenda; se ela está
39 dizendo até hoje que é R\$154 bilhões, o máximo que podem fazer é entender qual foi,
40 efetivamente, a arrecadação no primeiro quadrimestre e tentar projetá-la para até o final do ano.

1 Mas isso não quer dizer que o governo já lhes deu a dotação para um gasto maior. Imaginam
2 que em algum momento isso possa ser revisto para R\$157 bilhões ou até um valor maior, e
3 então terão que empenhar esse recurso para tentar executá-lo. O MAGNÍFICO REITOR diz
4 que a princípio não está havendo nenhuma mudança na questão das progressões 2024, e fica
5 difícil, se projetarem um cenário ruim para o ano que vem, em uma situação que nem têm ideia
6 de orçamento do ano que vem, que nem começou a ser discutido. As duas progressões principais
7 têm dinâmicas completamente diferentes: a de professores depende dos concursos distribuídos
8 ao longo do tempo, enquanto a de funcionários envolve um número muito maior de pessoas e
9 está concentrada no tempo. Não é possível ter a mesma política em relação às duas. Observa
10 que em nenhuma das duas últimas progressões de funcionários houve recurso para progredir
11 todos, sempre houve algum nível de restrição orçamentária, e provavelmente é o que vai ter
12 também nesse caso. Podem fazer isso mais amplamente com menos pessoas, mas de toda forma
13 não é 100%. Sobre a permanência estudantil, lembra que a Unicamp é, das três universidades
14 estaduais paulistas, a que possui programas mais amplos, mais abrangentes. No Fórum das Seis,
15 ficaram discutindo a permanência na USP, o que é complicado, porque cada universidade tem
16 uma política de permanência diferente. Estavam ali para discutir reajuste e pauta específica, e
17 de repente estavam discutindo com os DCEs a questão da permanência estudantil, e não com
18 os seis sindicatos. Então, o que aconteceu foi que discutiram permanência por um problema que
19 era localizado na USP, a reunião passou uma hora em uma polêmica entre Reitoria e movimento
20 estudantil da USP, o que na sua opinião é um pouco sem sentido, porque isso não se aplica à
21 Unicamp, que tem o programa mais abrangente de permanência estudantil. Estão abertos a essas
22 conversas, mas existem coisas que são tratadas no nível de cada instituição e não no nível da
23 negociação de reajuste e outras questões associadas à pauta salarial normalmente. Então é um
24 pouco de diferença na forma de ver entre o Cruesp e o Fórum da Seis. Houve lá o espaço disso,
25 mas não sabe se é o mais apropriado para discutir coisas que não estavam exatamente
26 vinculadas à pauta salarial. O Conselheiro DANIEL MARTINS DE SOUZA diz que na semana
27 passada houve uma assembleia na ADunicamp e a percepção foi de que os docentes gostariam
28 de continuar discutindo a pauta do reajuste. Pergunta se essa discussão vai continuar junto ao
29 Cruesp. O MAGNÍFICO REITOR responde que o Cruesp não manifesta nenhuma intenção de
30 continuar discutindo o reajuste. A inflação foi 2,77%, portanto deram 2,23% de recuperação
31 acima; no ano passado já haviam dado 2,51%. Considera que estão seguindo a política mais
32 correta de lenta e gradualmente ir corrigindo o salário acima da inflação. Não sabe se tem
33 sentido do ponto de vista de uma certa seriedade orçamentária falar em 10%, 15% de reajuste,
34 até porque as pessoas que propõem isso têm que dizer de onde tirar o dinheiro. Esse é o primeiro
35 aspecto, o segundo é o ponto de vista da imagem pública da Universidade, pensando, por
36 exemplo, em quanto o governo federal está dando quanto de reajuste para as universidades hoje.
37 É importante pensar nisso, em como constroem uma imagem com a ideia de pegar o dinheiro
38 que arrecadam a mais e só colocar nos próprios bolsos. Isso é uma coisa que cala na sociedade
39 também, então é preciso ter uma certa preocupação e pensar que se sair a possibilidade de
40 contratar docentes, essa conta tem que fechar e ela tem um impacto financeiro, orçamentário,

1 mas ela também tem um impacto de imagem pública da Universidade na sociedade. As três
2 universidades estaduais paulistas são as únicas instituições do país que definem o seu salário, a
3 despeito da Assembleia Legislativa. Isso é algo que sempre vai persegui-los, e se não tiverem
4 seriedade, o risco é perder essa condição, ainda mais no contexto de reforma tributária. Então
5 uma coisa é dizer que estão comprimindo o salário, o que de fato não está acontecendo, as
6 pessoas estão tendo mais renda. Se somarem reajustes, progressões, vale-refeição, vale-
7 alimentação, não há dúvida sobre isso, é difícil alguém conseguir argumentar o contrário.
8 Obviamente pode-se fazer qualquer discurso, mas provar isso numericamente é praticamente
9 impossível, portanto precisam tomar cuidado de não fazer discurso para a plateia. Seriedade é
10 uma coisa importante no tratamento do orçamento, não só enquanto instituição, mas como
11 imagem junto à sociedade que está aí fora. Isso aqui não pode servir só para colocar dinheiro
12 no bolso das pessoas, pois precisam lidar com a manutenção do papel de ciência, tecnologia e
13 formação no ensino superior. A Unicamp tem uma liberdade que outras instituições não têm, e
14 para manter essa liberdade, precisam tratá-la com o máximo de seriedade também. A
15 Conselheira EVA LOPES TEIXEIRA diz que é muito bonito ouvir o senhor Reitor falar dessa
16 maneira, mas deixa claro que no salário dela vai fazer muita diferença. Acredita que é possível
17 dar um reajuste maior, o senhor Reitor sabe disso, a questão é querer fazer ou não. Não sabe
18 por que ele está tão preocupado com a imagem da Universidade, pois hoje ela enfrenta várias
19 denúncias, como desvio de verba e outras coisas, e o senhor Reitor pensando na imagem que
20 vão passar concedendo um reajuste maior aos trabalhadores. Para a Carreira Paepe uma
21 porcentagem maior faz muita diferença sim; ela é da área da Saúde, uma área que não para,
22 como muitas pessoas dentro desta Universidade, e basta ir na porta do Hospital e ver o que a
23 sociedade pensa deles. Então, do seu ponto de vista, o senhor Reitor poderia fazer mais por eles.
24 Como disse ano passado, quer ver o professor Antonio José terminar a sua carreira sendo o
25 melhor Reitor da Unicamp de todos os tempos. Pergunta que autonomia é essa que a Unicamp
26 possui que impede o Reitor de ouvir o trabalhador. O professor Antonio José não recebe
27 estudante, não recebe trabalhador, não recebe nem seus pares. Pensa que primeiro devem
28 arrumar a própria casa, depois arrumam a casa dos outros, então acredita que a Unicamp precisa
29 ser arrumada primeiro, para depois ir para fora. Não dá para dizer que a Universidade está sendo
30 de excelência quando se trata em dar o melhor para o trabalhador; basta ver a quantidade de
31 pessoas que não se inscreveu para o processo de progressão. Não foi porque elas não quiseram,
32 mas porque não acreditam no processo, inclusive porque chegam várias denúncias no STU de
33 pessoas que têm currículos bons e são mal avaliadas. Pergunta se o senhor Reitor consegue
34 explicar para a sociedade que os trabalhadores Paepe são muito mal avaliados. O Conselheiro
35 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO agradece à Aeplan pelos esclarecimentos, e diz que ficou com
36 dúvida em dois pontos. Há uma expectativa dos servidores de que o valor financeiro do processo
37 de avaliação seja o mesmo do ano passado. O professor Sarti já explicou, mas deixa isso
38 registrado. O Cruesp encerrou a política de reajuste, então pergunta se as três universidades
39 poderão negociar suas pautas específicas internamente. Muitos o questionam por que a USP
40 pode ter abono salarial e a Unicamp não, e não sabe responder. Aqui o Ministério Público

1 questiona os abonos, então pergunta se nas universidades co-irmãs isso também ocorre. O
2 MAGNÍFICO REITOR responde que o abono da USP foi concedido no ano passado, não foi
3 este ano. A USP tem uma lei de responsabilidade fiscal interna que a impede de gastar mais do
4 que o 85% com a folha, e ela já está em cerca de 84%, então, a princípio, se não houver uma
5 mudança de quadro, não existirá abono na USP este ano. No entanto, a pergunta não é
6 exatamente para ele, deve ser feita ao Reitor da USP. Observa também que a USP há 10 anos
7 não tem progressão de funcionários, que são todos CLT. A Unicamp teve dois anos de
8 progressão, em um ano 70% do total de recursos que poderiam estar envolvidos, e no outro
9 80%. Essas foram as duas últimas progressões, com valores consideráveis aplicados na
10 progressão Paepe. Tendem a olhar aquilo que é perfeito em cada lugar, mas não olham as
11 dificuldades, e esse é um papel que uma Administração tem que cumprir, porque ela tem que
12 pensar no conjunto das questões envolvidas com as carreiras, com a permanência estudantil,
13 com a ampliação do quadro. Não é possível, infelizmente, fazer tudo e não pensar também nas
14 repercussões de imagem, não pensar no futuro. Há um jogo a ser feito, mas estão sempre
15 andando em algum grau no escuro, porque não sabem o que vai ser a arrecadação, não sabem
16 se a Alesp vai aprovar logo ou não a questão da possibilidade de contratar pessoas. Há todas
17 essas questões que não os deixam ver com clareza completa o futuro, e nesse sentido estão
18 sempre fazendo adequações através das revisões orçamentárias ao longo do ano, que permitem
19 ir ajustando essas coisas, lembrando que a Unicamp é a única que faz essas revisões. O
20 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que não corresponde à verdade o que foi dito pela
21 conselheira Eva de que os funcionários não respeitam o processo de progressão. Tiveram, em
22 2022, 3.790 inscritos, 2.157 contemplados, portanto 57%. Em 2023, foram 2.362 inscritos com
23 1.955 contemplados, 83%. Isso faz com que já tenham sido contemplados 4.112 servidores de
24 um total de 6.500. Então, o processo funciona, as pessoas acreditam e participam.
25 Evidentemente que as inscrições para 2024 foram menores porque muita gente já tinha sido
26 contemplada anteriormente e estava no interstício de dois anos até poder participar do próximo
27 processo. Os aptos para 2024 eram 1.700, dos quais 1.100 se inscreveram, algo totalmente
28 normal. Vão ver agora com as mudanças que foram sugeridas pelo comitê, do qual participam
29 os funcionários, com alteração, inclusive, da avaliação. Portanto, trata-se de um processo
30 absolutamente legítimo, do qual os funcionários participam e têm se beneficiado. Defende esse
31 processo de progressão porque é de interesse e é uma conquista dos servidores desta
32 Universidade. Se o sindicato não apoia, é problema do sindicato, mas os servidores apoiam o
33 seu processo de progressão. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete
34 à votação a matéria, que é aprovada com 63 votos favoráveis, 01 voto contrário e 04 abstenções.
35 Passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-D-18212/2024 –, que trata de
36 proposta de deliberação Consu que aprova o reajuste de 5% proposto pelo Conselho de Reitores
37 das Universidades Estaduais Paulistas – Cruesp, a partir de maio de 2024. O Conselheiro JOSÉ
38 LUIS PIO ROMERA declara que vai se abster da votação, porque avalia que existe espaço para
39 um reajuste maior. Na reunião de negociação, propuseram uma nova reunião a ser realizada até
40 o final de maio, à luz dos novos dados da arrecadação de maio, porque a previsão de abril, que

1 saiu no dia 6 de maio, fechou em R\$13,6 bilhões, sendo que a previsão era de R\$12,7 bilhões,
2 ou seja, quase R\$1 bilhão acima da previsão da Secretaria da Fazenda. A argumentação dos
3 técnicos foi de que é um caso pontual, não se sabe se isso vai continuar acontecendo, e por isso
4 sugeriram uma nova reunião de negociação para que avaliassem, no final de maio, os dados em
5 relação a isso. Acompanharam também a arrecadação dos municípios, o repasse semanal, e
6 hoje, dia 28, que é o quarto repasse, está com os 5% acima da previsão da Secretaria da Fazenda.
7 Então era esse número que gostariam de ter apreciado junto com os técnicos do Cruesp e
8 também com os próprios reitores, porque a projeção é que a arrecadação de maio será superior
9 à previsão da Secretaria da Fazenda, que é R\$12,7 bilhões. O quadrimestre está com
10 crescimento de 12,77%, e demonstraria que é uma tendência. Outro argumento que traz aqui é
11 a questão da virada de chave do governo do estado: em razão da reforma tributária, a média da
12 arrecadação de 2024/2028 será a base de comparação para recebimento do dinheiro do fundo
13 de compensação para os estados que tiverem perda com a reforma tributária. Isso significa que
14 se São Paulo continuasse com as isenções, como está na LDO, a previsão era de aumentar de
15 cerca de R\$60 bilhões de isenção para R\$71 bilhões. O governo está reavaliando isso, e é por
16 essa razão que o Tarcísio declara que a arrecadação vai ter um crescimento de R\$15 bilhões,
17 sendo que 70% da receita do estado é ICMS. Quando o governador incluiu as faculdades de
18 Medicina de Rio Preto e de Marília e a Univesp nos 9,57%, já era uma tentativa de retirar
19 dinheiro das universidades com base nesse aumento da arrecadação. Na mensagem que
20 encaminhou à Alesp, quando retira as três instituições depois da pressão das entidades, ele
21 declara que a projeção dele para 2025 é 8% de crescimento, que as universidades teriam R\$1
22 bilhão a mais. O Cruesp também fez uma nota surpreendido, mas observa que pessoalmente ele
23 não ficou surpreendido com essa primeira tentativa de ele mexer com as universidades. O corte
24 da Fapesp não conseguiram reverter; fizeram um ato na Alesp, no qual estava presente a Pró-
25 Reitora de Pesquisa da Unicamp, e vão tentar falar com a liderança do governo e chamar outras
26 entidades para reverter o corte de 30% da Fapesp. A avaliação do Fórum da Seis é a
27 continuidade da negociação, e têm a perspectiva de ter os 10%. A situação do ano passado,
28 como o professor Sarti disse, era muito pior que a deste ano, com projeção da Aeplan na
29 primeira revisão de R\$144 bilhões. Assume que o sindicato errou, mas a Aeplan acertou, e ela
30 inclusive foi ousada ao conceder 10,51% de reajuste, índice que foi aprovado na assembleia do
31 STU. Hoje a situação é muito mais favorável e as universidades estão dando 5%, sendo que as
32 perspectivas são muito melhores do que as do ano passado. O Conselheiro WAGNER DE
33 MELO ROMÃO diz que vai retomar algumas coisas, inclusive dizer o porquê de estarem
34 fazendo a discussão do reajuste salarial no Conselho Universitário, o que nem sempre foi assim.
35 Até 2017, essa discussão se dava entre o Cruesp e o Fórum das Seis, mas aqui na Unicamp, a
36 partir da Deliberação Consu-A-20/2017, na gestão do professor Marcelo, houve uma decisão
37 que indica que o Conselho Universitário deve prever as despesas de caráter permanente,
38 inclusive os reajustes salariais propostos pelo Cruesp. Em 2018, era presidente da ADunicamp
39 e se posicionou questionando essa decisão, baseado no decreto da autonomia universitária de 2
40 de fevereiro de 1989, que menciona em seu artigo 3º que “O Cruesp baixará as normas

1 adicionais para fixar critérios de execução orçamentária, política salarial” etc., que é
2 considerando também o disposto no artigo 37 da Constituição da República Federativa do
3 Brasil. O artigo 37 é exatamente aquele que dá todas as garantias relacionadas aos servidores
4 da administração pública direta e indireta de quaisquer poderes, da União, Estado, Distrito
5 Federal e municípios, inclusive o direito à livre associação sindical, o direito de greve, o direito
6 a uma revisão geral anual do seu salário etc. Com isso, a Unicamp acaba se colocando em uma
7 situação difícil que é a de que uma vez que o Cruesp determine o índice de reajuste salarial, os
8 Conselhos Universitários, tanto da USP como aqui da Unicamp, estão autorizados a colocar
9 isso em discussão, mesmo que as negociações não tenham sido finalizadas, como é o caso neste
10 ano de 2024, e também foi o caso em 2018. Portanto, estão em uma situação contraditória
11 porque, embora entenda que houve um avanço, porque acha no limite que é melhor que o
12 Conselho Universitário referende uma decisão, mas não apenas uma decisão de uma das partes
13 da negociação, que é o Cruesp. A deliberação de 2017 não indica o Fórum da Seis, não indica
14 que se trata de uma negociação pautada nos preceitos constitucionais da liberdade de
15 organização sindical, dos direitos trabalhistas, mas é o que devem seguir hoje. Dada toda a
16 discussão que foi feita na parte anterior sobre a possibilidade de um índice de reajuste mais alto,
17 que incorpore as perdas ocorridas nos últimos anos, que eventualmente fortaleça a valorização
18 dos níveis iniciais da carreira, que possa – e não está aqui defendendo essa tese – colocar em
19 discussão a questão de eventuais abonos, como tem sido prática na Universidade de São Paulo
20 e que causa muita discussão aqui na Unicamp, propõe a seguinte redação para o artigo 2º: “A
21 aprovação constante no artigo supra não é impeditiva de eventual ampliação do índice e/ou
22 benefícios ainda no ano corrente”. A inclusão desse texto na deliberação no mínimo abre
23 margem para que, no segundo semestre, já tendo mais possibilidades de entender qual vai ser a
24 arrecadação ao final deste exercício, respeitando, inclusive, o que é a determinação do Fórum
25 das Seis, das assembleias que têm acontecido nas universidades, possa haver espaço para a
26 continuidade das negociações. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
27 parabeniza tanto a ADunicamp quanto o STU, no sentido de tentar a negociação, acha que eles
28 estão exercendo bem o seu papel, inclusive apresentando argumentos, tanto do ponto de vista
29 numérico, que o senhor José Luis apresentou bem, a professora Silvia também trouxe, e o
30 professor Wagner trouxe alguns pontos também relevantes em relação a isso. Acha importante
31 mostrar que esse processo é sempre de negociação; se isso, como o professor Wagner colocou,
32 deveria ser feito no âmbito do Consu ou fora dele, é uma questão que poderiam discutir. Isso
33 foi aprovado há alguns anos, como o professor Wagner lembrou, e mudaria nessa norma a
34 palavra “referendar”, porque acha que não necessariamente estão aqui para referendar a decisão
35 entre o Cruesp e o Fórum das Seis, estão aqui para deliberar, inclusive podendo ir contra o
36 reajuste. Acha que isso tem que ficar bem claro, mas é um papel de negociação fundamental
37 entre as entidades e que precisa continuar sempre sendo respeitado. Lembra que inicialmente o
38 reajuste seria menor, e foi a partir de negociação que chegaram aos 5%. O Consu tem o papel
39 de avaliar isso, e em contrapartida, obviamente, a Reitoria está aqui apresentando números que
40 mostram a capacidade que a Universidade tem de oferecer aumento. O professor Fernando Sarti

1 lembrou que está havendo um ganho real e que estão recuperando as perdas desde 2018 com
2 esse aumento de 5%. Tudo isso tem que ser colocado, mas é possível também pensar em algum
3 mecanismo que possa, de alguma forma, manter a negociação, inclusive como o professor
4 Wagner está propondo. Não sabe se isso de alguma forma fere algum tipo de deliberação da
5 Universidade, mas acha que é plausível para que mantenham esse espírito sempre contínuo de
6 negociação. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que pode ter parecido fora de
7 contexto quando se referiu à lei de quadros, mas lembra que esse mecanismo sugerido pelo
8 professor Wagner não seria possível caso a lei de quadros fosse aprovada da forma como está,
9 porque ela tem uma cláusula que estabelece que o reajuste não pode superar o estabelecido pelo
10 Cruesp. Na época pediu um esclarecimento à PG sobre esse item, mas acha que é uma ilustração
11 interessante que precisam trazer à luz dessas discussões. O Conselheiro WAGNER DE MELO
12 ROMÃO diz que o texto não é impeditivo de eventual ampliação do índice, evidente que o
13 índice tem que ser negociado com USP e Unesp, mas incluiu o “e/ou benefícios”, o que já está
14 na alçada da Unicamp e pode ser uma decisão apenas da Unicamp. A Doutora FERNANDA
15 LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que como tiveram uma ADI que questionou a
16 legalidade dos reajustes concedidos pelo Cruesp, isso foi muito discutido. O julgamento do
17 Tribunal de Justiça quanto a isso reconheceu a autonomia universitária e a atuação do Cruesp,
18 por isso até no projeto de lei quiseram ressaltar essa questão da peculiaridade da Universidade,
19 cujo reajuste está atrelado à posição do Cruesp e não a um projeto de lei que vá para a
20 Assembleia Legislativa, o que torna o processo, claro, muito mais complexo e difícil. Então é
21 nesses termos que está no projeto de lei e é nesses termos também que está a deliberação Consu
22 de 2017, que vincula a aprovação do reajuste Cruesp a uma decisão deste Conselho. Entende
23 que a proposta do professor Wagner não está mudando a deliberação Consu, e ela na verdade
24 até se torna um pouco, a seu ver, desnecessária, porque, de qualquer forma, qualquer outro
25 reajuste que porventura venha a ocorrer este ano vai ter que ser submetido ao Consu novamente,
26 assim como outros benefícios. Portanto, juridicamente falando, não há essa necessidade. A
27 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU esclarece que não é desfavorável à inserção que o
28 professor Wagner sugeriu; chamou a atenção exatamente contra o que foi colocado na PL que
29 tramita hoje na Alesp. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA concorda com a doutora
30 Fernanda; o Fórum das Seis concorda na isonomia das três universidades, que é o que está lá,
31 que de fato a negociação que estão reivindicando aqui de abertura é com o Cruesp. Na avaliação
32 do Fórum das Seis, existe possibilidade de ter um reajuste maior. A sua polêmica com o projeto
33 é quando ele fala da lei de responsabilidade fiscal, que foi inserida, e apresentaram uma emenda
34 para substituir falando do artigo 207 da Constituição, da autonomia universitária e também do
35 decreto de autonomia de São Paulo. Acha que isso reforçaria essa questão, em vez de citar no
36 projeto de lei a lei de responsabilidade fiscal. Considera essa emenda a mais importante que
37 apresentaram, e segundo o líder do governo, vai tramitar em 45 dias. Apoiava a emenda do
38 professor Wagner para continuar a negociação, e declara que vai se abster da votação para que
39 tenha continuidade a negociação. Em relação à permanência estudantil, acha fundamental que
40 ela seja discutida no âmbito do Cruesp e do Fórum das Seis, porque é uma conquista do

1 movimento estudantil na greve de 2000. Antes dela, não entrava estudante para as discussões
2 com o Fórum das Seis e o Cruesp. E a primeira vez que ouviu dado de permanência foi nessa
3 última reunião, em que a Unesp apresentou que coloca 1,8% do seu orçamento em permanência,
4 a Unicamp apresentou que coloca 3,5% e a USP pouco mais de 4%. Mas só que o da USP,
5 quando se abre para ver o que está lá como permanência, não é permanência. Então seria
6 fundamental que se discutissem os parâmetros, e propôs inclusive um grupo de trabalho das
7 três universidades para que se depurasse de fato se a Unicamp é melhor nesse aspecto em
8 relação às outras duas. Então acha que é fundamental esse debate da permanência estudantil
9 também no Cruesp com o Fórum da Seis e os estudantes participando, porque o orçamento é o
10 mesmo. Então, além do reajuste, reconhecem que precisa haver recurso para a permanência
11 estudantil. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que apoia a emenda
12 formulada pelo colega e companheiro Wagner Romão, porque a questão não é jurídica, é
13 política. Se perguntarem qual era o espírito por trás da Deliberação Consu-A-20/2017, essa
14 resposta poderá ser facilmente encontrada se se ativerem a qual tem sido a prática das
15 administrações universitárias, a anterior, que fez aprovar essa deliberação, e a atual, que tem
16 compartilhado, apesar de seu distinto signo político, o entendimento de que a aprovação do
17 reajuste proposto pelo Cruesp no Conselho Universitário encerra as negociações. Portanto,
18 engessando e desmobilizando a negociação sindical. O mesmo se aplica à USP, que mais ou
19 menos no mesmo período também adotou norma semelhante. O que o professor Wagner está
20 propondo é uma correção política, respeitando a forma jurídica, uma correção política que dê
21 flexibilidade para que, aprovando o reajuste no Conselho, ainda haja margem para negociações
22 no segundo semestre. O professor Antonio José disse que não há, por parte do Cruesp, intenção
23 de fazê-lo, portanto fica sujeito à mesa de negociação se vai prevalecer a vontade do Cruesp ou
24 a vontade dos seis sindicatos de negociar um pouco mais, a depender, inclusive, do eventual
25 aumento de arrecadação no segundo semestre. Considera que essa emenda justamente é uma
26 solução democrática, no sentido de dar flexibilidade às negociações, resguardando, inclusive,
27 o modelo da autonomia de 1989 que lhe parece ser o grande consenso no interior desta sala. O
28 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que fica preocupado porque são cobrados o tempo inteiro
29 de ter transparência e trazer os indicadores, mas quando trazem, o pessoal não gosta de um
30 indicador e resolve brigar com esse indicador. A revisão orçamentária é muito clara, ela mostra
31 que há uma previsão de receita e uma previsão de despesa, tentaram detalhar um pouco isso
32 para dizer que se tudo o que está ali previsto, e que é sujeito a revisões, se realizar, fechariam
33 com déficit o ano de 2024. Gostem ou não dos indicadores, é o que está lá. Dentro desse limite,
34 trouxeram uma proposta de reajuste que lhes parece razoável e, evidentemente, que é longe do
35 que qualquer um aqui gostaria. Todos gostariam de ter um aumento de 20%, gostariam de ter
36 ganho real, mas precisam lidar também com a realidade, que mesmo que seja otimista, como
37 está se manifestando nos primeiros indicadores, que é isso que vão averiguar ao longo do
38 segundo semestre, ela não é só o aumento de arrecadação, é olhar para o resultado como um
39 todo. Se a arrecadação sair de R\$154 bilhões para R\$157 bilhões, ou para R\$160 bilhões, são
40 R\$6 bilhões a mais, mas ainda haverá déficit dentro do orçamento da Universidade. Então não

1 é só olhar para a arrecadação; precisam olhar para arrecadação e para previsão de despesa, é
2 disso que se trata. Estão votando hoje aqui olhar para esses resultados, para essas previsões.
3 Nenhum problema em manter um grupo o tempo inteiro analisando o comportamento desse
4 indicador, mas pergunta quando vão tomar uma decisão: por exemplo, se a arrecadação subir
5 10%, dão reajuste, e pergunta o que farão se ela cair 5%. Tratar uma questão estrutural com
6 previsões conjunturais é mudar totalmente a lógica de análise; dessa forma, não haveria mais
7 razão de ter uma PDO, de ter uma distribuição, as revisões orçamentárias. Pergunta se a ideia
8 da transparência não é exatamente essa, de trazer os indicadores, comunicar, mas se os
9 indicadores não são os melhores, não há o que fazer. Também gostaria de estar aqui dizendo
10 que estão sobrando R\$300 milhões, e perguntando o que fariam com eles. A informação que
11 está trazendo é o contrário: se tudo que está previsto acontecer, vão faltar R\$300 milhões, e
12 todos sabem onde vão buscar, porque foi votado dentro do Conselho Universitário também que
13 constituíssem uma reserva de precaução. Aumentar o tamanho do déficit é uma decisão do
14 Conselho Universitário; se concederem 17% de aumento, como alguns propõem, mesmo que
15 escalonado, são mais R\$360 milhões de déficit em um único ano, e fechariam com um déficit
16 total previsto de R\$720 milhões. Como todos sabem, a Universidade tem três folhas reservadas,
17 em um total de R\$780 milhões; o recurso que era para o PPI está todo distribuído e há o item
18 sobre a permanência estudantil, que é o recurso que está lá para a moradia, e estão apenas
19 aguardando a autorização do Ministério Público para poderem fazer isso. Precisam indicar onde
20 tem o recurso; se o Consu decidir tirar essas folhas de reserva, que são exatamente R\$780
21 milhões, esgotam a reserva integralmente com reajuste de 17% em um ano. Também quer
22 aumento, todos querem, mas apela para a razoabilidade. Não adianta colocar em lei, como
23 sugere o professor Wagner, até porque o STU, a PRDU, a Aeplan, o Cruesp, o Fórum das Seis
24 vão estar o tempo todo monitorando todos os resultados, pois entram todos os dias para ver. E
25 certamente se os resultados forem positivos, vão levar isso em consideração. Se só souberem,
26 por exemplo, em setembro qual foi o comportamento, terão dado um reajuste que compromete
27 os anos de 2024 e 2025, portanto estão trazendo o que é possível. A Conselheira ANNA
28 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que não podem se esquecer que a luta que tiveram, da
29 qual participou apenas parcialmente, nesses últimos 23 anos, para conseguir a autonomia
30 universitária foi muito grande. E a autonomia universitária implica exatamente essas
31 responsabilidades para dentro da Universidade. Antes de entrar na Unicamp, era professora de
32 uma universidade federal, as universidades federais não lidam assim com seus orçamentos, e é
33 por isso que os seus docentes e servidores estão sempre em greve, porque eles não têm nenhuma
34 autonomia em relação ao orçamento das suas universidades. Portanto, gostaria que começassem
35 a pensar de um outro jeito em relação a essa questão, porque aprendeu que aqui são patrões de
36 si próprios, o que é uma contradição enorme, porque quando veem a Mesa falando sobre essas
37 questões, ninguém vai ser contra, ninguém vai dizer que devem ser irresponsáveis. Acha que
38 abandonaram um pouco a luta política em relação ao governo do Estado, em relação ao
39 orçamento da Universidade como um todo, ao repasse, porque as universidades conquistaram
40 os 9% e assim permaneceu. A Universidade aumentou o número de alunos, aumentou o número

1 de serviços, aumentou tudo, com menos, sempre com menos. Ninguém pensa que a
2 Universidade precisa ter um pouco mais de orçamento; acha que o deslocamento da luta é muito
3 importante, porque ficam brigando internamente, o que é muito ruim. Não sabe se algum dia
4 algum conselheiro vai estar sentado nas cadeiras da Administração, e é sempre essa dificuldade
5 de entender essas questões. Há dois anos, tiveram 20% de aumento, no ano passado foram 10%,
6 então quando houve condições, a gestão deu esses aumentos. Outra gestão vai vir, vai dar mais,
7 vai dar menos, dependendo da condição, mas devem deslocar um pouco esse eixo da luta.
8 Talvez tenham que voltar a ter um eixo de luta mais macro, inclusive pensando os servidores e
9 os discentes, porque se esquecem que tem um financiamento da Universidade, e é ela que gere
10 esse financiamento. Mas nunca ninguém se pergunta sobre o aumento que deveria haver em
11 função do fato de que a Universidade aumentou muito desde quando, 30 anos atrás, ela ganhou
12 essa porcentagem do ICMS. Então, aprendeu aqui depois de alguns anos que o seu patrão não
13 é o Reitor; ele faz a gestão desses recursos, inclusive com o Conselho Universitário discutindo
14 isso, e ressalta que em nenhum outro lugar é assim. Então, para defender a autonomia
15 universitária, vão precisar defender mais repasse para as universidades, o que é uma luta política
16 em relação a vários outros aspectos. A sociedade também gostaria de ter mais repasses para o
17 SUS, há a questão do SUS paulista, sobre a qual daqui a pouco vai se falar. Particularmente
18 acha que o Conselho Universitário não deve fechar as negociações, mas são padrões de si
19 mesmos, nesse caso, em razão da autonomia universitária, e precisam pensar nisso quando
20 tocam nos assuntos. Porque, independentemente da gestão, essas decisões serão tomadas
21 sempre aqui. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO pergunta aos conselheiros e
22 conselheiras qual é o espaço da negociação política, do debate político no Conselho
23 Universitário. Tem a maior confiança no modo como o professor Fernando Sarti organiza a
24 PRDU, não tem nenhuma dúvida sobre isso, mas observa que precisam reposicionar a
25 Universidade em um contexto em que, hoje, o que o Cruesp decide se torna lei. E os conselhos
26 universitários, infelizmente, acabam sendo absolutamente pautados por uma determinação que
27 se dá na esfera do Cruesp. Existe a diversidade da Universidade e possuem a possibilidade de
28 abrir espaços que, pelo menos por enquanto, estão fechados entre Cruesp e o movimento
29 sindical e o Fórum das Seis. A proposta é muito sintética, não está falando aqui de 17% já, não
30 está trazendo toda a pauta sindical aqui. É muito cuidadoso com os papéis que exerce; propõe
31 uma mediação em que possam, enquanto conselheiros e conselheiras, e considerando a bancada
32 estudantil também, que tem suas pautas, que está no processo de negociação dessa data-base,
33 aprovar que não há impedimento de uma eventual ampliação do índice e/ou benefícios ainda
34 no ano corrente. Essa é uma indicação política que o Conselho Universitário faz para a
35 comunidade aqui da Unicamp e para a comunidade da USP e da Unesp também. A Conselheira
36 SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL solicita a palavra para a professora Silvia Gatti. A
37 Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que em sua primeira fala já fez essa
38 sinalização em relação ao desejo de manter um canal de comunicação e discussão. É produtivo
39 para a Universidade, para o grupo técnico e para o Cruesp que isso aconteça, e, de alguma
40 forma, isso vai, com certeza, refletir em toda a comunidade acadêmica. A troca de informações,

1 que inclusive aconteceu de maneira muito positiva na última reunião no grupo técnico, traz
2 informações que fazem os grupos analisarem os números. Em nenhum momento falou sobre
3 17%, mas que pretendiam 10%; o que o senhor José Luis colocou é a posição dos sindicatos.
4 Vê de maneira muito positiva a possibilidade de que, sob chamamentos, que podem ou não ser
5 atendidos, o Fórum das Seis encaminhe solicitações. Inúmeras vezes encaminharam ofícios
6 para o Cruesp e não foram atendidos, por teimosia, por não querer discutir. É importante a
7 discussão, porque ela promove avaliação e esta traz resultados. Ninguém aqui é contra ou a
8 favor, são todos pela Universidade, e diz à professora Anna Bentes que esse papel político a
9 ADunicamp tem desempenhado muito bem ao longo de todos esses anos, não só fazendo a
10 discussão política no âmbito dos seus espaços, mas trazendo também para as câmaras e para o
11 Consu. Concorde que precisam ampliá-la, mas a comunidade tem que entender que os inimigos
12 não são eles próprios, nem Reitoria, nem o Fórum das Seis, os inimigos estão fora, e precisam
13 estar atentos àquilo que pode prejudicar as três universidades públicas paulistas, além da
14 Fapesp. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao senhor Everaldo para ele comentar como
15 está a questão da folha salarial. O senhor EVERALDO PINHEIRO diz que estão aguardando e
16 estão no prazo limite para saber se vai ser aprovado ou não. Se for aprovado o reajuste, a folha
17 já vai ser paga no dia 6 de junho com o reajuste, por isso precisam da decisão do Consu. O
18 MAGNÍFICO REITOR diz que deveriam votar o reajuste primeiro e depois o adendo do
19 professor Wagner. Observa que qualquer reajuste salarial depende do Cruesp; obviamente
20 podem decidir isso isoladamente, mas quem viu o risco que correram em relação ao decreto da
21 autonomia recentemente sabe a importância de as três universidades estarem juntas. Se as
22 pessoas têm qualquer dúvida a respeito, lembra que a questão foi rapidamente decidida, e foi
23 um movimento basicamente do Cruesp junto ao governo do estado. Fazer qualquer movimento
24 isolado pode ser prejudicial à Unicamp; é essencial que ela esteja junto com a Unesp e com a
25 USP. Portanto, essas decisões têm que ser coletivas. Propõe inverter um pouco a discussão,
26 imaginando que estivessem em uma situação de inflação alta e uma arrecadação decrescente;
27 pergunta, nesse caso, qual seria a reivindicação do Fórum das Seis. Não ia ser baseada na
28 arrecadação, ia ser baseada na inflação, e estão na situação contrária agora. A arrecadação tem
29 um potencial de crescimento, mas a inflação caiu. Não podem ter como farol só a arrecadação,
30 porque senão vão aumentar o salário sempre brutalmente acima da inflação. Pergunta se é essa
31 a proposta e observa que precisam ter pelo menos dois faróis. Qualquer pessoa que pensa um
32 pouco em números e economia sabe que o que interessa é o salário médio de um ano; não podem
33 pegar um pico de um salário que ocorre sempre. No mês que vem, vão receber o maior salário
34 deste ano, porque já em julho o salário será menor porque vai ter um mês de inflação. Toda
35 política salarial é feita em termos de salário real, é a média de um período, portanto pergunta o
36 que faz o sindicato pegar o salário de um mês de 2012, que foi lá em cima, e querer o reajuste
37 para o salário de agora. O fato concreto é que estão tendo, neste momento, 2,23% de reajuste
38 acima da inflação, e isso acima de 2018, porque o reajuste do ano passado repôs 2018. Então,
39 já existe um ganho efetivo. Isso é uma lógica que podem seguir ao longo do tempo, e exige,
40 obviamente, uma negociação política, porque se quiserem fazer isso de uma vez, há outras

1 consequências que mencionou na fala anterior, embora talvez as pessoas não considerem isso
2 válido. Mas o fato é que não podem olhar só o aumento da arrecadação, porque senão todo e
3 qualquer aumento vai virar salário. A Unicamp tem em seu vestibular 3.400 vagas, ao passo
4 que a Unesp tem 6.000 e a USP tem 11.000. A lógica de ter um percentual da arrecadação do
5 ICMS é a lógica de acompanhar o crescimento vegetativo do Estado, não vão sempre continuar
6 do mesmo tamanho. A arrecadação aumenta por várias razões, entre outras, pelo aumento da
7 população. Se a população quer mais vagas nas universidades, precisam ter isso como meta,
8 não é possível ficar sempre do mesmo tamanho com a população crescendo, e a arrecadação
9 crescendo. Não podem olhar a Universidade sob a ótica só da renda que tiram dela; o
10 crescimento vegetativo do Estado de São Paulo deveria ser uma meta de crescimento para as
11 universidades, porque ele tem um impacto na arrecadação. Isso é política, mas é política
12 olhando a sociedade e não só olhando para dentro, pois precisam ter uma visão um pouco mais
13 sistêmica do papel que cumprem no estado e na sociedade. E ninguém está comprimindo
14 salário, não é possível que as pessoas acreditem nesse discurso. Os fatos são reais: considerando
15 uma pessoa contemplada na progressão, ela teve reajustes que beiram os 50% ao longo desse
16 último período, considerando vale-refeição, vale-alimentação. Como instituição, devem ter
17 metas, e meta não é só a de crescer a renda, mas de crescer a Universidade, ampliar a sua
18 atividade, ganhar mais legitimidade na sociedade, abrir mais vaga, formar mais gente, formar
19 gente melhor. Senão ficam prisioneiros desse debate o tempo todo, e o que possuem aqui, que
20 é autonomia universitária com financiamento, lhes dá uma imensa responsabilidade, que devem
21 gerir olhando para todos esses objetivos. Não é à toa que esta é a universidade que tem a melhor
22 permanência estudantil, o melhor vestibular indígena no país, o que é uma marca, mas é uma
23 marca porque foi posto recurso também nisso. Vão aprovar oito vagas docentes para o percurso
24 indígena, por exemplo, então precisam considerar essas coisas que estão ocorrendo. Nem tudo
25 é viável, mas se não viabilizarem esse conjunto de coisas, a Universidade se torna inviável,
26 portanto precisam ter consciência do risco. Não havendo mais observações, submete à votação
27 a matéria, que é aprovada com 54 votos favoráveis e 14 abstenções. Em seguida, submete à
28 votação a proposta do professor Wagner de adendo de um artigo 2º: “A aprovação constante no
29 artigo supra não é impeditiva de eventual ampliação do índice e/ou benefícios ainda no ano
30 corrente”, que é aprovada com 55 votos favoráveis, 05 contrários e 06 abstenções. Passa ao
31 item 02 – Proc. nº 01-P-10278/2023 –, que trata de proposta de deliberação Consu que altera o
32 *caput* do artigo 2º da Deliberação Consu-A-06/23, que institui o benefício do Vale-Refeição,
33 reajustando o valor unitário para R\$40 a partir de 1º de junho de 2024. O Conselheiro JOSÉ
34 LUIS PIO ROMERA diz que a reivindicação do sindicato é de R\$1.100, que seria R\$50 por
35 dia, mas o reajuste de 11% contempla, neste momento, e vai votar favorável ao reajuste.
36 Observa que o Fórum das Seis faz a luta na LDO e está apresentando uma série de emendas de
37 ampliação do índice para as universidades. Foi apresentada uma emenda para incluir “no
38 mínimo 9,57%” de 10%, de 10,5% e de 11%, que é o histórico. Desde a autonomia, que foi
39 conquistada na greve de 1989, fazem isso para a LDO todo mês, e conseguiram ampliar de
40 8,4%, que era a fixação feita em 1989, para 9%. Nessa época, a Unicamp recebia mais que a

1 Unesp, diminuiu o valor da Unicamp e a Unesp passou; segundo o professor Vogt, na época,
2 isso ocorreu por conta da obra do Hospital. Depois, na greve de 1994, ampliaram de 9% para
3 9,57%, que vigorou a partir de 1995 e permanece até hoje. Nos 30 anos da autonomia, a Fapesp
4 fez um caderno com os indicadores, apontando que dobraram a quantidade de alunos, dobraram
5 a quantidade de dissertações de mestrado e teses de doutorado, e reduziram docentes e
6 funcionários. Portanto, há prestação de conta e acompanhamento do Fórum das Seis em relação
7 a isso. O MAGNÍFICO REITOR solicita ao senhor Everaldo que explique como vai ser tratada
8 a questão do vale-alimentação. O senhor EVERALDO PINHEIRO esclarece que o vale-
9 refeição é um produto conjunto do GGBS e da DGRH, e como o crédito já vai acontecer na
10 próxima segunda-feira, ele ocorrerá sem o reajuste na segunda-feira e durante o mês de junho
11 farão um crédito suplementar com a diferença dos R\$4. Então, o crédito dia 3 de junho ocorrerá
12 sem ainda o aumento devido ao tempo que possuem para fazer o processamento. O Conselheiro
13 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO solicita que se estude na próxima revisão orçamentária que o
14 aumento do auxílio-alimentação seja de 11%, como foi para o VR. Pergunta se há alguma
15 informação sobre o auxílio-saúde, que estava na pauta específica do sindicato e era uma
16 proposta dos conselheiros. O MAGNÍFICO REITOR diz que não há uma resposta. Não
17 havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Em
18 seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, passa ao item 03 do Adendo à
19 Ordem do Dia – Proc. nº 02-P-4538/2024 –, que trata de Termo de Concessão de Uso, a título
20 gratuito e por prazo determinado (dez anos), à Fascamp, do terreno de área de 8.410,00 m² da
21 quadra 30, onde se encontra o prédio construído e equipado com recursos destinados pelo
22 Ministério Público do Trabalho para a execução do projeto denominado Instituto de
23 Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço – IOU. Solicita uma fala do professor Coy
24 e depois da doutora Fernanda, que talvez permita já esclarecer algumas dúvidas e consigam na
25 discussão ter um pouco mais de concisão. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES
26 COY diz que o IOU foi criado a partir da doação oriunda de uma ação trabalhista ocorrida em
27 Paulínia. O Ministério do Público do Trabalho gerou uma multa e parte dessa multa foi doada
28 à Fascamp, que é a Fundação de Apoio à Área da Saúde, criada na Faculdade de Ciências
29 Médicas, e uma cessão do terreno provisória com convênio, até junho deste ano, para
30 construção de um prédio para a área de otorrinolaringologia e cabeça e pescoço. Em junho, de
31 acordo com o convênio, a Fascamp teria que doar esse prédio para a Universidade. Entretanto,
32 por dificuldades de orçamento e de financiamento, esse prédio, entregue em novembro de 2022,
33 está subutilizado, ocupando parcialmente as instalações; a área de centro cirúrgico não está
34 funcionando, assim como a tomografia e algumas áreas de internação e outras. O promotor que
35 cuida da área da Saúde aqui da região de Campinas é o doutor Daniel Zulian, que em uma visita,
36 sabendo que estava dessa forma, solicitou uma solução para uma implementação total do
37 prédio, que não poderia ficar dessa forma. Historicamente, o professor Agrício Crespo foi quem
38 conseguiu esse recurso e trouxe para cá por uma identificação forte dele com a Universidade.
39 Ele é formado aqui, é da área de cabeça e pescoço, e quis trazer esse instituto para a
40 Universidade pela identificação que ele tem com a FCM e com a Unicamp. Já conversou com

1 a doutora Fernanda, existe um entendimento controverso, mas o Ministério Público entende que
2 esse prédio é da Fascamp, então existe uma proposta para a cessão desse prédio para a
3 Universidade. Foi feito um documento jurídico pela doutora Lenir Santos, que é uma das
4 pessoas que mais entendem de saúde pública e do SUS, é uma defensora do SUS, com uma
5 proposta de cogestão entre a Universidade e a Fascamp. A Fascamp faria toda a parte
6 administrativa, iria atrás dos recursos, sendo que hoje o orçamento do IOU está, para um
7 funcionamento pleno, ao redor de R\$40 milhões a R\$50 milhões por ano. A Fascamp buscaria
8 todos os recursos e a Universidade entraria com a parte acadêmica, através da Faculdade de
9 Ciências Médicas, com pesquisa, ensino, extensão etc. Tendo isso em vista, foi realizada uma
10 reunião no Ministério Público, com participação da Fascamp e da doutora Fernanda, em que o
11 promotor solicitou um termo de parceria para que ele fizesse uma proposta de solução com
12 relação a isso. E a proposta que ele trouxe foi de uma gestão pela Fascamp, a Universidade
13 fazendo a cessão do terreno, e o acompanhamento da Universidade, que entendem que seria a
14 FCM inserida no IOU. Com isso, teriam uma implementação total sem onerar a Universidade,
15 sem acrescentar um adicional de recursos na área da Saúde e assim haveria uma implementação
16 total. O grande ponto com relação a isso é que o promotor propôs nesse acordo 40% de iniciativa
17 privada e 60% do público. Entendem que a iniciativa privada, através de convênios, financia o
18 público, mas não deve representar a alteração da vocação do instituto, a vocação é pública, ele
19 é da Universidade e sempre teve uma atuação pública. Esse modelo funciona em alguns locais,
20 o Instituto do Coração funciona assim, por lei pode fazer até 20% de saúde suplementar, mas
21 não consegue fazer, faz por volta de 15%. O Hospital das Clínicas em São Paulo, que é uma
22 autarquia da Secretaria de Saúde, mas que tem um forte vínculo com a USP, funciona nesse
23 modelo, mas ocupa somente 5% da sua capacidade de fundação de saúde suplementar, porque
24 não tem apelo. O Hospital de Base de Rio Preto, que é enorme, com quase mil leitos, tem 20%
25 de saúde suplementar e 80% público, sendo que os 20% fazem a suplementação do público, ou
26 seja, financiam o público. A Unicamp tem áreas que são terciárias, que atendem a casos mais
27 complexos; atendem pacientes SUS, na sua maioria, mas atendem uma parcela considerável de
28 pessoas que têm convênio e que vêm aqui atrás de um atendimento de maior complexidade, que
29 procuram uma qualidade maior. Hoje o SUS, sem dúvida nenhuma, no Brasil inteiro, financia
30 uma parte do sistema previdenciário do país, porque quando uma pessoa que tem convênio sofre
31 um acidente de moto ou de carro e vai até o pronto-socorro, é 100% financiado pelo público,
32 sem dúvida nenhuma. Foram questionados se isso geraria uma privatização da área pública, e
33 a resposta é não, de jeito nenhum, pois a vocação sempre vai ser pública. Perguntaram a ele na
34 CAD como fariam essa porta dupla, mas o promotor afirmou que não poderia ter porta dupla
35 no sentido de haver qualquer privilégio de quem tem um atendimento previdenciário. Não pode
36 ocorrer, por exemplo, a seguinte situação: para o paciente do SUS demorar 30 dias a consulta
37 e para o paciente do privado ter no dia seguinte. Na semana passada, houve um debate muito
38 importante na ADunicamp, que também facilitou o entendimento, com a presença do promotor,
39 doutor Daniel Zulian, o professor Zeferino, que é um grande entendido em toda a área da Saúde
40 e seu funcionamento, a doutora Lenir, entre outras pessoas, que esclareceram uma série de

1 dúvidas. Destaca que quem colocou a porcentagem de 40% privado foi o Ministério Público,
2 mas não necessariamente precisa ser, até porque não vão conseguir ter 40% de atendimento
3 privado. E o atendimento não terá nenhum privilégio do privado sobre o público, haverá uma
4 fila única para agendamento. Perguntaram também quem faria o acompanhamento disso; será
5 o próprio Ministério Público, e se houver um convênio com a Secretaria de Saúde, ela também
6 vai acompanhar, além de a Unicamp e a FCM. Observa ainda que o termo corresponde a uma
7 cessão de uso precário, o que significa que a Fascamp pode usar o prédio, mas ela não é dona
8 dele, a Universidade a qualquer momento pode solicitar o prédio e a gestão daquela área volta
9 para a Universidade, como qualquer parte da área da Saúde. Isso dá uma certa garantia, uma
10 certa segurança do funcionamento, e é bom que seja assim, a Universidade tem essa
11 prerrogativa a qualquer momento. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
12 SILVADO diz que preparou uma breve apresentação só para deixar todos no mesmo patamar
13 de entendimento com relação a esse projeto, que é bastante complexo e tem muitos documentos
14 na pauta. O projeto foi apresentado pelo Ministério Público como uma parceria entre a Fascamp
15 e a Divisão de Otorrinolaringologia e Cabeça e Pescoço da Unicamp. A Universidade entraria
16 com o terreno, onde iria ser construído o instituto, e com a equipe técnica. Os recursos para a
17 obra seriam do Ministério Público do Trabalho, com os decorrentes da multa por danos morais
18 coletivos do caso Shell/Basf. A execução da obra competiria à Fascamp e depois o posterior
19 custeio para o funcionamento do Instituto também ficaria a cargo da Fascamp, sem onerar o
20 orçamento da Universidade. Apresenta *slide* com um despacho do Ministério Público do
21 Trabalho feito pelos dois procuradores que concederam os recursos para esse projeto, em que
22 eles colocam, já em 2016, que se tratava de um projeto em parceria da Unicamp e Fascamp.
23 Esse assunto foi submetido à Copei, que em junho de 2018 elaborou um parecer, que está na
24 pauta, aprovando o projeto, desde que a obra seja custeada exclusivamente com recurso
25 extraorçamentário, e que, uma vez implantado, o IOU não gerasse nenhum tipo de impacto no
26 orçamento da Unicamp. Ela aprovou a proposta de localização do IOU, conforme sugerida pela
27 Depi, e destacou que estava sendo criado um novo órgão por desmembramento do HC, e que
28 esse assunto tinha que passar pelo Consu e pelo próprio HC. Na sequência, o projeto foi
29 aprovado pelo Conselho Executivo de Administração do HC, pelo Conselho Superior do HC,
30 que também destacou no seu despacho que se tratava da implementação a partir de recursos do
31 HC, atualmente alocados na área de otorrino, e que a expansão se daria com a captação de
32 recursos adicionais para financiamento das atividades. O projeto foi aprovado pela congregação
33 da FCM, e depois da liberação de um termo de parceria entre Fascamp e Unicamp, foi aprovado
34 por este Conselho Universitário exatamente cinco anos atrás, em 28.05.2019. Nessa decisão do
35 Consu, foi autorizado pela Unicamp que a Fascamp construísse e implementasse o IOU, que na
36 época se chamava Iocap, em uma área dentro do *campus* da Unicamp, em Campinas. Esse termo
37 de parceria resumidamente previa a autorização para a construção do edifício e implementação
38 dele em um terreno da Unicamp, edificação, aquisição, instalação de bens e equipamentos, e
39 que, após o término da construção, aquisição de equipamentos e materiais e sua devida
40 instalação, que a Fascamp doasse esse edifício para Unicamp mediante a aprovação do Consu.

1 Esse termo de parceria, a partir do dia 03.06.2019, quando foi assinado, vigoraria pelo prazo de
2 cinco anos, então ele tem como término previsto já o início da semana que vem. O cenário atual,
3 depois de muitas reuniões com o Ministério Público, é o seguinte: o prédio foi concluído em
4 junho de 2022, já foi feita a transferência das atividades ambulatoriais da Divisão de Otorrino
5 do HC para o IOU, sem expansão do serviço; várias áreas do prédio ainda não estão em
6 funcionamento, sendo urgente a sua plena utilização para atendimento da população; há um
7 procedimento administrativo de acompanhamento instaurado pelo Ministério Público de São
8 Paulo para acompanhar a prestação do serviço dentro do IOU. Não há expectativa, garantia ou
9 compromisso da Unicamp para que se obtenham recursos públicos adicionais para custeio e
10 ampliação desses serviços no IOU. O recebimento do prédio pela Unicamp, se isso for decidido
11 aqui, dando cumprimento integral à parceria então firmada, vai acarretar a necessária indicação
12 de recurso orçamentário para pleno funcionamento da capacidade máxima do prédio. E há uma
13 perspectiva de que a Fascamp consiga obter recursos para custeio das atividades na área de
14 otorrino tanto públicos quanto privados. A solução proposta é o termo de concessão de uso do
15 terreno para que a Fascamp, pelo período de 10 anos, por inegibilidade de licitação – isso tudo
16 está nos considerandos do termo que está sendo submetido aqui –, faça as atividades de
17 assistência à população. Esse termo posterga a incorporação do prédio ao patrimônio da
18 Unicamp, então posterga a finalização daquele termo de parceria; o que estava previsto ali
19 substitui as obrigações também daquele termo de parceria firmado em 2019 pelo que está
20 previsto agora, dá continuidade ao projeto do IOU aprovado pelo MPT, e com a condicionante
21 imposta pelos órgãos deliberativos da Unicamp de que não haveria mais recursos orçamentários
22 para funcionamento das atividades. Também prevê a possibilidade de fiscalização do
23 cumprimento das obrigações do termo a qualquer tempo pela Unicamp, o que está claro na
24 cláusula do termo de concessão de uso. Além disso, atribui responsabilidade para a Fascamp
25 executar as atividades de assistência SUS na área de otorrino, prevê que a Unicamp deixe de
26 executar diretamente essas atividades de saúde na área de otorrino, quando implementar todo o
27 período de transição previsto, que pode ser de um ano, chegando a dois anos no máximo. E
28 como a Fascamp irá realizar atividade de saúde complementar, autoriza que ela realize atividade
29 de saúde suplementar, isto é, atendimento privado ou particular, nos termos da lei, como foi
30 colocado pelo professor Coy, garantindo atendimento não inferior a 60% para o SUS. E ainda
31 prevê a celebração de acordo de cooperação entre Fascamp e Unicamp para as atividades de
32 ensino e pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas e no Instituto. Destaca no último *slide* as
33 regras de transição; tiveram que fazer um pequeno ajuste no termo de concessão de uso desde
34 a última CAD, porque o Ministério Público encaminhou uma versão mais atualizada do termo
35 de ajustamento de conduta, alterando um pouco os prazos, então para que os dois instrumentos
36 tenham a mesma redação e não haja conflito, fizeram uma pequena alteração. Ela prevê o prazo
37 de um ano para obtenção de recurso público para atividade de assistência, prorrogável pelo
38 mesmo período, por decisão do Reitor, totalizando os dois anos, que é o que a diretoria da FCM
39 havia encaminhado. Então, nesse período de dois anos, as atividades ambulatoriais continuam
40 sendo realizadas pela Unicamp, mas sem expansão. Obtendo recursos pela Fascamp, em 30 dias

1 devem celebrar regras para transição do serviço, então esse é um documento que ainda vai ser
2 elaborado de acordo com os recursos que forem obtidos. Feitas as regras de transição, a
3 Fascamp tem seis meses para iniciar o processo de transição das atividades. Estão com um
4 termo de ajustamento de conduta praticamente pronto, mas fará um pequeno ajuste, até porque
5 recebeu agora ao meio-dia uma última versão do TAC, alterando a cláusula 3.3, que foi um
6 adendo que colocaram agora, até por conta da proposta dele, para prever também que nessas
7 atividades de cursos, aulas e eventos, sejam descontados os custos do projeto, não só as
8 remunerações dos profissionais envolvidos. Então, só um pequeno adendo para que os dois
9 documentos tenham a mesma redação. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que
10 se lembra bem do início dessa discussão, do parecer Copei de 2018. Cumprimenta a Secretaria
11 Geral pela instrução da pauta, na linha de que a Universidade não é uma república independente
12 e isolada, e uma pauta bem instruída preserva a institucionalidade e ajuda os conselheiros a
13 tomar a melhor decisão. Fez um levantamento de matérias que foram divulgadas no decorrer
14 desse processo, começando com 2019, uma matéria que foi colocada no portal do MPT que fala
15 da questão da destinação do recurso para a Fascamp. O professor Coy já elaborou bem isso, não
16 vai colocar mais elementos. A próxima matéria é de junho de 2021, que possui um parágrafo
17 que coloca que “o IOU é também inovador em sua forma de gestão e manutenção. Todas as
18 verbas deverão ser externas e não serão oriundas do orçamento da Unicamp”, que é o que está
19 colocado no parecer Copei de 2018. A matéria seguinte, do portal da Unicamp, de junho de
20 2022, menciona o valor do recurso destinado pelo MPT, que começou com R\$40 milhões,
21 depois mais R\$11,5 milhões, que dá o total de R\$51,5 milhões. E lá também está colocada a
22 destinação de R\$12 milhões por parte do Governo do Estado de São Paulo na época da gestão
23 do Governador Rodrigo Garcia, que era para o início das atividades do IOU. Já foi colocado
24 como a verba foi repassada, não vai repetir aqui, e nessa mesma matéria está bem destacada a
25 questão do atendimento híbrido. Esse parágrafo coloca que, “apesar de ser dentro de uma
26 universidade pública, o hospital terá atendimento híbrido”, e lá está colocado 70% pelo Sistema
27 Único de Saúde e 30% para o atendimento privado. O que está colocado na pauta para o privado
28 é 40%, mas ele nasceu com a discussão de 30%. Em junho de 2022, uma outra matéria,
29 comemorando a inauguração do hospital, coloca a questão do atendimento híbrido e repete 70%
30 para o SUS e 30% para o privado. A próxima matéria, que saiu no portal da Unicamp, de
31 fevereiro de 2022, reafirma a questão do atendimento híbrido e que o Instituto não onerará o
32 orçamento da Universidade. E uma última é a do TRT 15, também comemorando a inauguração
33 do IOU, e que cita o que ele dará conta de fazer quando estiver funcionando em 100%, além de
34 mencionar a questão do sistema híbrido, novamente colocando 70% para o SUS e 30% para o
35 privado. Então, ele já nasceu assim, o que mudou foi o percentual, de 30% para 40%. A forma
36 de não onerar o orçamento da Universidade é utilizar esse modelo que está aí colocado, senão
37 quem assume é a Universidade, o que implica pagar todo o custeio do IOU, estimado em cerca
38 de R\$50 milhões ao ano. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que não estão
39 discutindo o modelo aqui, pois já discutiram bastante. Observa que da última reunião da CAD
40 para cá, conversou com algumas pessoas que se diziam realmente desconfortáveis com o

1 argumento de que se não der certo trazem o hospital de volta. Até porque, se acompanham
2 notícias no Brasil, sabem que, quando uma organização social perde o controle de um hospital,
3 há toda uma comoção social causada pela paralisação do hospital, com contratos sendo
4 disputados na justiça, e muitas vezes as pessoas têm contratos de trabalho suspensos. A cláusula
5 oitava do TAC menciona a fiscalização, e nesse sentido conversou com alguns diretores e com
6 a doutora Fernanda, que sugeriu que propusessem a criação de uma comissão de
7 acompanhamento das atividades do IOU, inclusive a captação de recursos e tudo o mais, para
8 que não se eximam da corresponsabilidade. Mesmo que sejam seis meses antes, sabem que isso
9 não cabe no orçamento da Unicamp, portanto seria, de certa forma, irresponsável por parte da
10 Universidade. E por mais que legalmente seja uma obrigação da Fascamp, sabem que na mídia
11 é o nome da Unicamp que vai aparecer. Essa foi uma preocupação que várias pessoas
12 expressaram, a doutora Fernanda as acolheu com essa sugestão, porque não vão refazer o TAC.
13 E uma outra questão que discutiram no grupo de diretores é que o conselho de curadores da
14 Fascamp sequer está na página; o estatuto prevê cinco membros médicos e professores
15 universitários, e quatro outros membros da sociedade. Entre esses membros, seria de bom tom
16 se a Fascamp convidasse alguém indicado pela CGU, por exemplo. O MAGNÍFICO REITOR
17 pergunta à professora Mônica se há uma proposta de composição para essa comissão de
18 acompanhamento do funcionamento do IOU que ela sugere. A Conselheira MÔNICA
19 ALONSO COTTA responde que não, só acha que o Consu deveria se preocupar em ter essa
20 comissão formada e que essa comissão crie formas de acompanhamento, na forma de relatórios
21 periódicos, por exemplo, mas obviamente isso vai depender da dinâmica da atividade. É algo
22 que está acontecendo intrinsecamente ligado ao nome da Unicamp e ela vai ser corresponsável
23 por qualquer problema social gerado pelo impacto da paralisação do hospital no futuro. Todos
24 querem que dê certo, concorda com o professor Coy que se está tudo certo, não tem o que
25 acompanhar, então, não é para atrapalhar, mas é para a Unicamp assumir essa responsabilidade
26 caso aconteça alguma coisa de errado, já que a cláusula oitava do TAC menciona que “a
27 concedente poderá fiscalizar a qualquer tempo”. A Conselheira JOSELY RIMOLI diz que a
28 Unicamp é internacionalmente reconhecida por sua excelência em ensino, pesquisa e extensão,
29 mas também cabe destacar que o é pelos seus serviços de saúde, que são conveniados ao SUS.
30 Lembra que as lutas de trabalhadores têxteis em 1913 e 1917 conquistaram a Lei Eloy Chaves,
31 de 1923, iniciando um longo processo histórico que viabilizou a instituição da Previdência
32 Social e do Ministério da Saúde. Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a primeira a
33 ter participação de trabalhadores da saúde, representantes de movimentos sociais e de
34 acadêmicos, aprovou as diretrizes do Sistema Único de Saúde, o SUS, a qual foi presidida pelo
35 professor Sérgio Arouca, recém-homenageado no Consu. A Constituição Federativa de 1988
36 promulgou que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Em 1990, o governo Collor
37 reduziu o financiamento do SUS, ao propor o pagamento por procedimentos médicos,
38 distorcendo o modelo assistencial proposto na 8ª Conferência, na concepção que previa
39 promoção da saúde, prevenção de doenças e trabalho em equipe. Campinas, no final da década
40 de 1970, foi protagonista dentre os quatro municípios brasileiros que implantaram os postos de

1 saúde, que iniciaram um modelo assistencial que prevê o atendimento de 85% das demandas
2 da saúde com resolutividade, cabendo 12% para a assistência secundária e cerca de 5% ou 3%
3 para os hospitais terciários e quaternários, como é a natureza do HC e Caism e demais serviços
4 de saúde da Unicamp. Lembra que, dentre os competentes docentes desta Universidade, o
5 professor Nelson Rodrigues dos Santos, da FCM, foi protagonista nesse processo histórico
6 nacional. As memórias e os inúmeros estudos demonstraram que a concepção do SUS
7 conquistou implementações, teve avanços, mas muitos retrocessos e muitos enfrentamentos,
8 devido às disputas pelos recursos públicos estatais da saúde pelo setor privado. Uma das causas
9 do subfinanciamento no SUS é que o estado subsidia os planos de saúde e os serviços privados
10 de saúde. Essa questão do financiamento do SUS impacta na valiosa e indispensável assistência
11 em saúde do HC, Caism e demais serviços de saúde. Destaca que também no orçamento desta
12 Universidade é preciso fazer alguns repasses. Assim, se faz muito necessário um estudo
13 interdisciplinar sobre como prever o futuro financiamento da Unicamp prevendo também os
14 recursos para todas as unidades de ensino, pesquisa e extensão. Cabe destacar as contribuições
15 na década de 1940 e anos 2000 do Departamento de Saúde e Coletiva da FCM, que colaboraram
16 para o enfrentamento das crises do SUS e por inovações de diretrizes para otimizar as redes de
17 saúde, o acolhimento, a humanização que foram instituídas no Ministério da Saúde a partir de
18 2003 pelo Governo Federal. Sabem que as interações das políticas públicas promovem a saúde
19 ou geram doenças. Assim, o papel da Unicamp em saúde é relevante na macrorregião de
20 Campinas e estados vizinhos. Avalia que não é necessário detalhar as desigualdades sociais que
21 fazem com que 80,6% da população de baixa escolaridade e renda seja dependente do SUS e
22 que a classe média venha perdendo sua capacidade de aquisição de planos de saúde. Faz esta
23 contextualização para localizar o papel do IOU nos próximos anos. Estão perante uma rara
24 oportunidade devido às capacidades, as condições prediais, a incorporação de tecnologia, que
25 podem e devem gerar inovações na pesquisa, na assistência e na gestão. Pergunta como contarão
26 esta história daqui a 10 anos, e diz que é uma rara oportunidade, porque o SUS nem sempre tem
27 essas boas instalações. Defende o caráter público do IOU, e que nesta cessão se garanta a porta
28 única, que as equipes assistenciais tenham atualizações, formações e honorários iguais aos seus
29 pares da área da Saúde. Em relação ao que a professora Mônica propôs sobre a comissão de
30 acompanhamento, diz que já há um planejamento sobre ele e todo um estudo sobre a legislação:
31 seria implantado o conselho gestor, com representantes da Unicamp, do IOU, da FCM, de
32 residentes, equipes de saúde, representantes de usuários e do Conselho Municipal e Estadual de
33 Saúde. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que este tema é da maior importância, e a
34 preocupação de todos aqui é com a garantia de que o hospital possa exercer o seu papel e possa
35 oferecer um atendimento público de qualidade para o maior número de pessoas. Estão em busca
36 de uma saída que seja a melhor do ponto de vista do interesse público, uma saída que seja
37 responsável, já que estão falando da relação entre público e privado e precisam ter muito
38 cuidado para não abrir um precedente que crie distorções nessa relação. Estão falando de um
39 hospital que foi construído com recursos públicos, em um terreno público, que leva o nome da
40 Unicamp, e que com a concessão vai passar a ser gerido por uma instituição sem fins lucrativos

1 de direito privado. Compartilha alguns incômodos com esse processo: o primeiro é com o fato
2 de que pautas emergenciais chegam até os conselheiros sem que haja muito tempo para a
3 reflexão e para o debate. Nesse sentido, parabeniza os colegas que organizaram a audiência
4 pública que aconteceu na semana passada, porque ela foi muito esclarecedora sobre o papel do
5 Ministério Público, da Fascamp, da Unicamp, em todo esse processo. Mas o tempo que possuem
6 é apertado: um acordo que foi feito em 2019 e que vence na semana que vem, e com isso
7 precisam tomar uma decisão hoje. Seu segundo incômodo é com o fato de que a proposta é
8 apresentada como um fato consumado, sobre o qual não possuem muita margem de negociação,
9 porque infelizmente tratam tudo a partir de uma ótica financeira, assumindo que a Universidade
10 não tem recursos para realizar a gestão, portanto não podem onerá-la. A discussão é sempre
11 feita a partir desse ângulo e não do melhor modelo de serviço para a sociedade ou melhor
12 modelo de gestão. E um terceiro incômodo é que a audiência pública deixou claro que essa
13 gestão vai possibilitar à Fascamp a obtenção do Cebas, que garante a isenção fiscal na
14 contribuição patronal para a seguridade social. Mas é uma renúncia fiscal que impacta o
15 orçamento público, então lhe parece que tem um paradoxo aqui, porque isso afeta a própria
16 questão do subfinanciamento do SUS, que foi apontada na fala da professora Josely. O senhor
17 Adilton disse que desde o início o modelo seria híbrido, mas houve pelo menos uma notícia no
18 Jornal da Unicamp, de abril de 2018, que dizia que o atendimento seria exclusivo para usuários
19 do Sistema Único de Saúde. Está levantando essas questões para que possam pensar nos
20 argumentos e na decisão que vão tomar aqui. Assistindo à audiência pública, entendeu,
21 inclusive pela fala do professor Zeferino, que a Fascamp não estaria interessada no modelo de
22 gestão 100% público com a garantia de ressarcimento pelo privado, que foi uma proposta que
23 apareceu também ali a partir da fala do professor Edson Bueno. Diante disso, fará uma proposta
24 alternativa até para que possam, também, como Conselho Universitário, incidir naquilo que foi
25 apresentado como TAC pelo Ministério Público, afinal é um hospital sediado na Unicamp, que
26 leva seu nome, e este Conselho precisa assumir a responsabilidade de intervir nesse processo.
27 A proposta que apresenta é de aumento do percentual; se a lei estabelece um limite mínimo,
28 podem, como disse o professor Coy, aumentar esse limite para garantir 80% de atendimento
29 SUS, até porque, também o professor Coy disse que, nos hospitais em que esse modelo de
30 gestão vigora, não chega nem a 20% de atendimento pelo privado. Portanto, encaminha a
31 proposta de 80% de atendimento SUS, e também endossa a proposta que a professora Mônica
32 apresentou de acompanhamento da gestão por parte da Universidade, de modo que possam
33 assegurar a transparência na utilização dos recursos. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ
34 SERVATO diz que a implantação do IOU atende a demandas importantes na saúde da
35 população brasileira. Como servidor do Cemeq, acompanhou a construção do edifício do IOU,
36 e parabeniza todos e todas que participaram direta e indiretamente desse projeto. É importante
37 essa discussão, e pergunta como será resolvida a questão de estacionamento para veículos dos
38 profissionais que trabalham no local e também dos pacientes, visto que já hoje, com o número
39 reduzido de atendimento, não há estacionamento para atendimento da população atual. Quem
40 caminha pelo local vê carros parados em local proibido na extensão da avenida. Outra situação

1 é o trânsito próximo à DEdIC: os pais que utilizam as creches têm demandas e expectativas de
2 que melhore a questão de estacionamento, pois dificulta a entrega das crianças no local.
3 Pergunta qual é o planejamento da Universidade para resolver essa situação. Também solicita
4 à Prefeitura do *Campus* a poda das plantas ornamentais que dificultam o trânsito nas calçadas
5 do IOU. Acredita que o atendimento deveria ser 100% SUS; o MP acompanhou todo o processo
6 de implantação do IOU, inclusive atendimentos por consultas pelos SUS e outros convênios
7 particulares. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que a reunião da
8 semana passada foi proposta pelo grupo Unicamp em Movimento, porque quando passou essa
9 pauta na CAD, ficaram muito preocupados. Fizeram uma reunião interna do grupo e decidiram
10 propor uma reunião aberta sobre o assunto, que foi bastante esclarecedora e deu condições para
11 as pessoas pensarem propostas para esta decisão do Consu. A primeira coisa que devem
12 considerar é que o recurso que possibilitou a construção desse prédio foi público. Foi uma pena
13 que a Unicamp não teve mais ingerência sobre a própria construção do prédio, porque aquele
14 prédio destoou um pouco da arquitetura, da proposta da Universidade. Ele inclusive mata
15 passarinhos, porque é todo espelhado, então é antiecológico também. Isso mostra que a gestão
16 dos recursos públicos, quando feita por um conselho democrático como o Consu, é melhor,
17 porque existem os problemas, mas há toda uma discussão com a comunidade. Na reunião do
18 grupo, falaram bastante do problema da gestão do Instituto, que vai ter ensino, pesquisa e
19 extensão, mas não é um hospital, porque não tem leito etc., então se trata de um atendimento
20 ambulatorial. Considera importante a proposta que foi colocada aqui, também aventada na
21 reunião, sobre uma comissão de acompanhamento, e na parte que cabe à Unicamp, acha que
22 deveriam pensar um modo de escolher esses representantes para estarem lá. A comissão de
23 acompanhamento teria algumas funções a serem definidas um pouco mais à frente, mas acha
24 que seria muito importante que definissem. A professora Josely já deu um modelo, mas está
25 falando de um modelo dos membros da Unicamp, de como vão escolher pessoas em relação a
26 essa comissão. Acha que isso é uma questão interessante a ser pensada. A outra questão é
27 realmente o poder de gestão; na reunião também mostraram uma preocupação muito grande
28 com esse modelo, e discorda do pressuposto de que o privado financia o público, inclusive
29 possuem muitos exemplos de que isso não acontece. E que, ao contrário, todas as vezes que não
30 dá certo, quem assume é o estado, quem assume é a população, pagando seus impostos a
31 projetos malfadados. Espera que não seja o caso do IOU, mas acha importante ter
32 acompanhamento da gestão, porque sabem que essas gestões privadas nem sempre são
33 interessantes. Uma pergunta que faria para o pessoal que está à frente da proposta seria, por
34 exemplo, o papel do Cepre, com a sua equipe de audiólogos e de fonoaudiólogos. A Faculdade
35 de Ciências Médicas tem os médicos, mas há também um conjunto de técnicos, de docentes
36 que fazem pesquisa nesse campo, então gostaria de saber como esses profissionais ou mesmo
37 as pesquisas desenvolvidas no Cepre vão ser incorporadas ao IOU. E, por fim, sabem que não
38 é fácil conseguir os recursos do SUS; ficam falando aqui em 80% do SUS etc., mas sabem
39 muito bem que o melhor pagamento desses recursos é feito em função do nome da Unicamp
40 também. O melhor pagamento e também a obtenção não é por conta só da gestão privada, mas

1 principalmente por conta do nome da Universidade, que está em jogo. Acha que a proposta de
2 80% é justa e viável, não podem ir pelo mínimo, devem ir pela prática de hoje. Sabem também
3 que o Incor foi várias vezes socorrido pelo estado, mesmo com a gestão que tem. Agradece a
4 todos os colegas que prestigiaram a reunião que fizeram na ADunicamp, que cedeu o espaço, e
5 diz que o grupo Unicamp em Movimento sempre esteve muito preocupado com essa pauta e
6 por isso incentivou a discussão e a formulação de propostas para a resolução de uma questão
7 que não foram eles que decidiram. Acha que as pessoas que decidiram isso pensaram que o
8 prédio ia ser incorporado à Unicamp, porque era isso que estava dito, mas não vão poder
9 incorporar porque não possuem condições de arcar. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
10 diz que acompanhou a discussão no Consu e na época levantou a questão de quem manteria o
11 custeio de um prédio desse tamanho. Não tinha um planejamento, na sua opinião, e é um assunto
12 que vem já de bastante tempo. Várias vezes votaram, inclusive nesta pauta, suplementação para
13 o HC, e defende que tenha suplementação, defende inclusive que a Unicamp incorpore isso
14 com recurso do Estado. Porque o governador tem uma emenda, que é a PEC 9 de 2023, que
15 propõe a redução de 30% na educação para 25% e diz que esse dinheiro será investido na saúde.
16 Se não há recurso para esse financiamento, pergunta por que ele está propondo a redução do
17 investimento em educação. Então é uma falácia, na verdade estão discutindo aqui que modelo
18 de saúde terá daqui para frente na Unicamp, essa é a discussão de fundo; se vai ser a fundação
19 que vai administrar toda a área de Saúde, se vai ser o Ebserh, usado nos hospitais universitários
20 federais. Esse modelo proposto aqui está implantado em diversos lugares, como é o caso do
21 Hospital Mário Gatti, do Hospital Ouro Verde, é Oscip ou fundação, é sempre esse modelo que
22 está em jogo. É isso que está sendo implantado aqui, não tem dúvida. O sindicato mantém a sua
23 posição de 100% SUS, até porque sempre foram contrários à terceirização da área da Saúde,
24 que gera subemprego na Universidade. Nas áreas de limpeza, portaria, ascensorista, tem vários
25 processos no sindicato de trabalhadores que ficaram sem receber salário e no final quem é
26 responsável solidária é a Unicamp. Então essa discussão da terceirização, na verdade, é para
27 gerar lucro para as empresas, mesmo dizendo que é uma fundação que não tem lucro, que vai
28 reinvestir no hospital. O que está sendo discutido é qual modelo a Unicamp vai seguir daqui
29 para frente, na sua opinião essa é uma decisão fundamental e vão manter a orientação de que a
30 Unicamp tenha funcionários contratados por concurso público e toda a área da universidade ser
31 pública. Já foi ao estacionamento do Cemicamp e ele cobra tarifa, portanto se a Fascamp decidir
32 que vai cobrar tarifa no estacionamento do IOU depois que tiver a concessão, é uma fundação
33 privada que decide, as pessoas vão pagar estacionamento, vai haver uma cancela. Dessa forma,
34 declara o encaminhamento de voto contrário a essa proposta. A Conselheira PATRÍCIA
35 KAWAGUCHI CESAR diz que é um pouco preocupante colocar que a Universidade pode
36 solicitar o prédio se não der certo, a qualquer momento, porque possuem o exemplo do
37 imbróglgio do terreno da Funcamp e a moradia estudantil. Possuem verba para fazer a reforma
38 da moradia mas não conseguem, porque o Ministério Público diz que é da Funcamp, que a
39 Unicamp não pode usar o dinheiro, e acabam ficando reféns do Ministério Público. Portanto,
40 têm um exemplo de que isso talvez não vá funcionar muito bem. Uma outra preocupação que

1 tem é saber o que impede de, com argumentos de insuficiência financeira, de não estar dando
2 para manter, de ter uma baixa arrecadação, uma futura gestão colocar a proposta de passar a
3 gestão do HC para uma empresa, de fazer parcerias. Então, uma vez que começam a abrir essas
4 portas, acha que é muito mais difícil de fechar depois. Veem os exemplos da terceirização
5 desenfreada e acha que o STU faz muito bem em lembrar que sempre se colocou contra a
6 terceirização dos restaurantes, da segurança, e de ver como a terceirização só foi piorando cada
7 vez mais a qualidade do serviço e piorando os empregos. Sabem que um governo neoliberal
8 quer privatizar, terceirizar tudo o que for possível. Então, todos os cargos de servidores, se fosse
9 possível para o governo terceirizar, ele estaria incentivando a terceirização. Se fosse possível
10 terceirizar os docentes, estaria terceirizando o docente universitário também, pois não tem a
11 menor dúvida de que esse é o maior sonho do Tarcísio, de não ter mais docente universitário
12 concursado com a garantia de ter sua carreira estável, de ter a sua liberdade de cátedra e de ter
13 a autonomia universitária das universidades paulistas. Outra coisa é que acha que 10 anos é
14 muito tempo, são mais de duas gestões de Reitoria, e veem aqui no Consu várias coisas sobre
15 as quais precisam deliberar que foram decisões de gestões passadas, e colocam que a outra
16 gestão não pensou muito bem, mas aprovou, e devem lidar com isso agora. Daqui a alguns anos,
17 o Consu pode dizer que no dia de hoje deliberaram sobre isso e deu tudo errado. Concorde
18 muito com o que a professora Andréia falou, que chega uma proposta já colocada, fechada, e
19 sobre a qual precisam decidir até semana que vem. E ficam aqui discutindo e tentando melhorar,
20 colocar algumas emendas para deixar uma proposta menos pior. De fato, aumentar para 80% o
21 serviço público é melhor do que o que está hoje, mas melhor ainda seria defender a gestão 100%
22 pública, defender o SUS; acha que é isso que, em uma universidade pública, deveriam estar
23 fazendo. Então, deixa esse apelo para que levem em consideração isso, o peso e o tamanho da
24 decisão que vão tomar hoje e o que isso pode acarretar no futuro. A Conselheira ANA MARIA
25 ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que a representação da carreira PQ considera que a
26 decisão de hoje precisa priorizar a garantia de acesso gratuito e universal à saúde, como vários
27 conselheiros já colocaram, mas também preservar a Universidade de ônus fiscais e jurídicos
28 perigosos. Vão encaminhar o voto favorável à aprovação da minuta, porém ressaltando que a
29 Unicamp deve zelar sempre pelo acesso universal de qualidade gratuita à saúde da população,
30 valorizando e lutando pelo SUS. Nesse sentido, não veem que haja, no momento, outra forma
31 de viabilizar a manutenção e ampliação do atendimento nessa área, que tem uma fila grande de
32 espera no SUS. No entanto, ressaltam a necessidade de a Unicamp se comprometer em criar
33 um mecanismo de apoio na fiscalização da fila única no IOU. Por isso, manifestam o apoio à
34 proposta de composição de um conselho gestor, de uma comissão de acompanhamento, como
35 foi colocado, de forma a coibir efetivamente a porta dupla, além de se comprometer e estar
36 atenta a qualquer forma de precarização dos trabalhadores da saúde do IOU. Também apoiam
37 a proposta de 80% de atendimento SUS; no seu entendimento, uma universidade pública precisa
38 ser eticamente responsável pelo zelo de todas as atividades que acontecem em seu espaço,
39 mesmo que sejam concessões. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz
40 que já foi superintendente do HC e é extremamente favorável a 100% do atendimento SUS,

1 mas observa que estão diante de um fato que não podem negar: no momento, o público está
2 financiando o privado. O que acontece na vida real do HC e do Caism é que atendem uma série
3 de pessoas com convênio, o convênio deixa de pagar, deixa de gastar aquele dinheiro, o que se
4 reverte em lucro para o convênio, e o estado acaba assumindo esse paciente. Há agora uma
5 situação concreta: ou deixam uma área fechada extremamente importante para o atendimento
6 da população, ou flexibilizam começando a cobrar desses pacientes que já existem hoje no
7 sistema e que os convênios simplesmente se omitem. Acha que a doutora Elaine tem números
8 mais reais, mas na época em que era superintendente, perto de 22% dos pacientes do pronto-
9 socorro, aqueles que eram acidentados na estrada e trazidos para o HC, tinham convênio. Às
10 vezes davam aqui um primeiro atendimento e depois vinha um helicóptero do Hospital Albert
11 Einstein buscar para fazer a recuperação em outro hospital, assim como muitos pacientes com
12 Unimed e outros planos de saúde. Acha que possuem uma oportunidade agora de aumentar o
13 serviço que o SUS pode propiciar para a população de Campinas e região. É longe do ideal, o
14 ideal é o que os conselheiros falaram, é ser 100% SUS, ter dinheiro suficiente para tocar aquele
15 hospital seria ótimo, mas não é a realidade, por isso acha que devem compor. O percentual pode
16 ser discutido aqui, mas acha que não podem perder a oportunidade de abrir essa área para novos
17 atendimentos. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que é totalmente
18 favorável ao modelo para o IOU que está sendo apresentado. É muito bom que haja alguma
19 alternativa para ajudar no financiamento do atendimento da população, que seja 20%, 30% ou
20 40%, se chegar a 40%, porque sabem também que o SUS não consegue, mesmo que tenham
21 100% de atendimento SUS, ele por si só não sustenta um hospital, basta ver o que acontece no
22 HC e no Caism, em termos de quanto entra de recurso SUS, de quanto entra recurso
23 orçamentário da Unicamp, e acha que nesse hospital não seria diferente. Então, se houver uma
24 alternativa e ela se tornar viável, acha que ela tem que ser extremamente considerável para o
25 funcionamento deste novo hospital. É muito bom que exista essa preocupação do financiamento
26 público e que a FOP possa se tornar um ambiente da Unicamp. O atendimento odontológico
27 feito na FOP tem uma parte financiada pela Unicamp, através do pagamento de salário dos
28 funcionários, e boa parte do atendimento é financiado de maneira privada, pelos alunos da FOP.
29 São os alunos que compram instrumental, material, que vão buscar recursos para que o
30 atendimento possa acontecer e que eles possam aprender no atendimento. Como estão aqui
31 falando de financiamento SUS, o quanto o SUS é importante, lembra que a FOP não tem recurso
32 SUS por uma questão de CNPJ. Receberam na semana passada a devolutiva de uma reunião
33 ocorrida entre a Diretoria Regional de Saúde 7 e 10, a 7 é de Campinas e a 10 é de Piracicaba.
34 Esse documento voltou para a FOP apontando que há necessidade de a Faculdade ter um CNPJ
35 para que possa firmar um convênio SUS, uma vez que o CNPJ da Unicamp já é utilizado aqui
36 na área de Campinas, na DRS 7. Estão discutindo isso junto à Reitoria, mas não possuem até o
37 momento uma forma concreta de financiamento do atendimento. Se a FOP faz parte da
38 Unicamp, acha que deveriam incluí-la nessa discussão. Ressalta seu apoio à proposta que está
39 sendo apresentada agora, porque de alguma forma isso desafoga um pouco o orçamento da
40 Unicamp. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAIDE diz que todas as tratativas, vistas

1 do ponto de vista legal, levam à convicção de que esse instituto foi pensado e está atrelado à
2 questão da otorrinolaringologia, lembrando que é um instituto e não um hospital. O modelo
3 público-privado foi pensado tomando por base outros hospitais e institutos que têm ou não um
4 certo benefício em relação a ele, dependendo inclusive do local onde ele está sendo
5 implementado. Existem locais extremamente competitivos, como São Paulo, onde o Incor,
6 nesse trimestre, já precisou de verba da Secretaria do Estado de São Paulo para se manter, apesar
7 de ser público-privado. Existe também o Hospital de Rio Preto, que teve dificuldade em relação
8 à questão de aceitar o SUS Paulista, porque o valor do SUS Paulista era menor do que ele
9 precisava, e ele também precisa do retorno do Estado. É a favor de que esse modelo seja
10 instituído, porque o recurso que vier será bem-vindo e vai beneficiar pessoas que estão
11 aguardando em listas, sejam elas pessoas que tenham convênio ou pessoas que venham direto
12 do SUS. Lembra que quando se fala em convênio, eles falam convênio com a Secretaria do
13 Estado de São Paulo, a maior parte dos convênios é das próprias prefeituras, por exemplo
14 convênio da Prefeitura de Amparo, convênio da Prefeitura de Cosmópolis, que serão feitos, se
15 tudo acontecer dentro do que se espera, através da Fascamp, e tudo isso retorna para o próprio
16 benefício da instituição. Então não vê nenhum problema que haja essa possibilidade, até porque
17 está muito claro que se houver algum tipo de problema, a Universidade vai acompanhar e
18 pontuar, fazendo o que considera mais acertado. Acha que esse modelo deve ser implementado,
19 não pensando que será uma ideia salvadora para a área da Saúde, o que acredita que não vai ser
20 por conta da característica que a Universidade possui, mas precisam tentar. Foi muito bonito o
21 que a professora Anna falou na ADunicamp, que são a vitrine de como o SUS é visto por toda
22 a sociedade, e os 80%/20% ou 70%/30% ou 60%/40% não vai fazer diferença. A diferença é
23 que estão aqui no Consu priorizando, independentemente do número, o Sistema Único de
24 Saúde, que é a vocação da Unicamp. A realidade é que vai dizer o que precisa e chegar nesses
25 números não vai ser fácil, e isso o futuro vai mostrar, a curto prazo. Já deve haver alguma
26 proposta de parceria com o estado para esse tipo de tratativa, então sugere que acreditem na
27 proposição desses colegas. O doutor Agrício foi seu professor, é uma pessoa idônea, uma pessoa
28 que tem essa ideia do SUS também, e que deseja, por meio dessa nova tratativa, possibilitar
29 atender mais pessoas. Devem dar esse voto de confiança para que tudo dê certo, e se não der,
30 estarão todos aqui novamente para acompanhar o desfecho disso, que é inovador e que não
31 podem deixar de acompanhar, porque está dentro da Unicamp. A Conselheira KETHLYN
32 KETHRINY DA COSTA BRITO diz que ficou um pouco confusa durante o debate, porque
33 todos defendem o SUS, mas acham que essa é a melhor saída mesmo. Enfrentam um grande
34 problema no país com a falta de financiamento na saúde e na educação, e isso tem se agravado.
35 Enquanto universidade pública, possuem o dever de defender plenamente o SUS, e lembra que
36 hoje possuem no governo do estado o Tarcísio de Freitas, inimigo número um da educação.
37 Também está bem claro que ele tem avançado com seu projeto de privatização do metrô, da
38 Sabesp e da CPTM, e que ataca diretamente a educação, ameaçando cortar R\$9 bilhões da
39 educação. Já disse que vai cortar R\$600 milhões da Fapesp, aprovou as escolas cívico-militares,
40 e tudo isso não está desligado do que estão debatendo aqui hoje. É importante fazer uma análise

1 de conjuntura para prestar atenção no que estão fazendo dentro da Universidade, já que ela é
2 um reflexo da sociedade. Tarcísio de Freitas já manifestou interesse em privatizar as
3 universidades públicas, portanto precisam ficar atentos e pensar a quem interessa a terceirização
4 e a privatização, e a como os trabalhadores acabam sendo mais precarizados, recebendo
5 menores direitos, menores salários. Acha importante pensarem sobre isso, que não é uma causa
6 distante, é só olhar para o restaurante universitário para perceber muito bem essas iniciativas
7 dentro da Universidade. A terceirização mata, assim como matou a senhora Cleide Aparecida
8 dentro da Unicamp, além de oferecer um péssimo serviço, que é o que está acontecendo hoje
9 com o RU. É importante ficarem atentos a isso, porque pode ser um reflexo para o que estão
10 debatendo aqui hoje. Acha que deveriam estar debatendo parcerias com setores públicos que a
11 Unicamp deveria ter, e não dar nenhuma brecha para que as privatizações possam adentrar a
12 Universidade. Observa que o SUS consegue, sim, garantir o financiamento de um hospital
13 inteiro, e até mais do que isso, se não fosse por apenas 2,7% do orçamento do país ser destinado
14 para a educação, 3,37% para a saúde e 46% ser destinado à dívida pública. É importante que
15 pensem em todos esses pontos e possam debater com qualidade, possam debater, inclusive,
16 mais próximo de todo o corpo estudantil, uma vez que hoje, inclusive, as pessoas que mais
17 usam o hospital são os discentes e a comunidade externa da Unicamp. Quem mais utiliza são
18 as pessoas que menos têm condições, inclusive por conta de um problema muito grande no
19 investimento da saúde pública hoje. Por isso cada vez mais devem fazer parcerias e conversar
20 com os estudantes, inclusive pensando na paridade que devem ter hoje no Consu, para que
21 consigam debater isso com qualidade com as pessoas que vivem isso de perto. A Conselheira
22 ROBERTA CUNHA MATHEUS RODRIGUES diz que é favorável à proposta por considerar
23 que ela possui vocação para o SUS, e a Faculdade de Enfermagem é totalmente favorável ao
24 SUS. Entende que é uma possibilidade para que a estrutura já finalizada entre em pleno
25 funcionamento. Acha que o processo está bem instruído, a concessão é precária e pode retornar
26 à Unicamp, se ela assim o desejar. Há mecanismos que podem controlar, que podem
27 supervisionar, e é uma possibilidade de atendimento aos usuários do SUS, já carentes de um
28 atendimento por estruturas de saúde que podem, por uma negativa hoje, acabar não tendo um
29 funcionamento na sua plena totalidade. Portanto, declara sua posição favorável à proposta. O
30 Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY solicita a palavra à professora Silvia
31 Santiago. A Professora SILVIA MARIA SANTIAGO parabeniza o senhor Reitor pela
32 indicação hoje para Conselho Superior da Fapesp. Em seguida, diz que não poderia deixar de
33 comentar a importância, a partir da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, da questão do
34 direito à saúde de qualidade, amplo e universal. As propostas são todas muito interessantes,
35 importantes, acha que a comissão de acompanhamento é necessária, mas vai apresentar uma
36 proposta com base em uma experiência que tiveram na FCM, há alguns anos, que foi a
37 OncoRede, na qual não só trabalhavam com os profissionais de dentro da Universidade, do HC,
38 do Caism, do Hemocentro, mas também com os profissionais dos municípios, discutindo
39 amplamente na região a corresponsabilidade que os municípios têm em relação ao que acontece
40 no serviço especializado, então na rede de saúde aqui da Universidade e o cofinanciamento na

1 medida do envolvimento das redes locais, no cuidado aos pacientes que são atendidos aqui na
2 Universidade. A comissão de acompanhamento é importante, mas tem uma coisa anterior que
3 é a cogestão do serviço. Tiveram também já experiências amplas de cogestão, então propõe
4 uma cogestão com a Fascamp; o professor Agrício tem uma experiência grande na gestão do
5 serviço de otorrinolaringologia da Unicamp, ele é muito competente, e poderiam agregar a ele
6 outros profissionais, inclusive de outras áreas que não só a da Saúde. Uma das cogestões mais
7 importantes que já tiveram na Universidade foi no município de Paulínia, com participação do
8 IFCH, do Instituto de Economia, da Faculdade de Educação, então acha que é um momento de
9 a Universidade mostrar pujança na sua presença e na sua capacidade de inovação. Sua proposta
10 é muito mais no sentido de que agreguem outros saberes e outros profissionais, também da
11 saúde, por exemplo da saúde coletiva, que têm muita experiência com isso, e poderiam inclusive
12 convocar os colegas que estão no Ministério da Saúde para proteger, para conseguirem ter uma
13 consistência de gestão que possa ser, isso sim, um modelo de gestão para outros serviços de
14 saúde, e inclusive que possa contaminar até os outros serviços da Universidade. Acha que este
15 Conselho Universitário deveria pensar no que seria uma cogestão, quais faculdades e institutos
16 poderiam ajudar e quais setores dentro da própria Faculdade de Ciências Médicas poderiam
17 agregar conhecimento de gestão, mas também, na linha do que falou a professora Joseli, de
18 humanização, de participação da própria população, e uma abertura para que os municípios
19 possam acolher e proteger um serviço como esse do fracasso econômico. Quando possuem um
20 serviço muito bom, de qualidade, a coisa menos importante é o seu financiamento; parece um
21 contrassenso, mas um serviço bom, de qualidade e bem gerido, muito raramente é deficitário.
22 E se for, é porque assim é necessário. Acha que aqui no Conselho Universitário não podem ter
23 medo do fracasso econômico de um serviço de saúde se ele é bom. Ao contrário, devem protegê-
24 lo e ir atrás do que é o financiamento de um serviço de saúde de qualidade. Os servidores
25 públicos não querem que sua instituição fracasse, então devem colocar uma energia nesse
26 sentido da cogestão, que considera uma necessidade a ser pensada se desejam um serviço
27 inovador e ao mesmo tempo protegido de um certo fracasso econômico. O Conselheiro
28 CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY esclarece que o conselho da Fascamp é composto por
29 cinco docentes da FCM, tem dois professores das Exatas, um deles é aposentado, professor José
30 Tomaz Vieira, e o doutor Rui de Albuquerque, e dois desembargadores aposentados, o doutor
31 Jamil Miguel e o doutor Francisco Vicente Rossi, da Faculdade de Direito da PUC-Campinas.
32 A Fascamp tem um histórico de ter construído esse prédio em um período relativamente curto,
33 com prestação de contas sem nenhum reparo. Ela administra o Hospital de Piracicaba e o Ame
34 de Amparo, que terminaram o ano com saldo positivo; trata-se de uma fundação sem fins
35 lucrativos, e é diferente de uma OSS. Ela tem uma fiscalização pela curadoria das fundações e
36 tem que prestar contas, é totalmente diferente de uma OSS que administra uma área pública, na
37 área da saúde, por exemplo. Em relação ao Cepre, mencionado pela professora Anna, diz que
38 ele é uma unidade da FCM e desde o início foi colocado em discussão com o professor Agrício
39 incorporar as atividades, principalmente o curso de Fonoaudiologia, junto ao IOU. Não vê como
40 o fato de o prédio ser bonito, moderno, possa ser um problema, muito pelo contrário, mostra

1 um respeito com o usuário público. Há histórico das pessoas envolvidas voltado ao atendimento
2 público; ele é um defensor do SUS, sem dúvida nenhuma, puderam ver na pandemia que o SUS
3 teve uma ação fundamental. A plena atividade desse prédio vai aumentar o atendimento
4 ambulatorial, fora os procedimentos que não estão sendo feitos, de 17 mil consultas ao ano para
5 120 mil consultas ao ano, e acha que devem levar isso em consideração. Ressalta que a vocação
6 é pública e sempre será pública. O MAGNÍFICO REITOR diz que esse assunto realmente
7 perpassou duas ou três gestões, e não deseja culpar as gestões anteriores, até porque, se estivesse
8 no lugar delas, tem dúvida se não faria a mesma coisa. Chega uma pessoa e diz que tem a
9 possibilidade de ganhar R\$40 milhões, R\$50 milhões e destinar para construir um prédio novo,
10 e o que precisa da Unicamp é só a concessão de um terreno. Pergunta como agem diante disso,
11 pois se há uma coisa virtuosa é a iniciativa, é que as pessoas podem tomar iniciativa, ir atrás de
12 recursos e conseguir. Se para dar o primeiro passo forem pensar se todos os próximos serão
13 possíveis, não saem do lugar. Semana passada foram tentar financiamento do MCTI e da Fapesp
14 para o maior experimento de Física que vai ocorrer nos próximos 30 anos, liderado pela
15 Unicamp. Nenhum governo consegue afirmar que vai colocar todo o recurso por três anos, mas
16 pode conseguir colocar este ano um terço, um quarto. Como disse a professora Anna Bentes
17 hoje pela manhã, precisam se colocar no lugar dos membros da Administração e pensar o que
18 fariam. Pergunta se iriam se recusar a atuar no projeto se não houvesse garantia total do
19 financiamento e quantas iniciativas não seriam abortadas aqui se tomassem essa decisão. O fato
20 concreto é que havia o recurso para fazer uma obra, ele era oriundo da multa da ação trabalhista
21 Shell/Basf, em Paulínia, e pessoas da área da Saúde submeteram projetos e conquistaram
22 recursos. Pergunta se deveriam recusar o recurso por não terem certeza se vão ter
23 financiamento. Aprendeu com os médicos e docentes que a Medicina hoje está mudando
24 brutalmente, tem operação robótica, outro dia viram a apresentação, de dentro do IOU, de um
25 paciente fazendo uma ultrassonografia sem médico, e o médico fazendo o diagnóstico à
26 distância. Pergunta se desejam que os alunos de Medicina da Unicamp estejam envolvidos ou
27 não com essas tecnologias. Mas se não está enganado, a cada quatro operações robóticas é
28 preciso mudar várias coisas de custeio, pois elas são caríssimas. Pergunta se vão deixar os
29 profissionais da Unicamp fora dessa questão; com isso vão deixar as grandes empresas de
30 medicina privada e as faculdades de medicina privada serem a vanguarda do desenvolvimento
31 tecnológico e da produção, e de formar gente que seja capaz de fazer esse tipo de uso. Isso
32 envolve cirurgia de próstata, tratamento de câncer de pele, que estão hoje ocorrendo dessa
33 forma, e se não tiverem condições de responder a isso, o SUS ficará atrás nessa questão.
34 Precisam formar gente aqui que esteja na vanguarda da ciência e tecnologia, pois isso pode
35 fazer, inclusive, com que haja melhoria no financiamento do SUS. Precisam pensar nas outras
36 coisas, engenharia, TI etc., mas chama a atenção para esse aspecto. Observa que o contrato é
37 de 10 anos, é um longo tempo, mas é um caráter precário, o que significa que podem chamar a
38 outra parte e acabar com esse contrato. Entende a reclamação da professora Andréia, mas
39 precisam lembrar que quando a gestão assumiu, em 2021, esse problema não estava ainda posto
40 na mesa porque o hospital estava em construção, que levou dois anos. Se conseguissem

1 construir as obras da Universidade em dois anos, tem certeza de que todos ficariam felizes.
2 Então, o IOU foi construído, com aquela qualidade, em dois anos, depois houve idas e vindas,
3 queriam soluções que não passavam pela PG, a PG não aprovava. Por exemplo, receberam
4 R\$12 milhões do governo Rodrigo Garcia e tiveram que encontrar uma solução contábil, porque
5 o dinheiro veio orçamentariamente. Mas se desejam contratar mais equipes de saúde tendo só
6 R\$12 milhões no ano, se puserem na folha da Universidade, como sugere o senhor José Luís,
7 estão pondo por 30 anos, não é por um ano. Pergunta como vão reajustar salário, como vão
8 manter o funcionamento da Universidade, então esses são problemas que uma pessoa que está
9 na gestão tem que resolver. Tinham R\$12 milhões, não sabem se haverá no ano seguinte, e no
10 outro, então utilizaram recurso do SUS do HC, que vai para a Funcamp, e que permite contratar
11 e eventualmente demitir, porque senão não há jeito de resolver isso, já que não podem demitir
12 funcionário público. Portanto, são problemas que exigem ação, e estão buscando no governo
13 federal, no governo estadual. O SUS paulista vai para as organizações médicas beneficentes,
14 estão em uma disputa para ter acesso ao SUS paulista aqui na Unicamp. São essas coisas que
15 precisam resolver, não existe mágica e o poder de influência da Unicamp é restrito. Foi o grupo
16 da otorrino que conseguiu o recurso, então não pode tomar isso deles e dizer que a Unicamp
17 vai tomar conta; senão poderia fazer isso com qualquer projeto. Devem deixar as pessoas que
18 tomaram a iniciativa ter algum protagonismo na realização do projeto, portanto eles tinham que
19 estar envolvidos. Eles queriam soluções que não eram possíveis juridicamente, demorou muito
20 tempo e depois houve um incentivo do Ministério Público para ter essa solução. Queriam
21 também que o Ministério Público se envolvesse e legitimasse uma solução, e foi isso o que
22 fizeram. Infelizmente isso está acontecendo no apagar das luzes de um convênio de cinco anos,
23 e observa que seria impossível trazer cada uma das soluções aqui para discutir. Elas tinham que
24 ser juridicamente avaliadas e se mostrar viáveis do ponto de vista da estrutura administrativa
25 da Unicamp. Ficou em cima da hora, podem não fechar isso hoje, mas isso implica que terão
26 que fazer uma licitação, e com isso uma Organização Social da Saúde pode entrar. Não havia
27 outra possibilidade. O IOU, assim como a Embrapa e o espaço cedido aos Bombeiros, está em
28 um terreno da Unicamp, diferentemente da Cemicamp, que não pertence à Unicamp. Se esses
29 contratos não forem renovados, o que foi construído neles é da Unicamp. Houve pessoas que
30 declararam outras coisas na ADunicamp, mas do ponto de vista da Administração, não há
31 polêmica a respeito. Pode haver uma disputa jurídica sobre a questão, mas acreditam que a
32 vencem sem nenhum problema. Pergunta como fazer a administração disso se não tiverem
33 recurso extra; ou o manterão com baixo funcionamento, ou colocam o problema com uma
34 possibilidade de solução nas mãos da Fascamp, que é o que estão fazendo. Sugere que façam
35 primeiro a votação geral, sem o percentual, e depois votam o percentual separado, das várias
36 propostas de mudanças no percentual que surgiram. Em relação à comissão de
37 acompanhamento, não vê absolutamente nenhuma dificuldade, mas observa que conselho
38 gestor é uma coisa, comissão de acompanhamento é outra. Acompanhar significa olhar, ver se
39 está funcionando corretamente. O convênio é para que a gestão seja feita pela Fascamp, senão
40 estarão criando um híbrido que não existe. Podem até colocar em votação, mas não tem sentido

1 isso no contexto do que estão fazendo, que é a cessão do terreno; quem vai ocupar o prédio,
2 quem vai tomar as decisões sobre a gestão do prédio é a Fascamp. O que podem fazer é
3 acompanhar o funcionamento disso, mas não possuirão ingerência lá dentro; podem, com base
4 nesse acompanhamento, chegar à conclusão de que não está indo bem e com isso rever o
5 contrato. Ou puxam o contrato para fora, mas se é cogestão também não tem sentido naquilo
6 que estão discutindo aqui. Teriam que fazer outra discussão, porque aqui o que estão falando
7 concretamente é que a Fascamp, uma vez decidido isso, vai assumir a gestão daquele
8 equipamento e vai ter a “posse” durante um período, por 10 anos ou enquanto não for revista
9 durante esses 10 anos essa cessão. Em relação à comissão de acompanhamento, ela monitora,
10 informa o Consu, mas não decide, e podem definir a composição depois. Pode ter o espírito que
11 a professora Silvia sugeriu, mas ela não tem o poder de decisão. Se ninguém tiver nada contra
12 isso, nem colocaria em votação, diria que é unânime; havendo concordância do plenário, fica
13 criada a comissão de acompanhamento, sendo que a definição das suas atividades e a sua
14 composição seria feita posteriormente. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO
15 AMARAL diz que acha interessante, mas antes de votar deveriam ter pelo menos um indicativo
16 da periodicidade com que essa comissão traria um relatório ao Conselho Universitário, além de
17 uma mínima composição, acha que a proposta da professora Silvia Santiago é interessante, e o
18 percentual do atendimento público. Acha que isso é muito importante, porque está no projeto.
19 O MAGNÍFICO REITOR diz que sua proposta é que votem consciente de que o percentual não
20 está definido, e sendo aprovada a proposta geral, votam o percentual como segundo ponto. A
21 Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que a proposta que passaram na sexta-feira para
22 a doutora Fernanda foi a de criar relatórios com alguma periodicidade, mas o que ela lhes falou,
23 inclusive hoje um pouco antes da sessão, é que isso criaria uma meta, uma obrigação que não
24 caberia no TAC, porque já existe a condição de fiscalização pela Universidade. Então, poderia
25 haver a criação de uma comissão, que estabeleceria qual é esse período, porque não faz sentido
26 colocar isso no TAC. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia não seria nem colocar no TAC,
27 mas pergunta à doutora Fernanda se teria algum problema, por exemplo, definir que é uma vez
28 por ano. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que talvez pudessem
29 colocar “no mínimo”, porque se colocam alguma periodicidade fechada, depois dificulta se
30 quiserem mais relatórios. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que a proposta deles
31 era que fossem trimestrais. O MAGNÍFICO REITOR diz que podem colocar “no mínimo uma
32 vez por ano”, e com isso a comissão de acompanhamento teria pelo menos uma apresentação
33 por ano do desempenho dessa proposta. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO
34 AMARAL diz que gostaria de entender se essa comissão vai ser referendada e vai ser indicada
35 por este Conselho. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que
36 talvez, para ter maior agilidade, ela possa ser nomeada pelo Reitor, porque se algum membro
37 tiver que ser substituído, isso gera mais agilidade. Talvez o Conselho possa indicar alguns
38 membros, ou talvez indicar a qualidade ou o cargo, a área dos membros, só para deixar um
39 norte, mas a nomeação em si acha melhor que seja feita pelo Reitor para dar mais agilidade. O
40 MAGNÍFICO REITOR diz que não tem nenhum problema em aceitar sugestões. A Conselheira

1 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que a proposta da professora Sílvia Santiago é
2 de abrir um pouco mais, ter representantes da comunidade também nessa comissão de
3 acompanhamento. A doutora Fernanda poderia elaborar uma proposta de composição, mas não
4 precisam decidir isso agora. O MAGNÍFICO REITOR diz que também está havendo um
5 trabalho grande na Deas de acompanhamento da saúde da região, então podem consultá-la.
6 Sabe que parece um pouco vago, mas não vão conseguir decidir isso agora, portanto solicita
7 que construam uma espécie de confiança mútua. Aprovam que o relatório seja apresentado no
8 mínimo uma vez por ano, e levam em consideração as ideias que a professora Sílvia Santiago
9 apresentou, de talvez pegar algumas cidades da região. Uma possibilidade, não sabe se existem
10 esses dados, é verificar as filas na área de otorrinolaringologia na região, por exemplo. Se
11 houver esses dados com a DRS 7, 10 e 14, podem pegar pessoas das cidades onde tem mais
12 gente demandando e não está sendo atendida. Então é só uma questão de usar um pouco de bom
13 senso, com tranquilidade, e conseguem montar isso. Não havendo mais observações, submete
14 à votação a proposta submetida, sem definição do percentual, que é aprovada com 54 votos
15 favoráveis, 07 votos contrários e 06 abstenções. Em seguida, abre a discussão em relação ao
16 percentual, 20%/80%, 30%/70%, 40%/60%. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO
17 AMARAL diz que o senhor Reitor não falou de 100% SUS. O MAGNÍFICO REITOR diz que
18 ela é meio conflitante com a primeira proposta, então está imaginando que ela não deveria ser
19 apresentada. Mas estão em um espaço de liberdade, e se alguém quiser apresentar, não vai
20 impedir. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES COY diz que sua proposta é
21 20%/80%. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que modelos como do Incor,
22 como o da Famerp, são 30%/70%, e acha que pelo menos essa flexibilidade deveriam dar. O
23 MAGNÍFICO REITOR solicita que haja um consenso nos 80%/20%, com o qual a doutora
24 Elaine concorda. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta de 20% de
25 atendimento privado e 80% de atendimento SUS no IOU, que é aprovada com 60 votos
26 favoráveis, 02 votos contrários e 04 abstenções. Portanto, houve alteração do subitem 2.1.1 da
27 proposta, passando de percentual não inferior a 60% de atendimento SUS para 80%. Passa ao
28 item 10 – Proc. nº 01-D-17250/2024 –, que trata de proposta de distribuição de 28 cargos para
29 abertura de concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor (nível MS-3.1)
30 para o ano de 2024. Foi uma negociação entre a PRDU e os diretores, então vai passar a palavra
31 ao professor Fernando Sarti, e ele provavelmente vai abrir a palavra para os diretores que
32 conduziram essa negociação. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que foi uma negociação,
33 primeiro, com a própria CVD, por onde passou o processo, e um grupo de diretores, no qual
34 acha que foram incluídos todos, que trouxeram uma proposta de aproveitar os cargos para
35 professor doutor que estavam disponíveis, lembrando que tinham um número de 40. Observa
36 que precisam deixar alguns cargos disponíveis ainda porque, no caso de falecimento e
37 exoneração, é uma reposição automática. Os diretores reunidos chegaram a uma proposta,
38 distribuindo entre as unidades, de 28; isso foi encaminhado para a CVD, mas havia também
39 para ser analisada a possibilidade de distribuição de mais três vagas, que não foram analisadas
40 dentro da CVD. Passa a palavra aos diretores, para trazer um pouco dessa discussão para que

1 coloquem aqui em votação além das 28, mais essas três. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
2 diz que vai esclarecer a proposta que foi apresentada na CVD, mas que por um equívoco na
3 condução da votação não foi solicitado destaque para que essas três vagas adicionais fossem
4 incluídas. O grupo de diretores concordou com a proposta apresentada pela PRDU de distribuir
5 as 28 vagas conforme o critério aqui estabelecido: as unidades com queda maior de 10%
6 recebendo duas vagas, as unidades com queda entre 1% e 10% recebendo uma vaga, então isso
7 dá a distribuição das 28 vagas, com exceção da FCA, conforme estabelecido no documento,
8 que não se enquadra nesses critérios. Além dessas 28 vagas, decidiram pela distribuição de três
9 vagas adicionais, considerando a situação de excepcionalidade da FT, onde uma boa parte dos
10 docentes não são da Carreira MS. A Carreira de Magistério Superior Tecnológico impossibilita
11 o exercício de algumas atividades, inclusive orientação na pós-graduação, então como o
12 percentual na FT de Carreira MST é muito grande, entenderam que havia necessidade de uma
13 exceção, assim como na FEA e no IC, que estão criando vagas em áreas estratégicas, o que foi
14 um consenso que também os diretores assumiram. Portanto, essas três vagas iriam para essas
15 três unidades que, além disso, não foram contempladas na redistribuição de vagas anterior.
16 Essas são as justificativas que apresentaram para a inclusão dessas três vagas, além das 28,
17 dentre esse universo de 44, sendo que no outro item da pauta são as oito vagas para o ProFIIVI,
18 que foram aprovadas na CVD. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz
19 que nesse mesmo documento solicitou uma correção em relação ao número da FOP, que foi
20 corrigido; o índice da FOP chega a 9,2%, arredondado para 9%, entretanto a FOP tem uma
21 redução de oito docentes. Já foi explicado mais de uma vez que a área clínica da FOP não tem
22 outro tipo de supervisor que não seja docente; ela não possui cirurgiões dentistas contratados
23 para fazer a supervisão, e estão trabalhando acima do que é permitido pelas diretrizes
24 curriculares em termos de supervisão. Ele muitas vezes está em clínica supervisionando 12
25 alunos ao mesmo tempo, que obviamente é um número exagerado pelas diretrizes curriculares,
26 e propicia que ocorram erros. A PG está respondendo juntamente com a FOP a um caso de
27 tratamento errado, no qual foi feita a extração errada de um dente, isso porque não há como
28 atender tantos alunos ao mesmo tempo. Portanto, solicita em caráter de exceção que a FOP, em
29 vez de ter um docente por uma questão de 0,8%, que ela possa ser atendida com dois docentes,
30 observando que essas vagas já estão aprovadas na congregação dada a urgência e serão
31 aplicadas imediatamente em concurso. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
32 LÓPEZ diz que a contagem na variabilidade é 2016 para 2024, e pergunta por que 2016. O
33 Conselheiro FERNANDO SARTI responde que essa tem sido a base com a qual têm trabalhado,
34 desde o início, inclusive na distribuição anterior, e mantiveram essa mesma base. Na verdade,
35 2016 foi o auge de contratação de docentes, lembrando que havia ainda docentes no quadro
36 especial, OS, e agora PP. O MAGNÍFICO REITOR diz que está em um dilema aqui, porque
37 pode fazer a votação da distribuição das oito vagas e a da FOP separada, mas imaginou que
38 havia sido construído um consenso. É um problema mudar muito essas coisas no Consu porque
39 isso vai gerar precedentes, e no próximo uma outra unidade pode fazer o mesmo tipo de
40 proposição. Pergunta ao professor Flavio se existe alguma possibilidade de isso ser considerado

1 na próxima distribuição ou se ele quer que seja votado hoje mesmo. São 24 unidades, pensando
2 basicamente em MS e esse perfil da FT que é um pouco diferente, e no IA tem a carreira MA,
3 sendo diferente também no caso dos colégios técnicos. Lidar com isso tem esse risco de em
4 outros casos serem outros diretores, então seria mais tranquilo se levassem a fala do professor
5 Flavio em consideração para uma próxima distribuição, mas não sabe se isso é possível. O
6 Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que a urgência é latente há muito
7 tempo, já apresentou várias vezes aqui em reuniões do próprio Consu e da Cepe a questão de
8 que trabalham com excesso de alunos em supervisão. Podem tomar a decisão de não colocar
9 agora, entretanto, aprovaram há dois anos quais seriam as três vagas prioritárias. A FOP
10 conseguiu uma no ano passado, em uma distribuição, e agora faltariam essas duas para a
11 Faculdade começar a trabalhar com um pouco mais de oxigênio. A Conselheira MÔNICA
12 ALONSO COTTA esclarece que o professor Flavio colocou aquele texto sobre o
13 arredondamento, e ela comentou com o professor Sarti que era uma questão de a PRDU ver se
14 a conta estava certa. Essa questão foi trazida pelo professor Flavio realmente várias vezes, mas
15 ele estava na Alemanha, participou só de uma reunião dos diretores, e não trouxe essa
16 informação, que considera muito mais contundente do que um arredondamento de
17 porcentagem. Então, só para deixar claro porque ele está trazendo isso agora, já que não foi
18 avaliado em todas as discussões sobre as vagas. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz,
19 em esclarecimento sobre a distribuição das vagas, que houve duas solicitações que vieram para
20 da PRDU para a CVD. Então a primeira é essa do item 10 da pauta, de 28 vagas com essa
21 distribuição proposta. A segunda foi a que consta no item 11 da pauta, com a solicitação de oito
22 vagas para o Percorso Formativo Indígena. No dia da votação na CVD, não foram incluídas três
23 vagas que haviam sido solicitadas, uma para o IC, uma para a FT e uma para a FEA. São essas
24 três vagas que não estão incluídas nessas 28 vagas solicitadas e distribuídas. Então, vai separar
25 a solicitação da FOP do que foi decidido pelos diretores, do que a CVD recebeu, que foram
26 esses dois ofícios. Depois de terminada a reunião, perceberam que as três vagas, para IC, FT e
27 FEA, não tinham sido votadas. Essas três vagas foram solicitadas a mais pelos diretores, mas
28 não havia a FOP nessa solicitação. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR
29 diz que logo no começo do documento aparece a FOP na solicitação. A Conselheira MÔNICA
30 ALONSO COTTA esclarece que a FOP pediu uma retificação do número e encaminhou isso
31 para a PRDU. Então, na avaliação da PRDU, como o número era um pouco acima de 9%, a
32 PRDU pela regra disse que seria 9%, mas não constou no documento essa informação. A
33 Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que possuem um problema parecido com o
34 da FOP na assistência, de alguns alunos não terem os médicos docentes para supervisioná-los,
35 mas contam com os contratados Paepe. Pergunta se na FOP é possível, pelo menos por um
36 tempo, contratar dentistas Paepe, tendo em vista já essa prerrogativa que hoje não foi possível
37 ser contemplada. O MAGNÍFICO REITOR responde que, a princípio, parece haver uma
38 possibilidade, mas existem particularidades na FOP que precisam ser resolvidas. Uma é como
39 resolver a questão SUS e a questão da clínica, e outra é a possibilidade de fazer algo similar ao
40 que acontece no HC, que seria a contratação de dentistas Paepe. Essas coisas estão no radar,

1 mas infelizmente não conseguem resolver tudo. O professor Flávio se referiu à questão dos
2 equipamentos que cada profissional carrega consigo. Existem pendências em relação à FOP,
3 algumas foram enfrentadas, pelo menos o prédio, mas tem outras que ainda não conseguiram
4 enfrentar, e uma delas é essa. Está na mira, a DEA estava discutindo, mas ainda não se resolveu;
5 estavam tentando solucionar a questão SUS mantendo o mesmo CNPJ. Então, como resolver
6 isso ainda não é uma coisa clara. Algumas coisas se resolveram, como o prédio, o curso de
7 próteses, que foi para o Cotil e está sendo um sucesso, vão agora ter a impressora 3D de próteses
8 lá e fornecer para vários lugares. Mas existe um ritmo para enfrentar cada uma dessas questões.
9 O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que essa proposta não é exatamente uma
10 proposta dos diretores. Ela é uma proposta da PRDU, com a metodologia da PRDU; e foi feita
11 a reunião com os diretores, que obviamente estão de acordo e deram um *feedback* para o
12 professor Fernando Sarti. Mas é diferente, por exemplo, do ano passado, quando houve de fato
13 uma proposta de distribuição elaborada pelos diretores, que foi, inclusive, muito mais ousada
14 que essa da PRDU, em que conseguiram captar particularidades de várias unidades. Então, essa
15 é a metodologia da PRDU que, de certa forma, é o que dá para fazer quando olham para a
16 Universidade inteira. É uma proposta que olha o tamanho dos quadros, vê o quanto se perdeu
17 de docente, seja por demissão, seja por aposentadoria. Mas ainda ficam no aguardo dessa
18 regularização da situação dos cargos para aí sim haver uma distribuição mais massiva de vagas
19 para as unidades. E para essa distribuição, quando veem, por exemplo, os 120 cargos, que
20 inclusive vão usar cotas etc., lembra que vai ser necessário um critério mais qualitativo. Um
21 problema que pelo menos é uma questão para o Imecc, e sabe que também para várias outras
22 unidades, é que o indicador de número de alunos não enxerga as unidades que têm muitas
23 disciplinas de serviço, como é o caso do Imecc. Está totalmente de acordo com a proposta, ela
24 é muito boa, a metodologia que a PRDU consegue usar é essa, com a quantidade de vagas que
25 tem, que são muito poucas, e seria importante não perder no horizonte um critério mais
26 qualitativo. Aproveita para perguntar se há alguma atualização sobre essa situação da
27 regularização dos cargos na Alesp. O MAGNÍFICO REITOR responde que houve uma pequena
28 delegação que foi à Alesp conversar, e estão tentando marcar uma conversa com o presidente
29 da Alesp. A expectativa era de 45 dias. O Conselheiro FERNANDO SARTI confirma e diz que
30 foram apresentadas as emendas, esse prazo já se esgotou, foi inclusive designado o relator, e a
31 partir de agora o movimento é todo dentro da Alesp, onde entrou como regime de urgência. O
32 MAGNÍFICO REITOR diz que em relação ao comentário do professor Ricardo, acha que é
33 uma coisa que já podia começar, pelo menos, a ser discutida. O professor Flávio Schmidt,
34 assessor da PRG, fez em uma ocasião na FEA a proposta de uma espécie de aluno equivalente,
35 considerando as horas que são dadas fora da unidade e as horas que são dadas dentro da unidade.
36 Unidades como o Imecc, o IFGW e o IQ ministram muitas aulas fora da sua unidade; o IB deve
37 ter alguma que ministra para Medicina, a FEA ministrava algumas para o curso de Química, e
38 precisam ter um critério homogêneo. O professor Flávio Schmidt tinha elaborado um critério
39 em função das horas que eram ministradas na unidade e as que eram fora, de um aluno
40 equivalente, que seria uma coisa possível de fazer, e com isso corrigem essas distorções. Ele

1 tinha até uma planilha, que não sabe se ainda existe, porque já faz cerca de seis anos. Tinham
2 esse problema também de distribuição departamental na FEA, isso gerava a mesma coisa, tinha
3 departamentos grandes, com poucas aulas, pequenos com muitas aulas. Então fizeram isso
4 internamente, mas depois olharam a Unicamp como um todo também. Tirando aquilo que não
5 era da FEA, que era do IQ, do IFGW ou do Imecc, basicamente, e do IB também, que dá aula
6 para o pessoal da FEA. Então talvez possam conversar com ele para pensar em uma coisa desse
7 tipo. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que vai escrever para o professor
8 Flávio Schmidt. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que tinham uma proposta um
9 pouco mais ousada, que era usar o formulário que a senhora Silviane Rodrigues estava fazendo
10 na CGU para levantar dados que existem hoje e conhecer a realidade de cada unidade. Porque
11 consideram que distribuir vagas sem levar em conta o esforço que cada unidade faz para se
12 adaptar à modernidade, reformulação pedagógica, como está sendo a distribuição, refazer
13 espaços, acessibilidade e tudo o mais, é manter o *status quo* de 30, 40 anos atrás. Então
14 gostariam de fazer essa discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz que não tem absolutamente
15 nada contra, acha que podem discutir, e acha inclusive que podem discutir um pouco sobre usar
16 mais ferramentas de mídia também. Podiam reorganizar uma parte do curso usando
17 experimentos que tiveram, pode ser só parcial, pegar um pouquinho das disciplinas, mas seria
18 uma forma inclusive de usar a aula presencial, que deve ser a grande questão, de uma forma
19 mais formativa também. Incentivaria esse tipo de discussão. A Conselheira MÔNICA
20 ALONSO COTTA diz que perceberam que, enquanto unidades, não se conhecem. Às vezes a
21 experiência de uma unidade pode valer em outra, só que não conversam. Não sabe se vai haver
22 tempo para uma proposta para 120 vagas, porque possuem muitos problemas para resolver, mas
23 a ideia dessa discussão é que as unidades se olhem. Identificaram grupos de unidades que têm
24 disciplinas de serviço, de unidades que têm clínica, de saúde, são dinâmicas diferentes, e
25 precisam contemplar isso. A Administração Central talvez não possa fazer isso pelo motivo que
26 o professor Sarti sempre fala, que ele não pode tratar as unidades de forma desigual, mas as
27 unidades podem se fazer essa validação, se conseguirem conversar. Então essa é a tentativa com
28 esse grupo, mas gostariam de fazer isso em cima de dados formais e por isso pediram ajuda do
29 Edat. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que o Edat coleta os dados da DAC,
30 portanto é necessário que as unidades informem corretamente à DAC o número de horas/aula,
31 o número de alunos, disciplinas, porque perceberam que a informação que consta na DAC não
32 é exatamente o que a unidade possui. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que isso
33 é importante também para que tenham essa visão, porque no anuário o número de publicações,
34 no cálculo da Aeplan, está diferente do que consta na PRP e no IFGW. A ideia é pegar esses
35 dados e fazer um questionário que a unidade vai responder justamente sobre a validade disso
36 ou não. É um processo um pouco mais complexo, mas acha que é frutífero, porque vão
37 conversar e vão continuar conversando. Se nesse meio-tempo tiver que criar 120 vagas, vão ter
38 que achar algum critério, senão convergem talvez em uma proposta mais ampla. A Conselheira
39 MILENA PAVAN SERAFIM diz que o Edat lhes apontou o prazo de 7 de junho para entregar
40 essa primeira *view*, que é um pouco o que colocaram no formulário e o que é possível captar a

1 partir dos dados vindos dos sistemas da Administração Central, e acha que a partir daí começam
2 a depurar esses dados. O MAGNÍFICO REITOR observa que a modernidade chegou e isso tem
3 que ser considerado. Diz que seu filho fez Engenharia Mecânica na Unicamp, passou um ano
4 na Universidade de Toronto, que está entre as 20 melhores do mundo, e ele tinha quatro
5 disciplinas lá, sendo que aqui ele tinha oito por semestre. A Universidade Federal de Santa
6 Catarina é uma das boas universidades do Brasil, e os cursos de engenharia lá são bem menores
7 que aqui. Precisam enfrentar em algum momento essa discussão, e com as ferramentas de mídia
8 fazer algo mais positivo também. Acha que está na hora de os diretores também tomarem um
9 pouco a frente dessa discussão junto com a PRG. Não havendo mais observações, submete à
10 votação a proposta de distribuição, considerando as 31 vagas, envolvendo as três adicionais,
11 que é aprovada com 63 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa a palavra ao professor Fernando
12 Sarti, para que ele faça um comentário sobre a sugestão do professor Flavio Aguiar, diretor da
13 FOP. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que infelizmente a FOP teve um falecimento
14 recente, que dá já a possibilidade de uma reposição automática. Pergunta ao professor Flavio
15 se isso já está sendo considerado ou não para essa emergência, porque poderiam deixar para a
16 próxima distribuição, dependendo de quando vai ser. Não vê nenhum problema, até porque
17 todos esses recursos estão provisionados no Programa de Desenvolvimento das Carreiras, mas
18 não quer interferir no que foi acordado na negociação dos diretores. O professor Ricardo tem
19 razão, a PRDU apresentou uma metodologia e deixou que os diretores avaliassem se seria a
20 melhor ou não; os diretores aceitaram essa metodologia e propuseram mais três vagas em cima
21 das solicitações específicas de cada uma dessas três unidades, da FT, da FEA e do IC. Imagina
22 que o mesmo tenha ocorrido com relação a essa demanda da FOP. A documentação dessas três
23 não foi analisada, por isso estão submetendo hoje aqui. Foi uma discussão muito rica dos
24 diretores, que chegaram a um acordo com base em critérios que, eles têm toda razão, são
25 insuficientes. Fazer distribuição a partir do número de redução está longe de ser o melhor, mas
26 também não é tão fácil encontrar outro quando estão falando em 31 vagas. Lembra que, em
27 cima desses novos critérios que são construídos, quando fizeram lá atrás aquela distribuição
28 maior de vagas, haviam deixado um quarto critério que era exatamente para que os diretores
29 encontrassem uma sugestão. Chegou até a PRDU antes de serem alertados para o fim dos cargos
30 para doutores, uma demanda das licenciaturas, apenas seis unidades que trouxeram essa
31 proposta, e isso não foi à frente porque exatamente não puderam fazer mais nenhuma
32 distribuição, mas ela estaria dentro desse quarto critério que ficou de ser apresentado, e não está
33 dizendo que só esse, podem ser vários outros inclusive a partir desses dados do Edat. Mas
34 voltando à exceção, na distribuição anterior, em que os próprios diretores também chegaram ao
35 número de 28, abriram uma exceção para o IEL, que o Conselho Universitário acatou. Então
36 não vê nenhum problema desde que o grupo dos diretores que fez essa discussão também não
37 veja. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz, respondendo ao professor
38 Sarti, que foi a área de cirurgia que perdeu um docente, um jovem docente, de 49 anos, o que
39 lamenta, inclusive isso seria um assunto que falaria no Expediente. A área de cirurgia hoje tem
40 somente dois docentes, fizeram concurso para a contratação de um, que seria o quarto docente,

1 na verdade, mas após a conclusão do concurso o professor Alexander, infelizmente, veio a
2 falecer. Então o aprovado já entraria nessa vaga e se viesse uma próxima vaga, contratariam os
3 três docentes aprovados no concurso para a área de cirurgia, para que ela pudesse ter cinco
4 docentes em clínica. A área da cirurgia começa a ministrar aula com os alunos no quarto
5 semestre e essa área acompanha os alunos até o décimo semestre. É uma área importante da
6 Faculdade e se tivessem essa exceção, utilizariam esse concurso que já aconteceu para contratar
7 o terceiro professor aprovado para essa área. E uma segunda vaga, que não é para uma área
8 clínica, mas é uma área importante da Faculdade, que é a área de bioestatística e metodologia
9 científica, que possui apenas um docente. Observa que as aulas de bioestatística são dadas ao
10 mesmo tempo em dois laboratórios, em razão da carga horária da FOP, portanto contam com a
11 ajuda de um aluno de pós-doutorado. Além disso, essa área é importante porque ela presta uma
12 disciplina de serviço para os alunos de iniciação científica da FOP: a professora faz tanto o
13 acompanhamento dos projetos quanto toda a análise estatística dos alunos de iniciação científica
14 da FOP. Seriam essas duas áreas que seriam contempladas, e isso já está aprovado na
15 congregação. O Conselheiro FERNANDO SARTI solicita confirmação se uma das vagas
16 referidas pelo professor Flavio é a que está sendo aprovada dentro do pacote das 28 e uma
17 adicional, que não é a substituição do professor Alexander, que faleceu, o que o professor Flavio
18 confirma. Diz que não vê nenhum problema, podem encaminhar pela contratação dentro dessa
19 excepcionalidade, e novamente, em público, agradece do grupo de diretores por esse esforço
20 todo, particularmente às professoras Andréia e Mônica, que ajudaram a coordenar os trabalhos.
21 O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que está se perguntando se
22 não haveria algum erro de procedimento, porque essa vaga não passou pela CVD. Entende a
23 soberania do Consu para tomar decisões, mas essa não seria a praxe. É simpático à causa do
24 professor Flavio, e acha que seria mais fácil considerarem que erraram no arredondamento de
25 9,2 para 10 do que entrar no apelo para outra vaga, porque as outras unidades também têm
26 questões prementes que levam a situações diferentes. Então sugeriria que retrocedessem um
27 pouco e considerassem que o arredondamento foi feito errado, uma forma mais simples para
28 poder atender ao pedido do professor Flávio. O Conselheiro FERNANDO SARTI recorda o
29 critério: para uma queda maior que 10%, seriam duas vagas, e entre 1% e 10%, apenas uma
30 vaga. Mas não precisam dizer que erraram no arredondamento, podem assumir que a
31 porcentagem deu 9,2% e conceder essa excepcionalidade. Prefere dessa maneira. A Conselheira
32 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que essa questão das exceções é constante toda
33 vez que discutem vaga. Desde a distribuição de 170 vagas houve exceção; teve discussão, mas
34 chegou aqui no Consu e se abriu exceção, acha que foi para a FCA. Gostaria que tudo fosse
35 acordado antes, porque senão vão continuar abrindo exceções aqui no Consu e algumas pessoas
36 podem se sentir prejudicadas. Acha que seria interessante que, na próxima distribuição de
37 vagas, não tivessem essa atitude aqui, senão realmente vão ficar o tempo todo fazendo essas
38 justificativas. É favorável à demanda do professor Flavio, mas preferiria que tivesse sido
39 discutida antes. O MAGNÍFICO REITOR diz que são situações delicadas. Se tivesse sido
40 aprovada na Alesp a questão dos cargos, teriam mais maleabilidade, provavelmente mais

1 chance de fechar uma negociação antes. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que
2 concorda totalmente com a professora Anna, porque tem a Comissão de Vagas Docentes, tem
3 a PRDU, tem a discussão prévia, e também gostaria, enquanto presidente da CVD, que isso
4 passasse pela PRDU e depois pela CVD, antes de chegar aqui. Acha que hoje é uma
5 excepcionalidade, mas gostaria que essa regra fosse realmente respeitada. Poderia até, passando
6 pela PRDU e conversando com a CVD, ter feito um *ad referendum* daquela vaga, mas não
7 passar por cima das comissões. O Conselheiro FERNANDO SARTI observa que isso foi
8 encaminhado à CVD, mas na reunião acabaram discutindo muito sobre o que estava ocorrendo
9 na Alesp, e tomaram uma boa parte do tempo com isso. Quando votaram, realmente não se
10 atentaram em olhar a solicitação das três vagas mais uma, e acabaram votando pelas 28. Então,
11 não houve esse erro de procedimento, o erro foi realmente na hora da votação, de não terem
12 avaliado esse material que foi encaminhado. Assume a responsabilidade aqui como PRDU. A
13 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que a proposta que está nos itens 10 e 11 da pauta, que
14 foi a proposta que os diretores consensuaram e enviaram à PRDU como resposta à proposta da
15 PRDU, foi apresentada na CVD. O equívoco no encaminhamento foi não ter destacado e não
16 ter alterado aquilo que a PRDU enviou como pontos de votação, então foi essa a correção que
17 fizeram aqui hoje. O MAGNÍFICO REITOR diz que há algum nível de interpretação, mas
18 aparentemente todos concordam que devem colocar em votação e procurar não ter mais essa
19 situação. Não havendo mais observações, submete à votação uma vaga adicional para a FOP,
20 que é aprovada com 58 votos favoráveis e 07 abstenções. Passa ao item 11 – Proc. nº 01-D-
21 17260/2024 –, que trata de proposta de distribuição de oito cargos para abertura de concurso
22 público para provimento de cargo de Professor Doutor (nível MS-3.1) para o ano de 2024,
23 destinados ao Programa Formativo Intercultural para Ingressantes pelo Vestibular Indígena –
24 ProFIIVI. Passa a palavra ao professor Ivan Toro. O Conselheiro IVAN FELIZARDO
25 CONTRERA TORO diz que este é um assunto que já passou em várias câmaras, mas lembra
26 que foi feito um GT para estudar o percurso formativo indígena atual, considerado um percurso
27 formativo que não atende às necessidades dos alunos. Nesse GT estavam representados
28 docentes, alunos, inclusive alunos indígenas, funcionários da DAC, da Deape, antigo SAE, e
29 desse GT saiu essa proposta de um novo percurso dividido em oito novas trilhas, sendo uma
30 trilha para Exatas, uma para Biológicas, outra para Humanas, e cinco trilhas para a área de
31 Artes, pela sua especificidade. Para que esse novo percurso formativo seja exequível, há
32 necessidade de contratação de docentes. Então, isso foi aprovado na CCG, por unanimidade,
33 depois passou pela Cepe, e agora se apresenta ao Consu. O GT também discutiu com todos os
34 diretores envolvidos nessa parte da formação indígena, aos quais agradece muito pelo apoio,
35 em nome da PRG, a esse novo projeto que esperam que melhore muito a formação e o
36 aproveitamento do aluno indígena. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
37 parabeniza pela proposta, que é inovadora e que vem no bojo da questão do vestibular indígena.
38 Ela vem sendo discutida e foi muito bem apresentada para os diretores, que a acharam bastante
39 interessante. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que essa proposta é muito importante
40 para a Universidade. Tiveram a possibilidade de discuti-la em várias frentes, pois como o

1 professor Petrilson lembrou, ela foi apresentada para os diretores e diretoras, foi apresentada na
2 Cepe também, com muito detalhe, portanto foram muito bem informados sobre o conteúdo da
3 proposta. É uma proposta que pensa uma política para a Universidade, acha que esse é o ponto
4 principal, ou seja, não está pensando a alocação de vagas docentes para determinadas unidades,
5 ela está pensando um programa formativo para um conjunto de estudantes e o que podem fazer
6 de melhor para atender esses estudantes. Então essa é uma proposta muito planejada, muito
7 bem concebida, e lembra que a inclusão das oito vagas para o ProFIIVI ocorreu a partir da
8 discussão dos diretores, e que chega aqui também na pauta do Consu hoje, das 44 vagas
9 disponibilizadas, essa reserva das oito vagas para o programa, o que mostra que os diretores
10 estão apoiando fortemente essa iniciativa. A Conselheira JOSELY RIMOLI, em nome da
11 Caiapi e da comissão do Percurso Formativo Indígena, diz que a aprovação dessas oito vagas é
12 muito importante porque sabem que vai ser inédito no Brasil esse tipo de formação que vai
13 qualificar o ensino e viabilizar a permanência estudantil dos estudantes indígenas. Não havendo
14 mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com
15 61 votos favoráveis e 03 abstenções. Passam ao item 03 da Ordem do Dia item 3 – Proc. nº 01-
16 P-14378/2023 –, que trata de proposta de deliberação Consu que dispõe sobre a adoção de cotas
17 para candidatos negros (pretos ou pardos) em concursos públicos da Carreira de Procurador da
18 Universidade. Destaque do professor Fernando Coelho e da acadêmica Patrícia. O Conselheiro
19 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO parabeniza a Procuradoria Geral por avançar na
20 direção de fazer concursos com cota, o que abre mais espaços na Universidade. Já aconteceu
21 com os estudantes, com os funcionários, com os docentes, e está agora acontecendo também na
22 Procuradoria Geral. Também registra e agradece o enorme envolvimento do procurador do
23 Ministério Público, que foi uma pessoa que ajudou, induziu, fez várias sugestões, de maneira
24 que a proposta pudesse sair dentro da legalidade que se esperava dela e não tivessem nenhum
25 problema. Então, agradece textualmente ao procurador Daniel Zulian, que os ajudou bastante
26 nisso e que a partir daí deu origem a essa proposta. A Conselheira PATRICIA KAWAGUCHI
27 CESAR parabeniza o grupo de trabalho que se debruçou sobre este assunto, pois é muito
28 importante para a democratização da Universidade que haja cotas em todas as categorias e que
29 possam pensar na ampliação, com as cotas para pessoas com deficiência, com cotas para
30 pessoas trans. Tem a seguinte dúvida: a reserva de vagas vai ser aplicada quando o número de
31 vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a três, e não sabe se é muito comum que se
32 abra concurso para procurador com três ou mais vagas. Sabe que segue o molde de outros
33 concursos, mas pergunta se isso realmente é efetivo, se estão colocando cotas e, na prática, não
34 vai ter, porque não vão abrir um concurso com mais de três vagas. Portanto, para além da
35 implementação das cotas, é sempre importante fazer uma avaliação das políticas para ver se
36 elas estão sendo eficientes e como podem sempre melhorar para democratizar mais o acesso. A
37 Conselheira DÉBORA CRISTINA JEFFREY parabeniza o trabalho da comissão de chegar a
38 este ponto, essa é uma demanda recorrente que têm destacado desde os idos de 2019 com a
39 comissão de averiguação. Inclusive, acha que precisam lembrar um pouco esse histórico do
40 apoio voluntário, da adesão voluntária da Comissão da Igualdade Racial da OAB Campinas,

1 juntamente com o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Campinas, que têm
2 auxiliado a PG em vários processos referentes a questões étnico-raciais, preconceito, racismo e
3 discriminação. Considera louvável essa iniciativa, mas também tem a mesma preocupação da
4 conselheira Patrícia, em relação ao compromisso da Universidade em fazer valer essas três
5 vagas para que, de fato, tenham esse espaço ocupado por todos aqueles e aquelas que estiverem
6 aptos a exercer e a desempenhar funções junto à Procuradoria Geral. Estão nesta nova
7 Universidade, a Universidade da diversidade, e se faz necessária essa representatividade dos
8 diferentes grupos. Então, esperam que a Universidade cumpra e faça valer essas três vagas para
9 que possam ter a reparação histórica necessária. A Doutora FERNANDA LAVRAS
10 COSTALLAT SILVADO diz que, embora a Carreira de Procurador seja muito pequena e
11 geralmente abram concursos com uma ou no máximo duas vagas, têm conseguido aproveitar o
12 concurso e admitir mais procuradores. Do último concurso, que vai vencer no mês que vem,
13 estão com cinco procuradores, portanto se tivessem tido cotas, teriam convocado. O último
14 colocado que foi convocado é o décimo segundo, teriam pleno atendimento da regra, portanto
15 estão tranquilos quanto a isso. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR
16 submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 06 da Ordem do
17 Dia – Proc. nº 15-D-3586/2024 –, que trata de solicitação de recursos pelo Hospital de Clínicas
18 no valor de R\$12.520.709,26 para atender ao custeio dos meses de maio e junho de 2024.
19 Destaque da professora Verónica. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
20 LÓPEZ diz que destacou este item mais em termos de uma política educativa. Ele trata da
21 complementação solicitada pelo HC de aproximadamente R\$12 milhões, que é uma das tantas
22 complementações que a Universidade vem fazendo e que são muito necessárias. Mas no
23 documento aparece algo que enxerga como uma possível solução, que é a adoção do SUS
24 Paulista. Nesse sentido, acredita que seria interessante que se discuta um pouco melhor, que se
25 comente do que se trata esse SUS Paulista e por que traz uma esperança para resolverem esse
26 problema de repasses tão demorados que possuem do SUS. A Conselheira ELAINE CRISTINA
27 DE ATAÍDE diz que preparou uma apresentação para responder um questionamento que
28 continuamente vem aparecendo nesses momentos em que precisam solicitar algum recurso
29 extraorçamentário para o HC. Inclusive o professor Petrilson solicitou que trouxesse essa
30 apresentação para mostrar o que estão fazendo para que essa necessidade venha a diminuir ao
31 longo do tempo. Mostra um breve apanhado de tudo o que o Hospital faz e o que está fazendo
32 nos últimos dois anos para diminuir esse déficit e aumentar a capacidade de uma autogestão
33 financeira. Ainda é para a área de Saúde alguma questão de modernidade, mas a gestão vem
34 aplicando os princípios ESG (Environmental Social Governance), todos os congressos vêm os
35 orientando nesse sentido, porque lhes dá uma capacidade de autossustentabilidade em termos
36 de resíduo. Estão buscando os 17 Objetivos de Desenvolvimento da ONU, alguns com mais
37 robustez, outros com menos, mas todos alinhados. O HC é certificado por alguns selos e
38 algumas creditações e sua abrangência é interessante pontuar: a DRS a que pertence é a
39 segunda maior do Estado de São Paulo, com mais de seis milhões de habitantes, em torno de
40 40 a 60 cidades para alguns procedimentos. O Hospital tem 436 leitos abertos hoje, com 44

1 especialidades, são 335 médicos contratados, a maior parte Paepe, docentes são cerca de 300,
2 e fazem por ano 12 mil internações, ambulatorialmente atendem a mais de 240 mil pacientes,
3 de urgência e emergência a mais de 50 mil pacientes, e de exames laboratoriais a cerca de dois
4 milhões de pacientes. Isso mostra que a taxa de ocupação ao longo do ano é sempre muito alta,
5 acima de 87%, levando a acreditar que vão precisar de um novo hospital no futuro. Embora
6 algumas pessoas digam que o SUS hoje é um SUS para pobre, aqui não é assim; o SUS no HC
7 dá ao paciente o tratamento que é feito em qualquer hospital de ponta do Brasil, e fazem isso
8 com muita resiliência, bastante criatividade, mas com muita diligência conseguem fazer o que
9 é de ponta. Inclusive em relação ao tratamento de trombólise apontado no *slide*, é um dos únicos
10 14 lugares do Brasil em que ele é possível de ser feito, e tira um paciente de uma condição
11 acamada para uma vida normal logo depois. Em medicina nuclear também fazem um número
12 importante, assim como em radioterapia. Algo sobre o qual possuem muita visão hoje, que é
13 uma coisa que talvez não tivessem tanto no passado, é que devem olhar para a sociedade, ver o
14 que a sociedade precisa e trazer para dentro do Hospital, e assim arrumam mais recursos. Já
15 ouviu em outros locais que os hospitais universitários de alta complexidade dão atendimento
16 de qualidade muito superior, porque eles tratam eventuais complicações. Então, quando
17 solicitam uma verba, ela é bem vista aos olhos tanto do governo estadual quanto do governo
18 federal. Hoje o HC possui dois angiógrafos para a realização de todos os procedimentos
19 invasivos, de cateterismo, de AVC; dois aceleradores lineares, um deles agora está sendo
20 inaugurado no final deste mês. E estão também agora indo para um novo salão de quimioterapia,
21 onde vão conseguir atender a dois mil casos, sendo que só são ressarcidos para 300 casos. No
22 entanto, fazem hoje mais de 1.500 e vão concluir dois mil casos, ou seja, precisam ser criativos,
23 mas é possível fazer. Outro local que também urge na sociedade é a hemodiálise, que mesmo
24 antes da pandemia já estava crescendo em termos de atendimento. Mostra *slide* com dados do
25 centro cirúrgico, pelo qual tem um carinho especial por ser cirurgiã. O HC possui 22 salas
26 cirúrgicas e está crescendo, ainda precisam crescer mais em relação ao que havia antes da
27 pandemia, mas estão com uma taxa de crescimento boa. Nos transplantes, que são também a
28 sua especialidade, tiveram um aumento de 46%, no último ano, em transplantes de rim, fígado,
29 córnea e ossos. São realizados mutirões para ajudar nas filas cirúrgicas, para os quais há um
30 aporte financeiro e um aporte também político da região para que façam, e eles contemplam as
31 especialidades que mais despontam como necessidade na região. Cirurgias cardíacas também
32 são bastante demandadas, e o que a região necessita buscam atender. No que se refere a cirurgias
33 cardíacas congênitas, o HC é um dos poucos locais do Brasil que fazem; são cerca de 30 locais
34 e o HC é um deles. É um procedimento de altíssima complexidade e conseguem fazer, dando
35 um suporte para essas crianças e uma sobrevivência que é dada em qualquer lugar do mundo. Sobre
36 atendimentos de UER, estão pensando em realmente referenciar essa porta, mas ainda estão
37 nessa tratativa. Atendem a um número substancial de pessoas ao longo do ano. Mostra um *slide*
38 com os perfis das cidades que o Hospital atende, muito além às vezes da sua capacidade de
39 atendimento, porque sai até do Estado de São Paulo. Atendimentos ambulatoriais são mais de
40 500 mil pacientes por ano. Estão fazendo um movimento junto ao Ministério Público que é a

1 Comissão Estratégica de Acesso Responsável de Casos Novos, porque muitas vezes a Cross
2 não vê toda a capacidade, já que nem todos os casos são regulados por ela, e agora estão fazendo
3 um sistema para que isso aconteça e ela os veja. É bom também pontuar a quantidade de
4 refeições que preparam, e que são levadas a todos os locais do Hospital. Apresenta uma tabela
5 com a quantidade de resíduos com que lidam, o que pode levar, com essas novas medidas, a
6 recursos extras. A farmácia também é um local onde acabam tendo bastante atividade para as
7 mais variadas patologias, sem restrição, mesmo aqueles procedimentos que não são pagos,
8 porque a Conitec é que libera o que é pago para uma determinada doença, e acabam dando um
9 jeito de conseguir contribuir para fornecer o que tem de melhor para aquele paciente. Em
10 seguida, apresenta o Núcleo de Qualidade e Segurança em Saúde, obviamente tudo isso gira
11 em torno de ter esse controle e um atendimento ideal para o paciente do momento seguro. E
12 para concluir, diz que a Covid veio mostrar, graças à parceria da PG, a possibilidade de
13 receberem doações; conseguiram algumas doações e conseguiram também, mostrando essas
14 tratativas de propiciar para a sociedade o que ela necessita, repasses do Governo do Estado de
15 São Paulo, através de solicitação de alteração orçamentária, que o senhor Thiago, da Aeplan,
16 os ajudou a decifrar da primeira vez que ela apareceu, pois nem sabiam como conduzir. De
17 2022 a 2024, conseguiram R\$43 milhões do Estado de São Paulo, mas também vão atrás das
18 verbas parlamentares, que giram em torno R\$12 milhões a R\$15 milhões por ano. Isso não é o
19 suficiente, então estão criando a instituição Amigos do HC, que com toda a comunidade faz
20 tratativas para doação de empresas privadas, para que elas possam colaborar, porque ela
21 também pode ser uma usuária a qualquer momento. Como já foi mencionado aqui, um paciente
22 pode ter o melhor convênio, mas se ele tem um acidente automobilístico e é politraumatizado,
23 o melhor lugar para que ele possa vir é o Hospital de Clínicas da Unicamp. Então os empresários
24 fazem questão de muitas vezes investir na infraestrutura do HC. Além disso, promovem
25 corridas, arrecadação de tampinhas para venda, várias tratativas, porque cada real importa. E
26 em parceria com a empresa de consultoria Deloitte, graças ao sistema AGHUSE e à Aeplan,
27 vêm construindo, movidos pela tecnologia, projeto, melhoria de gestão e capacitação de
28 pessoas, uma maior eficiência. Estruturaram uma auditoria assistencial interna, porque não
29 adianta ter o melhor sistema se não há certeza de que o aluno ou o médico residente vai inserir
30 os dados naquele sistema, então esses auditores estão ali para isso. Estruturaram o modelo de
31 custos, criaram um comitê de indicadores, que vai nortear todos os setores, para que todos eles
32 tenham indicadores. Não chegou a perguntar para a PG, mas já vêm falando que esses
33 indicadores vão estar presentes na progressão de carreira da pessoa dentro do setor. E se o
34 indicador daquela pessoa dentro daquele local não estiver condizente, não é interessante para
35 ela, portanto estão tendo uma adesão muito grande aos indicadores, melhorando a célula
36 financeira. Tiveram como foco uma visão analítica, previsibilidade, sempre com o paciente no
37 centro, e fizeram a coleta de dados, construção do painel, apresentação gerencial. O resultado
38 inicial foi, por exemplo, em relação ao que tinham de descontos por judicialização; a
39 judicialização ocorre por coisas que prescrevem, que estão fora da Conitec, não era para
40 prescrever, mas algum aluno ou servidor prescreveu, e aquilo já vem descontado em folha, não

1 recebem do SUS. Então com esse trabalho o HC teve uma economia de R\$950 mil em 2023.
2 Ressalta o comitê de indicadores, observando que gosta muito dos indicadores, que considera
3 que fizeram a diferença, inclusive sugeriu à DGA e à DEA que façam também esses
4 indicadores, já até passou para elas alguns que fazem. O tempo de faturamento diminuiu de
5 uma forma importante ao longo do tempo, lembrando que depois de três meses não faturam
6 mais aquilo que fizeram, eles perdem, e estão correndo atrás disso. Acima de 90 dias está quase
7 nulo, porque se for glosada alguma conta, porque ela não foi feita, o indicador está aí para
8 mostrar. Então a glosa está quase sendo anulada. Em relação ao número de procedimentos
9 realizados e faturados, verificam no gráfico o quanto faturaram a mais nos últimos meses. Estão
10 faturando muito mais do que realmente aumentaram, ou seja, tinham, como já era esperado, um
11 subfaturamento do que faziam, por diversos motivos, mas estão chegando no máximo. De
12 faturamento possuem um valor de R\$49 milhões e um valor de produção de R\$34 milhões,
13 quando falam de internação e de ambulatorial. De ambulatorial houve 24% de aumento de
14 faturamento e de internação 50% de aumento de faturamento, e é em cima da internação que
15 pesa mais o SUS Paulista. Colocaram auditores médicos para avaliar as contas, porque existe
16 uma logística, uma ciência em cima de como fazer a auditoria das contas, e eles promoveram,
17 ao final de seis meses, uma estatística de R\$12 milhões. Há também as auditoras da
18 enfermagem. Criaram o grupo InovaHC-Unicamp, com o intuito de trazer inovações, e
19 convidam *startups* para atuar no Hospital como incubadoras, criando *softwares* que ajudem a
20 fazer rastreabilidade dos insumos de uma maneira mais adequada. Dentro da InovaHC-
21 Unicamp também é feita a contratação dos médicos auditores, que fazem a quebra das contas,
22 otimizando-as. As melhorias tiveram a parceria da PRDU, assim como da Reitoria e da
23 Prefeitura do *Campus*, na questão da revitalização dos jardins e da parte externa, que ficou
24 muito melhor. E quando consultam qual é o grau de satisfação dos pacientes, é uma satisfação
25 compatível com qualquer hospital particular, quem é da área da Saúde sabe, de 86%. Traz uma
26 frase para encerrar a apresentação, uma frase de que gosta bastante e que todos usam no HC:
27 “Pessoas melhores se tornam líderes melhores; líderes melhores formam times melhores; times
28 melhores produzem resultados extraordinários; resultados extraordinários tornam as
29 organizações melhores; organizações melhores servem melhor a sociedade; uma sociedade
30 melhor forma pessoas melhores”. Todos da área da Saúde sabem que conseguem fazer tudo
31 isso porque pessoas de todas as áreas da Universidade estão com eles, acreditando. O esforço é
32 em prol do paciente, mas também para fazer jus à confiança que depositam neles. Quanto ao
33 SUS Paulista, funciona da seguinte forma: há o custeio federal por cada um dos procedimentos
34 que fazem, através da FPO, que se propõem a fazer, que o Reitor assina, é o convênio com o
35 SUS. O Estado de São Paulo se propôs a dar uma suplementação para aqueles procedimentos
36 que ele achava que eram os principais, que tinham mais filas, que tinham uma necessidade da
37 população, alguns em torno até de quatro vezes o valor que é desses SUS. Então, por exemplo,
38 se recebem R\$100 para fazer uma cirurgia de vesícula e ele estipulou que essa cirurgia passa a
39 receber R\$400, o Ministério da Saúde paga R\$100 e o estado suplementa com mais R\$300. E
40 isso em cima de quantos procedimentos vierem a fazer, então se no final de um período fizerem

1 mil dessas cirurgias, vai ser mil vezes a suplementação de R\$300. Observa que isso é para a
2 área de Saúde como um todo, não só o HC. Em janeiro, por exemplo, a suplementação seria de
3 R\$8,7 milhões, em fevereiro seria de R\$9 milhões e em março de R\$10 milhões. O valor é
4 proporcional à produção, e o que ficou acordado é que como o HC da Unicamp não é uma
5 autarquia direta do Estado, nem é filantrópico ou Santa Casa, ele iria receber a cada três meses.
6 Estão aguardando esses três meses, que se findará no final desta semana ou na próxima, para
7 que esse repasse seja feito. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ
8 pergunta à doutora Elaine se ela entende essa nova modalidade como uma forma de resolver
9 esse atraso que estão tendo. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE responde que
10 certamente ajuda, mas resolver acha que não. A resolução é multifatorial, em várias frentes, e
11 precisam ser criativos, porque a área da Saúde é muito viva, muito dinâmica. Então a inovação
12 aparece muito rápido e o valor é muito alto, até perdem noção de valores quando se fala em
13 saúde, pois é tudo muito caro. Então acredita que vai ajudar bastante, mas resolver ainda vai
14 carecer de cada unidade; por exemplo, as áreas de neurocirurgia e gastrocirurgia vão atrás
15 também do que podem trazer de parceria para que o Hospital cresça enquanto inovação
16 científica e tecnológica. Senão, vão só se manter e não vão crescer e acompanhar instituições
17 de ponta. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA agradece à doutora
18 Elaine pela explanação elucidativa, e pergunta como seria o repasse caso o HC fosse uma
19 autarquia. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE responde que se fosse, isso seria
20 passado como já vem o dinheiro do SUS, via convênio que já possuem, de forma
21 extraordinária. Nessa transição, o recurso vai vir orçamentário a cada três meses, com a
22 justificativa de ser uma triangulação com o Ministério da Saúde e da Ciência e Tecnologia.
23 Estão de acordo com essa transição, já foi tudo discutido, não só com ela, mas com toda a alta
24 gestão da Universidade, e vão torcer para que isso se replique e que no momento apropriado
25 consigam receber recurso extraordinário, como já recebem o SUS ministerial. A
26 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI parabeniza a doutora Elaine pela apresentação, que
27 foi muito elucidativa e deu ideia da dimensão da assistência que o HC oferece para os quase
28 sete milhões de habitantes da Região Metropolitana de Campinas, sendo referência para essa
29 população toda. O aporte que está sendo aqui colocado de R\$12 milhões vem complementar o
30 que o SUS já pagou, de acordo com o número de procedimentos, de atendimentos, de cirurgias,
31 de exames laboratoriais. Às vezes esquecem disso, que é muito caro, então exames
32 laboratoriais, exames de imagem, e o Hospital precisa de uma estrutura muito grande para
33 funcionar: por exemplo, estrutura de almoxarifado, estrutura de farmácia, nutrição, serviço de
34 informática. Houve a contratação de uma empresa para auxiliar a implementação de vários
35 módulos do AGHUSE, e um segundo grande ganho do AGHUSE é que toda a área de Saúde
36 da Unicamp, Caism, Hemocentro, Gastrocentro e HC, terá o mesmo sistema informatizado.
37 Lembra que ele é um sistema que veio de modo gratuito, que é o utilizado no Hospital de
38 Clínicas de Porto Alegre, e cujo módulo também vai ser provavelmente usado nos hospitais do
39 Estado de São Paulo. Estão em uma luta e trabalhando para a implementação desses módulos,
40 e algo importante que a doutora Elaine não mencionou foi a melhora do atendimento à beira

1 leito, um projeto interessante de checar a medicação de cada paciente, que aumentou muito a
2 segurança do paciente. Portanto, é verdade que a qualidade do atendimento do HC é a mesma
3 do atendimento de um hospital nível A, como mencionou a doutora Elaine. Como ela também
4 colocou, se alguém tiver um politrauma, não existe na região um hospital que dê tamanha
5 qualidade de tratamento como o HC. Teve uma experiência pessoal nesse sentido, seu marido
6 sofreu um politrauma e o trouxe para o HC; ele só viveu porque foi atendido aqui, porque o
7 número de especialistas que ele precisou para atender esse politrauma só tinha aqui, portanto é
8 muito grata ao HC. Aqui possuem tratamento de ponta, e se escutarem os pacientes, o que eles
9 falam sobre os transplantes, veem os pacientes transplantados viverem, diálise, hemodiálise,
10 então o que fazem pela sociedade é muito mais que R\$12 milhões. Admira a Unicamp, da qual
11 também é parte, porque ela ajuda as pessoas, portanto o repasse não é para o HC, é para a
12 sociedade que ele atende, é pelos serviços médicos prestados para a região. Viram a
13 grandiosidade do trabalho que esse Hospital faz, parabeniza a doutora Elaine por todo seu
14 trabalho, não é fácil administrar um hospital daquele tamanho. Saíram da pandemia de Covid e
15 agora vivem uma epidemia de dengue, em que o Hospital também é referência. Então cada vez
16 que sofrem uma epidemia, a rotina se intensifica ainda mais, pois não possuem controle do
17 número de pacientes que chega, precisam fazer planos emergenciais para dar conta, e são
18 cobrados no atendimento da sociedade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO
19 REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa ao
20 item 01 do Adendo à Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-16953/2024 –, que trata de proposta de
21 deliberação Consu que institui o Núcleo Disciplinar da Unicamp. Destaque da conselheira Ana
22 Maria. A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que a questão é bem
23 pontual: sugestões quanto ao nome do órgão, em relação ao artigo 3º. Os pesquisadores
24 consideram a proposta bastante relevante, organizar os processos disciplinares da Unicamp,
25 entretanto como a Universidade possui um sistema de centros e núcleos interdisciplinares de
26 pesquisa, além de outros núcleos de pesquisa ligados às unidades de ensino, eles acreditam que
27 o termo “núcleo disciplinar” possa gerar confusão. Dessa forma, propõem um outro nome, por
28 exemplo, Órgão Disciplinar da Unicamp. Além disso, apesar de entender que a Carreira PQ
29 está incluída no objeto do órgão, sugerem essa explicitação no artigo 3º, ficando que ao órgão
30 “compete abrigar e conduzir todos os processos administrativos disciplinares da Unicamp
31 relativos a servidores das carreiras docentes, de pesquisador PQ e dos técnico-administrativos”
32 e mantendo o restante igual. O MAGNÍFICO REITOR diz que não deve haver problema na
33 explicitação dos pesquisadores, mas pergunta se a PG tem alguma sugestão quanto ao nome. A
34 Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que estão se baseando no que
35 as áreas jurídicas de outros órgãos públicos adotam; elas usam muito o termo “núcleo” para
36 falar da especialidade do assunto. Então se espelharam nisso, até porque não se trata de um
37 órgão que tenha um viés acadêmico ou de pesquisa, é um órgão administrativo da Universidade.
38 Há os núcleos especializados, por exemplo, da Procuradoria Geral do Estado. O MAGNÍFICO
39 REITOR pergunta se alguém teria alguma opinião mais forte sobre esse assunto, se há um
40 grande problema nisso, lembrando que, por exemplo, existem na Unicamp alguns órgãos que

1 têm a palavra “departamento”, e que não são departamentos acadêmicos, o que eventualmente
2 também poderia gerar uma confusão. Estava pensando em manter o nome, mas explicitar a
3 Carreira PQ para deixar bem clara a relevância que a carreira de pesquisadores tem. Isso tem
4 que estar sempre explicitado, o mesmo acontece em relação aos colégios técnicos, que às vezes
5 se esquecem de mencionar, mas é um processo de melhoria da cultura institucional. Não
6 havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, incluindo
7 “pesquisadores” onde houver referência a professores e funcionários, que é aprovada com 52
8 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 02 do Adendo à Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-
9 13600/2024 –, que trata de proposta de deliberação Consu que institui o Programa de Professor
10 Sênior e Pesquisador Sênior da Unicamp. Destaque da conselheira Ana Maria. A Conselheira
11 ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA elogia a ideia do programa, uma excelente
12 iniciativa que valoriza os profissionais docentes e pesquisadores que contribuíram para a
13 Unicamp ao longo de toda uma vida. É mais que bem-vinda a inclusão dos pesquisadores da
14 carreira PQ, só corrige um único detalhe: os pesquisadores se encontram em três instâncias da
15 Universidade, nos centros e núcleos, em unidades de ensino e pesquisa, mas também em órgãos.
16 Isso está previsto na Deliberação CAD-001/2019, no artigo 1º, parágrafo 1º, inciso III: “e outros
17 órgãos com quadro e estruturas próprios aprovados pela Câmara de Administração – CAD”.
18 Possuem hoje uma pesquisadora no Hemocentro, então isso implica mudar a redação dos artigos
19 3º, 4º, 6º, 7º, 11º e o 1º das Disposições Transitórias. Passou anteriormente as sugestões para a
20 doutora Ângela, da Secretaria Geral, mas se quiserem, pode ler aqui item por item. O
21 MAGNÍFICO REITOR consulta as doutoras Ângela e Fernanda se há algum problema nas
22 observações feitas pela doutora Ana Maria. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
23 responde que não, bastando acrescentar “demais órgãos” em todas as ocorrências. A
24 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO parabeniza pela iniciativa de propor esse programa. Essa
25 questão foi discutida na congregação do IFCH em março deste ano, a partir de uma carta que
26 foi endereçada à congregação e também à Reitoria, e que está anexa ao item da pauta, uma carta
27 assinada por mais de 40 pesquisadores e professores aposentados da Unicamp que nela
28 manifestaram a sua preocupação, o seu incômodo. E ao apresentar o pedido, que foi apoiado
29 pela congregação do IFCH, eles fazem algumas solicitações, e pelo que entendeu, uma delas
30 não pode ser atendida, que é a questão de manter o número de matrícula. Eles alegam que, ao
31 se vincular como professores colaboradores, perdem toda a sua identidade e o reconhecimento
32 de uma trajetória de trabalho construída ao longo de anos na Unicamp. Outra solicitação trazida
33 por eles é que não tenham que enviar toda a documentação novamente, porque a Universidade
34 tem a documentação, sabe quem são essas pessoas, além da questão do relatório de atividades.
35 Comparando as duas deliberações, a de pesquisador e professor colaborador e essa nova, de
36 pesquisador sênior, a única diferença mais substantiva que percebeu foi o aumento do prazo de
37 vínculo de três para quatro anos. Não percebeu nenhuma outra grande alteração, e gostaria de
38 entender melhor a razão de não poderem ser atendidas as solicitações específicas que foram
39 feitas na carta. A senhora MARIA APARECIDA QUINA DE SOUZA esclarece que foi
40 consultada a DGRH e ela avaliou que não seria adequado manter o número de matrícula porque

1 a pessoa teve um histórico funcional com aquela matrícula que se encerra com a aposentadoria.
2 Agora é uma outra relação com a Universidade, por isso a necessidade de uma nova matrícula.
3 A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA reforça a solicitação da professora
4 Andréia, não no sentido da matrícula, mas no sentido de uma sensibilidade da DGRH em
5 relação a um formulário de inscrição. Não tem sentido que a pessoa tenha ficado aqui tantos
6 anos e tenha que pedir o diploma de doutorado, que é o que acontece com os pesquisadores
7 colaboradores e professores colaboradores. Então é uma loucura, porque as pessoas já se
8 tornaram professores titulares, às vezes nem sabem onde está o diploma de doutorado, por isso
9 seria muito importante que houvesse um formulário adequado para essa entrada. Tudo bem não
10 manter o número de matrícula, mas que haja essa sensibilidade para que não seja tão burocrático
11 assim, porque senão realmente inviabilizam e deixam as pessoas muito nervosas. Se as pessoas
12 são pesquisadores ou professores sênior, já começam a ter algumas dificuldades com a
13 tecnologia, portanto precisam de um procedimento sensível, que seja tranquilo de fazer e de
14 aprovar, que as pessoas se sintam acolhidas, e não que elas se sintam fazendo o relatório
15 novamente, tudo novamente, não tem sentido isso. O MAGNÍFICO REITOR diz que o objetivo
16 de fazer a norma separada e que só atinge ex-profissionais do Unicamp é justamente essa. A
17 norma antiga colocava todos no mesmo guarda-chuva e com isso tinham uma tendência à
18 isonomia, uma palavra que costumam usar muito na Universidade e que deve contaminar
19 também a DGRH, que utiliza o mesmo procedimento se é ex-professor da Unicamp ou não. A
20 norma que está sendo proposta agora só cabe para pessoas que se aposentaram pela Unicamp,
21 e ao fazer isso, geram uma trajetória específica que facilita para eles o trabalho. Não tem nada
22 contra fazer o formulário, mas no fundo o relevante na questão não é a matrícula, o relevante é
23 que criaram uma rota própria, motivada por reclamações, inclusive já havia tido reunião com
24 os professores Coli e Ítala, e o professor Bahamondes já tinha vindo há um bom tempo atrás
25 reclamar pelo mesmo motivo. É, de fato, um absurdo pedir para uma pessoa que se aposentou
26 pela Universidade comprovar tudo de novo, não tem nenhum sentido. Dessa forma, criaram
27 uma situação diferente para a DGRH, uma trajetória específica, com o objetivo de simplificar
28 o máximo possível. A questão que não conseguiram atender foi a da matrícula, e acha que tem
29 uma lógica, pois um ciclo se encerrou, então o número deveria mudar. Quando se faz graduação
30 e pós-graduação aqui o número é outro, porque são relações diferentes, mantidas em momentos
31 diferentes. Então, essa foi a única coisa que não foi atendida das reivindicações que chegaram
32 às mãos da Reitoria. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO observa que
33 a proposta da doutora Ana Maria é de incluir “demais órgãos” na norma, pois de fato a Carreira
34 PQ prevê três hipóteses: centros e núcleos interdisciplinares vinculados à Cocen, unidades de
35 ensino e pesquisa e órgãos com quadros e estrutura próprios aprovado pela CAD, no sentido de
36 incluir centros e núcleos que não estão vinculados à Cocen. Na proposta em pauta, tratam
37 centros e núcleos de maneira geral, portanto estão incluídos ali já os centros e núcleos não
38 vinculados à Cocen. Se colocam “os demais órgãos”, isso tem um sentido mais administrativo,
39 o que não considera adequado, porque nenhum órgão administrativo vai ter pesquisador ou
40 professor sênior. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que foi uma das

1 pessoas que já reclamou bastante do programa de professor colaborador, porque tinham que
2 pedir para as pessoas, professor emérito, às vezes, pegar o diploma de doutorado e arrumar um
3 supervisor para ele na unidade, que em geral é inclusive um ex-aluno dele. Ele próprio é
4 supervisor do seu ex-orientador de doutorado. Reforça também o pedido da professora Andréia;
5 entende a explicação da DGRH, mas isso causa alguns problemas, às vezes, de ordem prática.
6 Por exemplo, quando o colaborador continua vinculado à pós-graduação e a secretaria vai
7 selecionar a matrícula dele no sistema, já aconteceu às vezes de a pessoa colocar na banca a
8 matrícula antiga e isso gerar algum problema na DAC, porque deveria ser a matrícula nova,
9 então gera alguma confusão. A deliberação menciona que a DGRH vai fazer uma instrução
10 normativa, porque a pessoa vai ter que ser aprovada na congregação, em algum momento ela
11 vai ter que cadastrar alguma coisa no sistema, nem que seja entrar em um *site* e dar um ok.
12 Sugere que isso pudesse ser delegado para a secretaria, que alguém da secretaria pudesse fazer
13 isso, que não precisasse ser o pesquisador sênior que tivesse entrar no sistema, porque isso hoje
14 é quase sempre algo que acontece: o professor colaborador vai na secretaria e alguém o ajuda
15 com o trâmite ali, então se pudesse ter algum esquema de delegação, talvez fosse interessante.
16 Outra coisa que talvez seja uma dúvida para a PG: na legislação de professor colaborador e
17 pesquisador colaborador, há um item parecido com esse artigo 9º, parágrafo 2º, de que é
18 “vedado ao professor sênior, ou pesquisador sênior, o recebimento de remuneração por
19 atividades realizadas no âmbito de convênios”. Explicação para isso era porque existia a palavra
20 “colaborador”, então isso podia dar algum conflito com alguma lei. Sendo essa figura do
21 professor sênior agora, pergunta se não teria como retirar esse parágrafo, mesmo para
22 convênios. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que não,
23 porque os dois programas estão baseados na Lei do Voluntariado, lei 9.608/98, mencionada no
24 artigo 9º. Portanto, em que pese serem programas diferentes aqui na Universidade, a base legal
25 para ambos é a mesma e a vedação continua a mesma. Quanto à delegação, não há como fazer,
26 porque vai haver um termo de adesão ao qual o pesquisador ou o professor vai ter que aderir.
27 Podem pensar em uma maneira rápida, acha que ao executar o programa é possível, mas não há
28 como delegar a adesão ao programa, de alguma maneira ele vai ter que assinar algum
29 documento e aderir ao programa. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES
30 diz que, algumas reuniões atrás, citou o caso daquela norma do professor colaborador que não
31 permitia que os professores das demais carreiras em geral pudessem atuar. Verifica que esta
32 agora é bem específica, Carreira MS e Carreira PQ, então pergunta se seria possível incluir
33 também os professores das demais carreiras, com as suas peculiaridades. Inclusive lembra que
34 o senhor Reitor pediu para a Procuradoria Geral pensar nisso. O MAGNÍFICO REITOR passa
35 a palavra ao professor Roberto Donato, que foi quem formulou a norma usando algumas
36 inspirações de outros locais, e a ideia foi realmente criar uma rota específica para pessoas que
37 se aposentassem na Unicamp. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz que
38 a proposta faz uma série de simplificações. A primeira delas é o fato de o pesquisador não ter
39 mais um supervisor, isso é uma coisa que marca uma diferença bastante grande com relação à
40 ideia do professor e pesquisador colaborador. A segunda é a possibilidade de o pesquisador ser

1 convidado pela própria unidade ou pelo próprio programa de pós-graduação a integrar o quadro
2 do programa, uma coisa que não existia; antes, a única possibilidade era que o pesquisador ou
3 o docente solicitasse essa integração. A terceira delas é que o plano não necessariamente
4 implica um cronograma de atividades, ele pode ser um plano sucinto, de previsão de atividades.
5 E as renovações podem ser automáticas, ou seja, a norma cria uma série de mecanismos de
6 simplificação, o docente não precisa ficar prestando conta a cada dois anos e mantém um
7 vínculo que é estável e que pode durar até 12 anos. Há um modelo bastante interessante que
8 faz, inclusive, com que o pesquisador ou o docente seja solicitado pela unidade na sua presença
9 como pesquisador sênior. Então tem elementos bastante importantes que marcam a diferença
10 entre os dois programas. A única coisa que não conseguiram, de fato, foi o número da matrícula,
11 por questões operacionais. A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA diz
12 que se a Procuradoria Geral acha que não pode colocar “outros demais órgãos”, então teriam
13 que colocar alguma forma que respeite a deliberação que instituiu a Carreira de Pesquisador,
14 porque na deliberação está explícito “outros órgãos com quadros e estrutura próprios aprovados
15 pela Câmara de Administração”. Sem isso, significaria que hoje a pesquisadora que está no
16 Hemocentro, que foi contratada lá seguindo a deliberação, não poderia fazer parte do programa
17 no futuro. Portanto devem achar uma outra terminologia que deixe explícito outros órgãos que
18 possuam pesquisadores no seu quadro, alguma coisa nesse sentido. A Doutora FERNANDA
19 LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que a proposta que está na pauta abrange, sim.
20 O Hemocentro é um centro, e a proposta da pauta cita centros e núcleos de maneira geral, não
21 vinculados ao sistema Cocen, que é a distinção que é feita na Carreira PQ. A carreira PQ fez
22 essa distinção e no inciso III deixou meio em geral como órgãos com estrutura própria
23 aprovados pela CAD, mas que a bem da verdade está tentando abranger centros e núcleos não
24 vinculados à Cocen. Se usam o termo “outros órgãos”, isso vai remeter a órgãos
25 administrativos. Portanto, a seu ver, não precisam se preocupar porque o Hemocentro é um
26 centro e ele está abrangido pela proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que no caso do Instituto
27 de Economia, por exemplo, existem vários núcleos locais dentro do Instituto, que não
28 participam do sistema Cocen, e que potencialmente poderiam ter um pesquisador contratado.
29 A Conselheira ANA MARIA ALVES CARNEIRO DA SILVA diz que nesse caso, ele estaria
30 ligado ao Instituto, como está previsto na deliberação CAD, mas se o Hemocentro é entendido
31 como um centro, mesmo que não vinculado ao sistema Cocen, tudo bem. O MAGNÍFICO
32 REITOR diz que, portanto, a questão se resume à matrícula. Não sabe se a questão colocada
33 pelo professor Ricardo tem alguma solução, como colocar no formulário a matrícula antiga e
34 informar uma matrícula nova. Talvez seja uma coisa possível de resolver na normativa, até para
35 mostrar que tem uma continuidade, a pessoa que se aposentou com aquela matrícula, mas que
36 deixou de ter validade no novo vínculo. Talvez seja uma solução possível, mas remeteria à
37 instrução normativa e não a este momento agora. Existe essa polêmica, ou essa dúvida, se isso
38 não vai criar novos direitos, e para evitar isso, a precaução é o que está conduzindo essa questão.
39 O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que, para fins de pós-graduação, acha
40 que esse problema talvez possa ser resolvido na DAC, de mesclar as duas matrículas em uma

1 só, alguma coisa assim, é algo que talvez dê para conversar e resolver. O MAGNÍFICO
2 REITOR diz que talvez colocar um “AP” depois do número antigo, mas é algo que podem
3 resolver em um outro momento. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz, ainda com relação à
4 questão da matrícula, embora o senhor Reitor tenha dito que esse é o menor dos problemas, que
5 possuem um apego com o número de matrícula, e imagina que depois de 30 ou 40 anos com o
6 mesmo número a pessoa não vai ter facilidade com um novo. A sugestão da professora Silvia
7 Santiago é de que acrescentem uma letra ao número antigo, um “S” de Sênior, por exemplo. O
8 MAGNÍFICO REITOR solicita que a DGRH pense nisso, mas formalmente não seria o mesmo
9 número, teria alguma coisa que diferencie, ou um novo dígito, alguma coisa que possa resolver
10 a questão. Sobre a questão do professor Francisco, pergunta a ele se hoje existe alguém no
11 programa de professor colaborador dos colégios técnicos. O Conselheiro FRANCISCO DA
12 FONSECA RODRIGUES responde que o Cotuca chegou a ter para substituir uma professora
13 que estava em licença-maternidade, era uma professora recém-contratada e a DGRH não tinha
14 terminado o trâmite. Então entrou uma professora colaboradora para os alunos não ficarem sem
15 aula. Isso ocorreu no ano passado. Mas o que solicita é que realmente os professores dos
16 Colégios e das demais carreiras possam ter essa atividade que o senhor Reitor citou, pois são
17 pessoas que trabalharam na Universidade, construíram a Universidade também. Quando é
18 proposta uma norma dessa, veem que mais uma vez foram esquecidos, embora saiba que não
19 foi de propósito. O MAGNÍFICO REITOR solicita ao professor Roberto Donato que pense em
20 uma possível extensão do programa de professor e pesquisador sênior aplicada também para as
21 carreiras MTS, MST, MA, DEL e Deer. O Conselheiro PAULO EDUARDO NEVES
22 FERREIRA VELHO pergunta se é o caso de retirar de pauta e voltar junto com as demais
23 carreiras. O MAGNÍFICO REITOR responde que podem votar hoje e adendar depois, é
24 simples. O grande problema de decidir isso agora é que talvez não seja só citar essas outras
25 carreiras onde consta a Carreira MS, mas que haja outros detalhes que precisam ser pensados.
26 Fazendo essas mudanças, podem complementar no Consu de agosto, e com isso já implantam
27 o programa agora e simplificam para aqueles que mais utilizam o programa, que são os MS. O
28 Conselheiro PAULO EDUARDO NEVES FERREIRA VELHO diz que concorda, só acha que
29 realmente cabe um pedido de desculpas às demais carreiras, porque deveriam ter pensado nelas.
30 O MAGNÍFICO REITOR diz que não tem problema em pedir desculpa, o problema é o tempo
31 que possuem para fazer as coisas, pois é uma demanda muito grande. Então procuram responder
32 um pouco àquelas pessoas que exercem mais o movimento, mas vão providenciar, e pede
33 desculpa ao professor Francisco. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES
34 diz que não são necessárias desculpas, pelo menos do seu ponto de vista. O Conselheiro
35 SANDRO DIAS agradece ao professor Francisco por essa menção aos colégios e às demais
36 carreiras. Esta semana, coincidentemente, o professor Fernando Coelho apresentou um
37 programa, uma ideia muito promissora, que é o UniversIDADE, e comentaram no Cotil que
38 isso poderia motivar, inclusive, que professores já aposentados pudessem atuar nesse programa.
39 Então acha que até por isso essa ideia do professor colaborador também contemplando as
40 demais carreiras seria complementar ideias como o do programa UniversIDADE, que é uma

1 ideia muito promissora e foi muito bem aceita nos colégios. O MAGNÍFICO REITOR diz que
2 a mensagem está colocada, tentam trazer para o próximo Consu a complementação dessa
3 norma, incluindo todas as outras carreiras e vendo o que há de mudanças a fazer. Não havendo
4 mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada com 48 votos favoráveis e 01
5 abstenção. Passa ao item 13 da Ordem do Dia – Proc. nº 07-P-19285/2023 –, de Michel Georges
6 Albert Vicentz, que trata de recurso interposto pelo candidato contra o indeferimento de sua
7 inscrição no concurso público de provas e títulos para o provimento de cargo de Professor
8 Titular, nível MS-6, em RTP, na área de Biologia Molecular e Bioquímica de Plantas, disciplina
9 BV916, do Departamento de Biologia Vegetal do Instituto de Biologia. Passa a palavra ao
10 professor Hernandez. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO diz que se
11 trata do recurso impetrado pelo professor Michel Vincentz, cuja inscrição em um concurso de
12 professor titular foi denegada em todas as instâncias do Instituto de Biologia. Deixa claro que
13 possuem uma certa dificuldade em avaliar características qualitativas, e o docente insiste em
14 dizer que sempre privilegiou a qualidade e a quantidade de publicações. Só que, ao insistir nesse
15 ponto, ele fica de fora de alguns elementos importantes, que são os critérios mínimos
16 estabelecidos pelo Instituto e por normas do Conselho Universitário para candidatura ao
17 concurso. É lamentável que a pessoa tenha esse posicionamento de ir contra as regras e depois
18 achar que pode interpelar, apelando para uma qualidade. É claro que o Instituto de Biologia
19 publica muito bem, e publica com qualidade em vários aspectos e produz muita ciência,
20 havendo muitos docentes nível MS-5 que ultrapassam os critérios apresentados pelo docente
21 como elementos para sua candidatura. Coloca-se à disposição para sanar dúvidas que possam
22 surgir. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que a Secretaria Geral colocou
23 como sugestão votar o recurso e não o parecer PG, observando que o parecer PG opina pelo
24 indeferimento, mas vai ser votado o recurso, favorável, contrário ou abstenção. O Conselheiro
25 FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que essa proposta de concurso para professor
26 titular passou pela congregação do IB em agosto de 2023, ou seja, faz quase um ano que está
27 tramitando o processo, e lamenta esse período todo em virtude desse recurso apresentado pelo
28 candidato. Solicita confirmação de que se voltarem favoráveis, serão favoráveis ao recurso do
29 candidato. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO confirma e enfatiza,
30 com base na fala do professor Flavio, a necessidade de fazerem uma reavaliação das normas
31 para prever momentos recursais durante os concursos que sejam mais ágeis e céleres, e que já
32 precluam qualquer discussão sobre aquele ponto para que isso não seja trazido ao Consu e atrase
33 ainda mais os concursos. O MAGNÍFICO REITOR reforça essa fala da doutora Fernanda sobre
34 a preocupação dela e da doutora Ângela sobre as revisões das normas de concurso. Elas acham
35 que é mais rápido preverem momentos recursais em diferentes etapas do processo, porque o
36 que acaba acontecendo é que o recurso feito ao final às vezes volta ao início do processo, pega
37 inscrição, esse tipo de coisa. Embora pareça que é mais fácil, porque só tem um momento de
38 recurso, isso acaba gerando situações como essa. Também é o que acontece nos concursos de
39 entrada, de professor assistente doutor, e que não resolveram ainda. A expectativa de ter mais
40 etapas de recurso vai envolver às vezes a banca ficar um pouco mais de tempo, ou ter uma prova

1 escrita, por exemplo, que possa ser feita presencialmente, mas nem toda a banca estar presente,
2 e precisam ter um tempo de recurso. Isso às vezes pode gerar um processo como um todo mais
3 rápido, embora o momento do concurso possa ser um pouco mais demorado, porque evita de
4 ele ter repercussão nos outros momentos que estão sendo continuados. O que acontece hoje é
5 que às vezes levam o concurso até o final e a pessoa está recorrendo da inscrição, por exemplo.
6 É só uma observação lateral, não tem a ver com o caso concreto, mas terão que decidir isso em
7 algum momento, e esperam que não demore muito. Como há poucos concursos no momento,
8 isso não está criando um grande problema, mas se começarem a fazer os concursos para as 120
9 vagas, isso vai criar problema. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA
10 pergunta se havia outros candidatos inscritos para esse concurso, e se o IB tem uma vaga para
11 titular. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO responde que o Instituto
12 possui uma vaga para titular, para a qual se inscreveu apenas o professor Michel. O Conselheiro
13 PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que chegaram a discutir uma minuta para
14 alterar essa questão das fases recursais. Entendeu, naquele momento, que não era oportuno,
15 porque isso se aplicaria para as novas vagas, para o concurso das 120 vagas. Mas pergunta se
16 não poderiam fazer essa discussão em relação especificamente aos concursos de professores
17 titular. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que eram
18 minutas distintas, uma era das cotas das 120 vagas, que está pronta, aguardando as vagas para
19 que possa ser discutida aqui, e a outra minuta era da reforma do concurso de professor doutor
20 de ingresso. Foi criado um grupo de trabalho, presidido pelo professor Claudio Tormena, que
21 já entregou o trabalho e a PG está fazendo a avaliação. Como é uma questão que impacta muito
22 a atividade das unidades, talvez possam pensar em uma conversa com os diretores para ver o
23 que eles entendem da última versão da minuta e depois trazer para o Consu para deliberar. O
24 MAGNÍFICO REITOR diz que então, tendo já elaborada essa versão aprovada do ponto de
25 vista dos diretores, possam divulgar para o Conselho Universitário e abrir essa discussão. Mas
26 ela tem esse espírito de ter mais momentos que possibilitem recursos em relação às fases já
27 ocorridas, e uma vez isso decidido, segue para frente e a pessoa tem menos direitos na
28 continuidade. Chama a atenção para o fato de que muitas normas de progressão na carreira
29 docente têm números mínimos indicados, e esse é o caso. Formalmente, a pessoa não está
30 atendendo aos números mínimos no Instituto de Biologia. Essa é uma discussão possível, há
31 locais que têm dois perfis diferentes, como a FCM atualmente, outras unidades possuem
32 equivalências, portanto existem estratégias diferentes. Mas a cultura na Unicamp sempre foi a
33 seguinte: a unidade sugere e as instâncias superiores analisam e exercem um controle. É uma
34 combinação de início local e algum *feedback* global para manter um certo padrão similar, o que
35 lhe parece uma boa estratégia, porque deixam a unidade também ter um espaço, porque sabem
36 que uniformizar, na diversidade existente na Universidade, é um problema. A Conselheira
37 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que na Cepe tiveram uma discussão sobre essa
38 questão de inscrição em um concurso, mas não era para titular. Então, essa é uma primeira
39 diferença. A segunda diferença é que existem várias informações aqui em relação ao que o
40 professor não apresentou na documentação, e lhe chama muito a atenção a questão dos ex-

1 orientandos que estão nucleando pesquisa em outras instituições acadêmicas, que ele menciona
2 apenas no recurso, mas não colocou isso na sua inscrição. Em relação à questão do número de
3 orientandos, parece que é bem claro que o docente precisa ter, pelo menos no perfil, três
4 dissertações e/ou teses defendidas, e ele só apresentou uma. Acha que possuem condições de
5 deliberar, pelo menos se sente esclarecida, porque não é só uma questão qualitativa, é uma
6 questão de instrução do procedimento. É preciso ter certas coisas, e a comissão que vai avaliar
7 a inscrição tem que ver e checar, fazer esse *checklist*. O *checklist* foi feito e há algumas
8 incongruências em relação ao perfil, mas acha uma pena que isso tenha acontecido, porque há
9 uma vaga de titular e há um professor que acha que tem o perfil para ser titular. Talvez fosse
10 interessante o IB fazer uma discussão interna sobre essas questões; sabe que o professor tem a
11 liberdade de fazer a sua inscrição do jeito que quer, mas é difícil ter que chegar aqui no Consu
12 para discutir isso. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação
13 o recurso do professor, que é rejeitado com 35 votos contrários, 01 voto favorável e 12
14 abstenções. Para o Consu terminar, é preciso ter o Expediente, mas em razão do horário
15 avançado, sugere que ao longo da semana pensem na possibilidade de fazê-lo na próxima terça-
16 feira de manhã, ou no dia das reuniões da Cepe e da CAD, dia 11 de junho, na parte da manhã.
17 Amanhã ocorrerá a pré-pauta da Cepe e da CAD, e a partir dela conseguirão ter uma ideia do
18 potencial de duração, mais ou menos, das reuniões. Se estiverem mais tranquilas, é mais
19 conveniente juntar no mesmo dia para evitar de perturbar a agenda de todos. Nada mais havendo
20 a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária
21 Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser
22 submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 28 de maio de 2024.

Conselho Universitário - CONSU²¹⁴

186ª Sessão Ordinária, realizada em 28 de Maio de 2024

Resultado da votação

Item 01 da Ordem do Dia



Favorável

68



Contrário(a)

0



Abstenção

3

VOTANTES

Nomes

Votos

Ricardo Miranda Martins

Favorável

Ana Maria Alves Carneiro da Silva

Favorável

Flávio Henrique Baggio Aguiar

Favorável

Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho

Favorável

Fernando Antônio Santos Coelho

Favorável

Rodolfo Jardim de Azevedo

Favorável

Wagner de Melo Romão

Favorável

Hernandes Faustino de Carvalho

Favorável

Ivan Felizardo Contrera Toro

Favorável

Cláudio Francisco Tormena

Favorável

Lucas Ildefonso Buscaratti

Favorável

Carmenlucia Santos Giordano Penteado

Favorável

Rodrigo Ramos Catharino

Favorável

Patricia Kawaguchi Cesar

Favorável

Márcio Antonio Cataia	Favorável
Matheus da Silva Marcheti Martins	Favorável
Juliana Freitag Borin	Favorável
Luiz Seabra Junior	Favorável
Débora Cristina Jeffrey	Favorável
Paulo José Rocha de Albuquerque	Favorável
André Kaysel Velasco e Cruz	Favorável
Dirceu Noriler	Favorável
Ariovaldo José da Silva	Favorável
Petrilson Alan Pinheiro da Silva	Favorável
José Antonio Rocha Gontijo	Favorável
Fernando Augusto de Almeida Hashimoto	Abstenção
Ana Maria Frattini Fileti	Favorável
Muriel de Oliveira Gavira	Abstenção
Anna Christina Bentes da Silva	Favorável
Arnaldo César da Silva Walter	Favorável
Noel dos Santos Carvalho	Favorável
Marisa Masumi Beppu	Favorável
Fernando Sarti	Favorável
Adilton Dorival Leite	Favorável

João Paulo Borin**Favorável**

Célio Hiratuka**Favorável**

Simone Appenzeller**Favorável**

Andréia Galvão**Favorável**

Cláudio José Servato**Favorável**

Augusto César da Silveira**Favorável**

Jose Luis Pio Romera**Favorável**

Sandro Dias**Favorável**

Claudio Saddy Rodrigues Coy**Favorável**

Mônica Alonso Cotta**Favorável**

Hugo Enrique Hernandez Figueroa**Favorável**

Elaine dos Santos Jose**Favorável**

Daniel Martins de Souza**Abstenção**

Rafael Silva Marconato**Favorável**

Francisco Hideo Aoki**Favorável**

Aline Sampaio Rodrigues Schmidt**Favorável**

Kethlyn Kethriny da Costa Brito**Favorável**

Elaine Cristina de Ataíde**Favorável**

Marcelo Alves da Silva Mori**Favorável**

Milena Pavan Serafim**Favorável**

Esther Luna Colombini	Favorável
Josely Rimoli	Favorável
Verónica Andrea González-López	Favorável
Francisco da Fonseca Rodrigues	Favorável
Joana Froes Braganca Bastos	Favorável
Cesar José Bonjuani Pagan	Favorável
Antonio Salvador Pedretti Neto	Favorável
Rachel Meneguello	Favorável
Eliana da Silva Souza	Favorável
Kaylan Rodrigues	Favorável
Lívia Veríssimo Campos Silva	Favorável
Maria Luiza Moretti	Favorável
Dirce Djanira Pacheco E Zan	Favorável
Anderson de Souza Sant´Ana	Favorável
Roberta Cunha Matheus Rodrigues	Favorável
Eva Lopes Teixeira	Favorável

NÃO VOTANTES**Nomes**

Márcio Alberto Torsoni

Odilon José Roble

Leonardo Lorenzo Bravo Roger

Samuel Rocha de Oliveira

Felipe Machado Savedra

Emily Lourdes Mendes de Sá

Valentina Spedine Sierra

Sarah de Medeiros Pinheiro Souza

Ângelo Roberto Biasi

João Mateus Silva Feitoza

Bruno Gomes Ximenes

Leandro Horie

Marcílio Alves

Eduardo Gurgel do Amaral

José Henrique Toledo Correa

1 **ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA SESSÃO**
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**
3 **DE CAMPINAS.** Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove
4 horas, reuniu-se de forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de
5 Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ
6 DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton
7 Dorival Leite, Aline Sampaio Rodrigues Schmidt, Ana Maria Alves Carneiro da Silva, Ana
8 Maria Frattini Fileti, Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, Andréia
9 Galvão, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Salvador Pedretti
10 Neto, Arnaldo César da Silva Walter, Augusto César da Silveira, Bruno Gomes Ximenes, Célio
11 Hiratuka, Claudio Francisco Tormena, Daniel Martins de Souza, Débora Cristina Jeffrey, Dirce
12 Djanira Pacheco e Zan, Eduardo Cardoso de Abreu, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine dos
13 Santos José, Eliana da Silva Souza, Emilson Pereira Leite, Eva Lopes Teixeira, Fernando
14 Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Flavio Henrique Baggio Aguiar, Francisco
15 Hideo Aoki, Hernandes Faustino de Carvalho, Ivan Felizardo Contrera Toro, José Luis Pio
16 Romera, Josely Rimoli, Juliana Freitag Borin, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo
17 Bravo Roger, Luiz Seabra Junior, Marcílio Alves, Márcio Alberto Torsoni, Maria Luiza
18 Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta,
19 Noel dos Santos Carvalho, Odilon José Roble, Patricia Kawaguchi Cesar, Paulo Eduardo Neves
20 Ferreira Velho, Paulo José Rocha de Albuquerque, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Petrilson
21 Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rafael Silva Marconato, Rene Alfonso Nome
22 Silva, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rosmari Aparecida
23 Ribeiro, Sandro Dias, Silvia Cristina Franco Amaral, Thais Queiroz Zorzeto Cesar, Valentina
24 Spedine Sierra e Verónica Andrea González-López. Como convidados especiais,
25 compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Alcides José Scaglia, Ana Maria
26 Fonseca de Almeida, Cristiane Maria Megid, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo Cesar
27 Montagner, Roberto Donato da Silva Junior e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Ana
28 Carolina de Moura Delfim Maciel; a acadêmica Bruna Bimbatti; e os senhores Fernandy
29 Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata e Maria Aparecida
30 Quina de Souza. Justificaram ausência à Sessão o Pró-Reitor de Extensão, Esporte e Cultura,
31 Fernando Antonio Santos Coelho, e os seguintes conselheiros: Márcio Antonio Cataia, sendo
32 substituído pelo conselheiro Emilson Pereira Leite; Ariovaldo José da Silva, sendo substituído
33 pela conselheira Thais Queiroz Zorzeto Cesar; Hugo Enrique Hernandez Figueroa; Dirceu
34 Noriler; Rodrigo Ramos Catharino; Rodolfo Jardim de Azevedo; Joana Frões Bragança Bastos;
35 Muriel de Oliveira Gavira, sendo substituída pelo conselheiro Noel dos Santos Carvalho;
36 Wagner de Melo Romão, sendo substituído pelo conselheiro Peter Alexander Bleinroth Schulz;
37 Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pelo conselheiro Eduardo Cardoso de Abreu;
38 Marcelo Alves da Silva Mori, sendo substituído pelo conselheiro Rene Alfonso Nome Silva;
39 Francisco da Fonseca Rodrigues, sendo substituído pela conselheira Rosmari Aparecida
40 Ribeiro; Kethlyn Kethriny da Costa Brito; Sarah de Medeiros Pinheiro Souza; Felipe Machado

1 Savedra; João Mateus Silva Feitoza; Cláudio José Servato, sendo substituído pela conselheira
2 Eva Lopes Teixeira; Eduardo Gurgel do Amaral; e Leandro Horie. Havendo número legal, o
3 MAGNÍFICO REITOR dá início à Continuação da Centésima Octogésima Sexta Sessão
4 Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, que foi iniciada
5 em 28 de maio de 2024. Ela será basicamente concentrada no Expediente. Solicita aos membros
6 titulares que façam *login* no *site* da Secretaria Geral para que suas presenças sejam registradas.
7 Quando estiverem logados, os documentos ficarão acessíveis. Lembra que é imprescindível que
8 os conselheiros utilizem os computadores da sala e que não fechem a página da Secretaria Geral.
9 Para manifestação, os conselheiros deverão respeitar o limite temporal de três minutos para o
10 Expediente, e informa que não serão aceitas novas inscrições para o Expediente, mantendo-se
11 aquelas realizadas no dia 28 de maio. Informa que há uma correção no item 07 do Expediente,
12 devendo constar como indicação para compor a CVND: Área da Saúde: Elaine Cristina de
13 Ataíde, como titular, e João Renato Bennini Júnior, como suplente. Informa também que no
14 Expediente constam dez itens, sendo que os itens 01, 02, 03, 05 e 06 estão destacados pela
15 Mesa, pois há apresentações previstas ou trata-se de moções a debater. Passa ao item 01 – Proc.
16 nº 01-P-25581/2022 –, que trata da proposta de Plano de Ocupação para a área do Hub
17 Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (Hids Unicamp 2024-2050) na Fazenda
18 Argentina. Passa a palavra ao professor Roberto Donato, que vai fazer a apresentação de um
19 documento que foi gerado pelo conselho do Hids, já foi discutido em alguns lugares da Unicamp
20 e a ideia é que agora seja discutido nas unidades e nos órgãos da Universidade, para que, em
21 algum momento futuro, deliberem sobre as linhas gerais de ocupação do Hids. O coordenador
22 do conselho do Hids, professor Mariano Laplane, está afastado por 90 dias, ele está em uma
23 atividade no Banco dos Brics, em Xangai, e está sendo substituído pelo professor Roberto
24 Donato nesse período. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA JUNIOR diz que fará a
25 apresentação de um plano que foi produzido pela coordenação de implantação do Hids, a partir
26 de um conjunto de experiências, de escuta, de oficinas que geraram o presente plano de
27 ocupação. Todos sabem que a Fazenda Argentina foi adquirida em 2014, e desde 2019 há um
28 amplo processo de escuta e envolvimento da comunidade para a construção dos destinos que a
29 Fazenda Argentina teria. Esse processo foi aglutinado em torno da ideia de construção de um
30 *hub* internacional para o desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo fundamental a
31 construção de um distrito inteligente, uma nova perspectiva de *campus* universitário, onde a
32 orientação fundamental seja a construção de um espaço vivo de interação entre inovação e
33 sustentabilidade. Desde 2019, houve uma série de mecanismos de construção, de planejamento
34 do território, de consulta a atores externos e internos, de envolvimento de uma série de
35 docentes, de realização de oficinas, tanto para a construção do próprio princípio de
36 sustentabilidade que vai nortear o Hids, quanto o levantamento das demandas que a Unicamp
37 tem para a construção de projetos de futuro envolvendo a construção do Hids. Nesse plano de
38 ocupação, a previsão de área construída é em torno de 25% da área da Fazenda Argentina, e
39 que 75% até 2050 tenha destinação para áreas verdes das mais diversas naturezas, entre elas a
40 mais importante, a construção do corredor ecológico. Mostra o *slide* com uma visão inicial do

1 plano de ocupação, com as áreas destinadas para esses 25% de área construída, observando que
2 vão reservar duas quadras para equipamentos públicos e comunitários e as demais áreas estarão
3 destinadas tanto para campo de experimentação como áreas de uso social quanto para áreas de
4 proteção ambiental. Essa área construída, portanto, 20% da área total, 280 mil metros
5 quadrados, foi pensada e planejada com base nos 75 projetos que foram cadastrados no processo
6 de consulta à comunidade para uma visão de futuro do Hids. E 70 mil metros quadrados para a
7 implantação de equipamentos públicos, como praça, arruamento e outras instalações exigidas
8 por leis. Na área não construída, que compreende 75% da Fazenda até 2050, há três destinações
9 básicas: a destinação para as áreas ecológicas de proteção, as áreas experimentais e as áreas de
10 uso social. Esse plano leva em consideração não apenas as condições de paisagem, as condições
11 biofísicas da Fazenda Argentina, bem como os remanescentes preexistentes de vegetação
12 nativa, de matas tombadas, de fluxo de fauna e das APPs que constituem aquela área. Nessas
13 áreas, até 2050, principalmente as áreas de proteção ambiental estão proibidas para construções.
14 Mostra um *slide* com uma visão mais ou menos ampla do que constituem as áreas verdes, com
15 destaque fundamental obviamente para o corredor ecológico, mas boa parte das quadras ficarão
16 preservadas até 2050, compondo um complemento a essas áreas de proteção. Na infraestrutura
17 de mobilidade, a ideia fundamental é que tenham arruamentos espaçados, com fluxos
18 específicos para cada tipo de modal, para cada tipo de mobilidade. Essa infraestrutura urbana
19 foi construída com base na ideia da integração da malha viária interna do Hids Unicamp com o
20 seu entorno, que vai constituir o próprio Hids. A ideia de continuidade, portanto, é evitar a
21 criação de cercamentos, bolsões, cancelas, a redução do número e largura de faixas veiculares,
22 além de estratégias de diminuição da velocidade e acalmamento do tráfego. Assim como
23 respeito às preexistências, ou seja, a topografia e a própria paisagem da Fazenda Argentina, e a
24 promoção da caminhabilidade. Então, a ideia é que existam muitos espaços e muitos caminhos
25 de fluxo para pedestres. Em relação ao faseamento propriamente dito, nesse processo de
26 distribuição fundamental, 75% de áreas verdes não construídas até 2050, mais 25% das áreas
27 de construção, os princípios fundamentais são os seguintes. A implantação gradual, que
28 aproveite a infraestrutura existente na borda da Fazenda Argentina, ou seja, a ideia fundamental
29 é que as áreas mais planas e que já tenham uma infraestrutura urbana preexistente sejam
30 privilegiadas, principalmente a Rua Dr. Ricardo Benetton Martins e a área contígua à instalação
31 da sede da Inova. Esse faseamento obedece a três determinantes, bastante importantes para a
32 constituição do grupo de coordenação do Hids: primeiro, precisam lembrar que o Hids é um
33 distrito de inovação dedicado à criação de soluções para o desenvolvimento sustentável,
34 gerando uma interação mais próxima entre a Universidade, os membros da sociedade civil,
35 empresas e poder público. Esse objetivo de desenvolvimento sustentável é mais promissor
36 quando é fruto de diálogos entre esses atores, e conseqüentemente, para que esse processo
37 aconteça de maneira planejada, organizada e participativa, a ocupação gradual é pensada como
38 o caminho mais adequado de formulação e implantação do Hids. Mostra *slide* com os princípios
39 norteadores, as ESG, a ideia de sustentabilidade, autossuficiência, a humanização do morar,
40 construção da identidade, princípio da descarbonização e a ideia de que o Hids seja um lugar

1 de intensa troca e compartilhamento. E na metodologia de construção do plano de uso,
2 utilizaram os seguintes procedimentos: a construção de estudos realizados no âmbito da
3 especialização da FECFAU, a proposta de *master plan* elaborada pelo Krihs, que é a consultoria
4 coreana que produziu o desenho inicial de construção do Hids, não apenas o Hids Unicamp,
5 mas do próprio Hids. Aproveitaram e se conectaram ao plano diretor da cidade de Campinas,
6 ao plano integrado da própria Unicamp, fizeram estudos de *benchmarking*, viabilidade
7 econômica, e principalmente levaram em consideração os subsídios levantados pelos projetos
8 e pelas oficinas Unicamp 2050, onde a comunidade apresentou as suas demandas para o Hids.
9 A primeira fase da ocupação prevê uma integração com as instalações que já estão estabelecidas
10 na sede da Inova. Esse primeiro entorno já está sendo encaminhado com a vila das *startups*, já
11 há elementos de construção de equipamentos públicos da Prefeitura, e vão tentar encaminhar
12 para que essa primeira área ganhe as primeiras edificações e os primeiros processos de parceria
13 em torno do Hids. A segunda fase prevê a construção de dois blocos na área da Rua Dr. Ricardo
14 Benetton Martins, na frente do CPqD, e a terceira fase, que compreende os anos de 2040 a 2050,
15 a construção dos equipamentos públicos e as quadras 7 e 8, no limite abaixo da Fazenda
16 Argentina, a partir de um desenvolvimento mais amplo dessas áreas construídas. Faz um
17 agradecimento especial à composição da coordenação do Hids: professora Adriana Nunes,
18 professor Mariano Laplane, o doutor Eduardo Gurgel, a professora Gabriela Celani, que tem
19 um papel bastante importante na formulação dessa proposta, o professor Miguel Bacic, do
20 Instituto de Economia, a senhora Thalita Dalbelo, o professor Wesley Silva, do IB, a professora
21 Sonia Seixas e a doutora Patricia Mariuzzo. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia agora é
22 que isso passe pela discussão nas unidades e nos órgãos. É um plano geral de ocupação, ele não
23 define como os espaços construídos serão ocupados, essa é uma outra etapa. A ideia é definir
24 se as linhas gerais de ocupação estão de acordo com as propostas da Unicamp e com as ideias
25 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES
26 DA SILVA diz que, ao olhar o cronograma, ficou com uma dúvida: pergunta por que os
27 equipamentos públicos são por último, para 2040, 2050. O Professor ROBERTO DONATO
28 DA SILVA JUNIOR responde que a ideia de que os equipamentos públicos sejam colocados
29 por último está estabelecida porque eles não estão sob controle do Hids Unicamp e da própria
30 Unicamp. Se esses estabelecimentos públicos vierem com antecedência, o espaço está garantido
31 para eles, mas o que tentaram garantir nesse processo de faseamento é privilegiar aquelas áreas
32 onde a Reitoria da Unicamp e a coordenação do Hids têm interferência no processo de
33 ocupação. Essas áreas de equipamento público dependem da interação com a Prefeitura, e elas
34 estarão disponíveis para essa realização, só não querem se comprometer com a realização delas
35 porque não possuem controle. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL
36 parabeniza o grupo de trabalho que elaborou esse projeto e pergunta qual foi a relação e qual
37 foi o diálogo e até o enfrentamento do outro programa que a Prefeitura está lançando. Aliás,
38 ontem tiveram, na sua opinião, uma derrota na Câmara Municipal de Vereadores com a
39 aprovação da PEC que de certo modo precariza os mananciais de água, as áreas verdes etc.
40 Então gostaria de entender em que medida o Hids tensionou com o Pids e em que medida

1 dialoga, porque vê que é um projeto extremamente importante, do ponto de vista da
2 sustentabilidade, mas ele pode acabar sendo uma ilha, do jeito que a coisa está indo na Prefeitura
3 Municipal de Campinas. E a segunda pergunta é em que medida existe algum plano para uma
4 ocupação esportiva também desse espaço. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE
5 CARVALHO diz que ficou curioso porque existe um faseamento da ocupação, mas pergunta
6 como isso se concilia com as atividades de levantamento de fundos para as construções. Um
7 exemplo é que as quadras 7 e 8 são mais dedicadas para a área da Saúde, até onde está
8 informado. Mas supondo que amanhã recebam um aporte financeiro para a construção de um
9 hospital, e já possuindo um faseamento para essas quadras 7 e 8, para 2050, pergunta como isso
10 se comunica com essas duas ações específicas. O Professor ROBERTO DONATO DA SILVA
11 JUNIOR responde que, com relação ao Hids e o Pids, a relação da coordenação do Hids com a
12 Prefeitura é a melhor possível em todos os aspectos, no que se refere ao Hids. Vêm caminhando
13 para a construção de uma visão integrada de ocupação do território, estabelecendo o diálogo e
14 desenvolvimento de visões de futuro para o estabelecimento do Hids, e a Prefeitura tem
15 apoiado, na ideia da construção da infraestrutura, todas as diretrizes que estabelecem para o
16 Hids, mas principalmente para o Hids Unicamp. Esse plano de ocupação, que é aquilo que a
17 Unicamp tem como prerrogativa fundamental de atuação, é do Hids Unicamp e não
18 necessariamente do Hids de maneira geral e muito menos do Pids. O que entendem é que a
19 Unicamp tem um papel fundamental na construção do Hids, ela foi a proponente e é a principal
20 articuladora, ela tem um papel de indução de construção do território e ela precisa pensar essa
21 configuração em relação aos demais atores, mas no que se refere ao que estão apresentando
22 agora, o apoio da Prefeitura tem sido fundamental. Com relação às possibilidades de ocupação,
23 esse processo de ocupação é apenas a destinação de uma espécie de plano diretor, ou seja, ele
24 define as linhas gerais daquilo que está estabelecido. Possuem uma vaga de futuro que depende
25 justamente do processo de construção das parcerias. Então esse faseamento precisa ser
26 minimamente respeitado, mas a construção das parcerias está aberta para o futuro. Não está em
27 jogo aqui o que deve ser, mas aquilo que deve ser ocupado a partir de uma abertura do futuro
28 para essas parcerias. O MAGNÍFICO REITOR diz que a questão de esportes não está discutida
29 no documento, nem as ocupações específicas. A única coisa que possuem neste momento é a
30 possibilidade de fazer a vila de *startups* ao lado da Inova, porque há recursos vindos da Finep,
31 e estão providenciando algo que é requerido para utilizar esses recursos no local, que é a
32 infraestrutura de toda a parte de água, esgoto, luz e acesso facilitado para fazer isso. Estão
33 considerando isso uma coisa importante, porque é o que está nas mãos da Unicamp, pois a
34 história dos antigos Ciatec 2, Codetec, todos esses equipamentos que estão aí vieram de uma
35 intenção de fazer um grande centro tecnológico e que vingou em parte. Podem estar novamente
36 em uma situação desse tipo e que agora afeta a Unicamp, porque ela tem 40% do seu *campus*
37 original agora na Fazenda Argentina, hoje ocupada exclusivamente com a casa da Inova, com
38 a sede original reformada. Podem estar diante de ter 20, 30, 40, 50 anos com aquilo ficando
39 exatamente do jeito que está, e não o utilizando como um grande projeto que pode ser algo
40 extremamente importante para o futuro desta região e para o futuro da própria Unicamp. A

1 Unicamp é a instituição que tem mais contato com todas as outras: o Sirius, que é o principal
2 equipamento científico ao sul do Equador, que custou R\$3 bilhões. Vai ter agora um NB-4, que
3 é o laboratório de pesquisa com vírus, com patógenos, de maior segurança e pela primeira vez
4 na história do mundo, conectado a um anel de luz síncrotron, que permite investigar a estrutura
5 desses patógenos. Há o Instituto Eldorado, que tem mais de mil pesquisadores na área de TI,
6 também o CPqD, o *Campus 1* da PUC, o Centro de Inovação da Cargil, e a Unicamp dialoga
7 com todos esses atores. Nenhuma das outras instituições faz isso, porque a Universidade possui
8 pessoas basicamente em quase todas as áreas de formação. Portanto, não há dúvida de que se
9 há uma instituição que lucra na viabilidade disso é principalmente a Unicamp, pois não existe
10 outra que tenha a capacidade de interação com todas essas instituições. Precisam pensar nisso
11 como um grande projeto para a Universidade. A construção do Sirius foi 80% feita por empresas
12 nacionais, a equipe do CNPEM usou os recursos transferidos pelo governo federal para quem
13 construiu os ímãs do Sirius, que tinha experiência em ímãs, mas não em ímãs para acelerador,
14 foi a WEG, que constrói motores elétricos. Quem fez os monitores que detectam a luz após a
15 incidência nas amostras foram *startups* e empresas de dentro do Parque Científico e
16 Tecnológico da Unicamp. E essas pessoas, que têm hoje uma grande *expertise* em engenharia
17 para construir equipamentos sofisticados, junto com a oncologia do HC e da Unicamp, estão
18 querendo construir um equipamento de protonterapia. Esses equipamentos são uma das coisas
19 mais avançadas em termos de tratamento oncológico, e quem faz isso hoje no mundo é só
20 empresa multinacional. O impacto de desenvolverem uma coisa dessas e de reduzir custo é um
21 impacto no SUS, no atendimento à população. Então, essas apostas são importantes; não vão
22 conseguir melhorar a inclusão neste país sem inovação, ciência e tecnologia. Não há solução,
23 não é uma coisa abstrata que discutem e só distribuem renda; precisam gerar conhecimento que
24 melhore a vida das pessoas, e esse conhecimento pode ser gerado aqui. Por sinal, há agora um
25 novo membro da Unicamp no Ministério da Saúde, o professor José Barreto, da área de
26 oncologia do HC. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que o professor Barreto
27 é coordenador de assistência, que é como um vice dela na Superintendência, e agora ele foi
28 chamado para ser diretor geral de oncologia do país, no Ministério da Saúde. O MAGNÍFICO
29 REITOR diz que é em coisas como essas que precisam pensar o que pode trazer para a
30 Instituição. As definições de ocupação não estão dadas, e vão depender de financiamento. A
31 pergunta do professor Hernandez é válida; fizeram um planejamento focando as variáveis que
32 têm sob controle, mas nada impediria de adiantarem construções, se tiverem recursos. São
33 obrigados a ter uma área comum, isso é uma legislação do município para a área construída,
34 mas quem vai fazer essa parte é a Prefeitura. Equipamentos de saúde eventualmente são outros
35 atores, geralmente o próprio Ministério da Saúde, então depende de ter esses recursos. Fizeram
36 o planejamento geral, com o objetivo de não ocupar mais do que 20% e 25% da área disponível,
37 o que significa que vão preservar as nascentes na área, estão recuperando os corredores
38 ecológicos e querendo que isso influencie os outros atores. Algo que precisa ficar claro é que
39 uma boa parte do território é privado. Ou alguém vem, põe dinheiro e desapropria, ou a chance
40 que possuem é de regular via ocupação do solo; é isso o que está sendo discutido na Prefeitura.

1 O que tem em relação ao espaço do Hids, nesse projeto, é permitir o compartilhamento de zonas
2 de inovação, que é o original do Ciatic, com moradia de pessoas. A ideia são os grandes distritos
3 de inovação hoje que não separam mais essas coisas. As pessoas que trabalham com inovação
4 vivem no Paris-Saclay, nas cercanias de Paris, vivem no 22@, que é em Barcelona, é um local
5 onde as pessoas moram, transitam. São lugares em que as pessoas podem andar ao ar livre, com
6 muito espaço, e essas pessoas trabalham principalmente em torno da inovação. Tem tudo nesses
7 locais, hotel, moradia social, lugar para as pessoas fazerem ginástica, restaurante, portanto
8 criam um ambiente em torno da inovação. Esse é o projeto hoje mais avançado que existe nessas
9 áreas de distrito de inovação. Em relação ao Pids/ Hids, não tem os detalhes na cabeça, mas no
10 Hids o que eles estão querendo estender é para a área acima, ainda nessa direção do CNPEM,
11 que é uma outra área, a mesma legislação do Hids. Segundo lhes foi informado, a legislação
12 atual é pior que essa, portanto estão melhorando a legislação. Existe a legislação que seria
13 aprovada, se for aprovada na Câmara, não sabe em que pé está, que é, eventualmente, do ponto
14 de vista da ocupação, diferente da anterior à atual. Mas ela é melhor que a atual. Então, precisam
15 pensar qual é a melhor estratégia, mas de toda forma o trabalho do Hids Unicamp é tentar fazer
16 a coisa o mais correta possível, é isso que está na mesa para ser discutido. E fazendo isso muito
17 junto com outras colaborações institucionais, pois para dar certo não basta ocupar a área da
18 Universidade, devem fazer isso junto com outros atores. Dessa forma, o que têm feito é procurar
19 muito essas outras instituições de desenvolvimento e de formação de pessoas, de ciência, de
20 tecnologia, para compartilhar atividades como essa da protonterapia. Foram à Fapesp e ao
21 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para obter recursos para o Deep Underground
22 Neutrino Experiment, e existe uma boa chance de conseguirem os recursos. Estão muito
23 animados, e destaca que isso vem com outro pacote, a possibilidade de terem aqui um centro
24 de tratamento de dados, gerados por esse experimento americano, que é coordenado pelo
25 Fermilab. E esse centro de tratamento de dados seria compartilhado pela Unicamp e CNPEM,
26 portanto, Fapesp e a Finep, o MCTI. Ele teria acesso aos dados e seria um núcleo para o Brasil
27 e toda a América Latina, de processamento dos dados do Dune. Isso significa transformar a área
28 aqui em um foco de pesquisas físicas do Brasil e da América Latina como um todo. Isso foi
29 proposto pelo Fermilab e pelo Departamento de Energia, e é o mesmo papel que o Fermilab faz
30 nos Estados Unidos em relação ao Cern, que é europeu. Essa é uma outra colaboração que estão
31 fazendo com o CNPEM e são essas coisas que podem dar à Unicamp, como instituição, um
32 outro patamar no país, na América Latina e no mundo. A intenção é ambiciosa, e devem ser
33 ambiciosos pensando no futuro da Unicamp. Quando o professor Zeferino criou a Universidade,
34 ele foi ambicioso; da mesma forma, o professor Pinotti foi bastante ambicioso quando ocupou
35 a Universidade com diversas obras e construções e a ampliou. Precisam ter essa perspectiva;
36 não sabem se vai dar certo, mas estão em um momento propício para pensar nisso. Discutir essa
37 proposta e mostrar que é possível fazer isso com preservação do ambiente, com inclusão social,
38 é o desafio que possuem. A melhor universidade para fazer isso é a Unicamp, não tem
39 absolutamente nenhuma dúvida, porque ela tem ciência, tem tecnologia, mas tem também
40 pessoas com preocupação social, com preocupação de que haja inclusão, de que desenvolvam,

1 por exemplo, equipamento médico para que o SUS seja mais viável financeiramente. Então,
2 são desafios desse tipo que precisam enfrentar. O Conselheiro EDUARDO CARDOSO DE
3 ABREU parabeniza a equipe pelo levantamento do plano de ocupação do Hids Unicamp, um
4 trabalho bastante interessante. Concorda que esse planejamento é estratégico para o futuro, para
5 pensarem os próximos 20, talvez 40 anos, o documento menciona até 2050. A porcentagem de
6 ocupação e de área verde foi bastante destacada, até 2050, e pergunta como planejam o futuro
7 depois disso. É docente do Imecc e tem certeza de que a matemática aplicada, a matemática, a
8 estatística têm muito a oferecer nesse projeto. Gostaria de saber como é o planejamento dessas
9 conversas, como as unidades e seus docentes podem se manifestar e ajudar nesse plano futuro.
10 É mais ou menos nessa direção que gostaria de um pouco mais de esclarecimento sobre esse
11 audacioso e, acredita, acertado plano. Não tem dúvidas também de que a Unicamp tem um
12 posicionamento estratégico regional do ponto de vista físico, próximo dos grandes centros,
13 como já foi mencionado, mas também por competência própria. O Professor ROBERTO
14 DONATO DA SILVA JUNIOR responde que pensaram até 2050 porque acharam ambicioso
15 demais fazer um planejamento que seja para além disso. Em 2050 já vai haver uma outra
16 universidade, uma outra geração, muito provavelmente não estarão aqui, salvo alguns, mas já é
17 um período relativamente longo. Dessa forma, não querem fazer um processo de planejamento
18 que seja por demais irreal. Então, deixam essas áreas, que têm uma destinação ambiental
19 importante, e a partir de 2050, se conseguirem fazer a ocupação de todas as áreas que estão
20 planejadas para construção, pensam em um novo modelo de ocupação, em uma nova fase.
21 Lembra que em 2022 e 2023 ela foi ocupada pelas oficinas Unicamp 2050, que foi um conjunto
22 de ações promovidas pela coordenação do Hids, prospectando projetos e propostas de parceria
23 para a constituição do Hids. Então, existem já cadastradas 75 propostas de ocupação para a
24 construção de laboratórios vivos, vindas de docentes da comunidade universitária de todas as
25 unidades. E ela está aberta a todos aqueles que tiverem proposta de parceria, que tiverem o
26 estabelecimento de um projeto que obedeça aos princípios estabelecidos de construção de
27 inovação guiada pelos princípios da sustentabilidade. Então, a coordenação do Hids está
28 completamente aberta para qualquer proposta que possa aparecer, independentemente do tempo
29 e da área. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia é que agora haja uma discussão ampla na
30 comunidade. Ocorreram vários espaços abertos para essa discussão, mas o envolvimento maior
31 foi das pessoas que compõem as equipes; por exemplo, o professor Wesley Silva, do IB,
32 coordenou todo o levantamento da fauna e da flora da região; a professora Gabriela Celani, da
33 FECFAU, que coordena hoje o Centro de Estudos sobre Urbanização para o Conhecimento e a
34 Inovação – Ceuci, que é um projeto financiado pela Fapesp para planejamento de distritos de
35 inovação, principalmente, está envolvida desde o início nisso. Então, é algo que já tem uma
36 capilaridade razoável na comunidade, mas ela precisa ser muito ampliada. A expectativa agora
37 é que, em torno desse projeto, isso seja bastante discutido nas unidades, para despertar o
38 interesse, a participação, o envolvimento e, eventualmente, um outro ajuste na história. Ela tem
39 uma diferença de abordagem em relação ao *campus* atual; não ocupam muito mais que essa
40 área no *campus* atual, mas ele é completamente espalhado, com muito espaço vazio entre as

1 várias unidades. A ideia aqui é diferente, é concentrar em uma região a ocupação de prédios,
2 com muita possibilidade de movimento sem usar carro, da forma como é em Barcelona, por
3 exemplo, onde há passarelas, há lugares para andar, muito ajardinamento entre um prédio e
4 outro, mobilidade elétrica, ruas que permitem alguns tipos de trânsito, mas não todos. Então
5 teriam ruas principais e as vicinais seriam com espaço privilegiado para pedestres, para quem
6 anda de bicicleta ou para uma mobilidade elétrica, por exemplo. E esse adensamento em um
7 local permite também algo melhor em termos de ter infraestrutura de apoio, ter lugar para a
8 pessoa eventualmente ali perto, por exemplo, do CPQD, ter lugar para uma moradia, com certo
9 grau de sofisticação, ter negócios, cantinas, academias de ginástica. É uma lógica diferente da
10 do *campus* atual, mas ressalta que estão somente colocando os contornos gerais e que define
11 uma restrição, que valeria até 2050, de não ocupar com prédio mais do que 25%. O restante
12 pode ser laboratórios, mas laboratórios abertos; possuem uma ideia de colocar uma usina
13 agrofotovoltaica em uma parte da Fazenda Argentina, que combina a produção de alimentos
14 com a produção de energia fotovoltaica e pode ser um pacote para um pequeno agricultor, por
15 exemplo. Estão querendo desenvolver isso, estudar, mas essa questão é feita em local aberto, e
16 poderia ser na fronteira, diminuindo o impacto nos corredores ecológicos. Então, existe todo
17 um esforço de compatibilizar soluções, e obviamente precisam de muita atividade científica
18 para fazer isso. A diferença, talvez, seja usar os *campi* da Universidade, entre os quais a própria
19 Fazenda Argentina, para testar soluções que possam sugerir para políticas públicas, sugerir para
20 a cidade, sugerir para empreendedores, por exemplo. Hoje, existem células fotovoltaicas que
21 permitem passar um pouco de luz, ou em painéis mais altos, ou regular o tempo que elas ficam
22 abertas ou expostas ao sol. Com isso, podem ter agricultura embaixo, por exemplo, que é uma
23 das críticas que se faz a essas fazendas fotovoltaicas, porque perdem terreno para produção de
24 alimentos. Vai depender do quanto precisam de intensidade luminosa e do que estão produzindo
25 embaixo, mas são soluções desse tipo que podem desenvolver e propor para pessoas que, por
26 exemplo, hoje estão em torno de cidades como Campinas fazendo pequena produção de
27 alimentos. É aí que podem fazer uma diferença em termos de desenvolvimento também, por
28 isso é muito importante que seja discutido em toda a Unicamp e cada uma das áreas tem um
29 potencial de influenciar isso, para definirem uma estratégia de desenvolvimento que
30 compatibilize, de fato, inovação com inclusão, com sustentabilidade, e precisa render, ser algo
31 que seja tecnicamente viável e financeiramente viável. Essa combinação é um desafio para eles,
32 como cientistas, desenvolver, acreditando que é possível fazer. O Conselheiro EDUARDO
33 CARDOSO DE ABREU agradece e diz que com certeza acreditam que é possível. A
34 Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA pergunta como o pessoal que está
35 coordenando o projeto vê a relação entre essa área do Hids e o resto do *campus*, pois como o
36 próprio Reitor mencionou, são dois modelos de ocupação muito diferentes. Tentam ter esse tipo
37 de proposta também para a convivência aqui no *campus*, mas há muitas dificuldades de
38 financiamento para isso. Possuem no *campus*, por exemplo, muita dificuldade de calçada; no
39 projeto apresentado hoje, são quatro metros de calçada, e no *campus* atual não possuem isso,
40 mal têm lugar para andar, porque não está calçado, ou tem grama etc. Fica pensando como vão

1 se deixar influenciar também por um planejamento como esse, como a Universidade pode
2 pensar uma convivência melhor no *campus* atual, lugares melhores para se andar, mais calçadas,
3 ciclovias melhores. Então, deseja entender um pouco essa relação com o *campus*, dado que a
4 ocupação vai ser aos poucos, é óbvio, não vai ser de uma vez, mas vai ser, em um segundo
5 planejamento, um espaço de cidadania privilegiado. O MAGNÍFICO REITOR responde que
6 de imediato o que têm feito é tentar aumentar a sustentabilidade do *campus* atual. O esforço
7 tem sido principalmente na área de energia: hoje possuem mais de 7% de energia fotovoltaica,
8 e já está em licitação, porque foi feita a reforma de 42 pinotinhos cujos tetos vão receber
9 fotovoltaica, e com isso vão chegar a 20%. Se essa usina agrofotovoltaica se viabilizar, ela já
10 seria na Fazenda Argentina, mas o consumo seria principalmente aqui, e assim ultrapassariam
11 30%. Tem a parte de climatização, o Unicamp 100% LED, essas coisas estão sendo feitas. A
12 Unicamp é a única universidade que compra energia no mercado livre, há mais de 20 anos, e
13 este ano ela está comprando toda a energia de fonte renovável, quer dizer, eólica, fotovoltaica,
14 e pequenas centrais hidrelétricas. Então, a partir de 1º de janeiro de 2024, toda a energia
15 comprada no mercado livre da Unicamp é energia 100% renovável. Estão recuperando a
16 infraestrutura lentamente, e observa que o fato de planejar a partir do zero um local gera
17 oportunidades; essas concepções que estão comentando hoje nem existiam na época do *campus*
18 original. As pessoas provavelmente achavam melhor fazer desse jeito, muito espaçado, muito
19 distante, hoje a lógica é um pouco diferente, até porque se deseja criar um padrão que viabilize
20 negócios, por exemplo. Então, é uma lógica de urbanismo bem diferente da lógica que
21 preponderou até hoje, e não há uma solução muito simples por uma coisa dessa. Precisam
22 recuperar a infraestrutura aqui, mas é um processo um pouco lento; têm privilegiado algumas
23 coisas, e a ênfase tem sido naquilo que já tinha avançado antes, que é o *campus* sustentável. É
24 lógico que ao fazer algo diferente lá, isso pode ter um efeito indutor aqui, mas é algo que não
25 está exatamente pensado em detalhes. A Conselheira ALINE SAMPAIO RODRIGUES
26 SCHMIDT diz que o que foi aprovado ontem na Câmara, e que vem sendo sistematicamente
27 atacado pelas prefeituras de campinas, é um projeto de destruição ambiental acelerada.
28 Inclusive, o PL 88 permite a construção de empreendimentos imobiliários, de condomínios,
29 dentro da área de preservação ambiental existente perto da região de Sousas, que funciona como
30 um corredor verde que impede sensações térmicas mais severas na cidade de Campinas, mas
31 também protegendo o único rio que abastece a cidade de Campinas, que é o Rio Atibaia. O que
32 a base do prefeito Dário aprovou na Câmara de Vereadores permite a construção de
33 condomínios dentro dessa área de preservação ambiental. Isso significa que, provavelmente,
34 daqui a alguns anos a cidade de Campinas vai começar a sofrer com falta de água, porque se
35 tiram a mata ciliar da região, permitindo a construção de prédios e condomínios, o rio vai secar.
36 Então é importante que discutam esses ataques deliberados da Prefeitura, mas também da sua
37 base na Câmara, justamente porque isso impacta diretamente também a própria Unicamp, a
38 comunidade e toda a população da cidade. Sobre o projeto do Hids, concorda que, em última
39 instância, o que está em disputa é qual estratégia de desenvolvimento terão. Pondera que estão
40 em um momento de mudanças climáticas como realidade, especialmente a situação do Rio

1 Grande do Sul, no último período, foi uma demonstração do que vão ver cada vez mais
2 recorrentemente. As próprias parcerias são outro ponto que também teria que ser
3 problematizado, porque elas também implicam, em última instância, uma pressão do capital
4 privado na universidade pública, no que será produzido aqui de pesquisa, mas também uma
5 pressão para a privatização da Universidade. A questão do Hids e do Pids tem sido
6 constantemente denunciada pelo movimento ambiental e pela população baronense, que tem
7 participado, inclusive, das audiências públicas organizadas pela Prefeitura, como uma forma de
8 denunciar o que significa esse projeto. Lembra que Campinas foi classificada no ano passado
9 como a quarta cidade mais cara para se viver no Brasil, muito pelo papel que a especulação
10 imobiliária cumpre na cidade com um alto valor dos aluguéis. Aqui em Barão Geraldo, o
11 aluguel de uma *kitnet* de 20 metros quadrados não sai por menos de R\$1.500, é um verdadeiro
12 absurdo, e o Hids vai contribuir também para aumentar o preço dos aluguéis em Barão Geraldo,
13 para gentrificar o espaço, para expulsar a população pobre daqui, que não vai ter mais como
14 pagar. Além de ser um projeto que vai na contramão, na sua opinião, de um desenvolvimento
15 sustentável, justamente porque permite a destruição ambiental, inclusive com a possibilidade
16 de um maior número de casos de alagamento em Barão Geraldo, que vão passar a ver daqui
17 para frente, com a construção dentro da Fazenda Argentina. Então, coloca esses elementos para
18 discussão e pede a todos que ponderem sobre o que isso significa, o momento que estão
19 vivendo, e que ampliem o debate dentro da Universidade com estudantes, funcionários,
20 professores e trabalhadores terceirizados. O MAGNÍFICO REITOR diz que o debate vai
21 ocorrer mais profundamente nas unidades e nos órgãos. Passa a palavra à professora Ana
22 Fonseca, que vai apresentar os resultados do GT que discutiu cotas para PCDs. A Conselheira
23 ANA MARIA FONSECA DE ALMEIDA diz que continuarão falando das inovações da
24 Unicamp. Agradece ao Conselho Universitário pelo convite para apresentar o relatório final
25 produzido pelo grupo de trabalho que foi instituído para estudar e propor medidas para a
26 implantação de cotas para pessoas com deficiência, nos processos seletivos para ingresso, nos
27 colégios técnicos e nos cursos de graduação da Unicamp. O grupo de trabalho produziu uma
28 primeira versão anterior, contendo o resultado de análises e algumas propostas. Essa primeira
29 versão foi encaminhada para as unidades de ensino e pesquisa, para os colégios técnicos, com
30 a solicitação de que se manifestassem. Houve discussões nas congregações, em vários casos,
31 houve discussões também em departamentos, em comissões de graduação. O resultado dessas
32 discussões foi encaminhado ao GT e foram encaminhadas também manifestações da
33 comunidade, em particular do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias. A grande maioria das
34 unidades e dos colégios que enviaram manifestações foram unânimes na aprovação do mérito
35 da proposta de reserva de vagas para pessoas com deficiência. Eles apontaram a necessidade de
36 estudos e de detalhamento das propostas para a implementação gradativa, sem açodamento,
37 considerando-se os desafios para toda a comunidade universitária dessa iniciativa e, em
38 particular, considerando que interessa garantir uma inclusão e uma permanência com qualidade.
39 Concordaram também com a proposta de adoção gradativa e com posterior deliberação sobre o
40 número de vagas a ser adotado pelos diferentes cursos, uma ou duas vagas ou mais vagas até o

1 limite do 5% do total de vagas regulares, assim como sobre o caráter das vagas, se regulares ou
2 adicionais. Defenderam a necessidade de ampliar a representatividade das decisões que
3 envolvem a criação das cotas, incorporando órgãos existentes, pesquisadores, coletivos e
4 grupos que atuam na Universidade, assim como categorias e integrantes de todos os *campi*.
5 Algumas unidades expressaram a compreensão de que a política é da Unicamp e que todas as
6 unidades deveriam oferecer vagas nessa política de ação afirmativa. A partir dessas sugestões
7 apresentadas e das considerações levantadas a partir do debate no âmbito do próprio GT, esse
8 relatório recomenda a instituição de um grupo de trabalho multidisciplinar com ampla
9 representatividade para estudar as necessidades de adequação da infraestrutura da Universidade
10 e para propor um plano de ação com definição de prioridades, responsabilidades e cronograma.
11 Recomenda também a realização de um estudo pormenorizado sobre os investimentos
12 orçamentários e em termos de pessoal necessário, assim como sobre os impactos da proposta
13 da adoção das cotas. Além disso, o desenvolvimento de um plano para apoiar e dar suporte e
14 formação continuada para a comunidade que vai estar envolvida na realização, de maneira
15 efetiva, da inclusão das pessoas com deficiência. Considerando-se também as sugestões
16 recebidas nos documentos do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias, reuniões, outros debates
17 e a viabilidade da proposta, foram agregadas as seguintes considerações: a política de cotas é
18 considerada uma política para todas as pessoas que se incluam nos tipos de deficiência previstos
19 em lei, e não é permitido que as unidades de ensino e pesquisa possam vetar possíveis
20 candidatos com algum tipo de deficiência ao oferecer vagas. Considerou-se também a
21 necessidade de se pensar em casos de profissões cujo exercício seja regulamentado por órgãos
22 como conselhos profissionais e/ou assemelhados. Então, que nesses casos, a oferta de vaga nos
23 respectivos cursos deveria ficar sujeita ao cumprimento de exigências envolvendo certificação
24 relativa à terminalidade específica e outras normas estabelecidas por esses órgãos. Além disso,
25 foi definida uma proposta de cronograma, um conjunto de mecanismos de incorporação das
26 unidades que não farão a adesão imediata às cotas. Um cronograma prevê até dois anos para a
27 adesão das unidades que não demandam adaptação de laboratórios ou equipamentos com algum
28 tipo de restrição, e até três anos para as unidades que demandam provas de habilidades
29 específicas ou adaptações de laboratórios ou equipamentos com algum tipo de restrição. Um
30 prazo de até cinco anos para as unidades que demandam adaptações mais complexas de
31 laboratórios e equipamentos desde que devidamente justificado. Propõe também o aumento
32 gradativo das vagas até alcançar os 5% previstos na legislação. Essa proposta original do GT
33 de uma ou duas vagas por curso, ou 5%, foi considerada pelos estudos do GT como uma
34 realidade compatível com a adequação das unidades de ensino e pesquisa. Por fim, também
35 propõe a adoção das cotas no processo de seleção pelo Enem, no caso do ingresso na graduação,
36 ou por vestibulinho, no caso dos colégios técnicos. Então, no caso da graduação, as vagas
37 seriam oferecidas pelo Enem, pelo seu caráter mais inclusivo, ao considerar a amplitude do
38 exame, a cobertura nacional, e pelo suporte técnico ofertado pelo Inep nessa prova. Todo o
39 processo de inscrição, classificação e listas seguiria as diretrizes do edital Enem Unicamp. Os
40 estudantes de escolas privadas podem também concorrer na modalidade específica para pessoas

1 com deficiência desse edital. No caso dos colégios, a seleção seria definida pelos vestibulinhos
2 específicos, respeitando-se o número mínimo de vagas indicadas por cada curso conforme os
3 respectivos editais. Por fim, o GT também recomenda a adoção de políticas pós-cotas, que é a
4 criação de um grupo de acompanhamento da implementação das cotas para pessoas com
5 deficiência na Unicamp, amplamente representativo dos diferentes segmentos, das diferentes
6 competências, habilidades e especialidades da comunidade, com o estabelecimento de uma
7 coordenação centralizada, semelhante ao que acontece com os núcleos de acessibilidade e
8 inclusão instituídos nas universidades federais. Há, portanto, uma ampla experiência que pode
9 inspirá-los e ajudá-los a avançar. E o planejamento estratégico da mobilização e do uso de
10 recursos para obras, contratação e formação de servidores, docentes não docentes etc. O grupo
11 de trabalho, por fim, sublinha também a necessidade importante de articulação dessa iniciativa
12 com as políticas públicas nas diferentes esferas governamentais. Sublinha a necessidade de
13 buscar apoio e parceria específica para financiamento junto aos órgãos federais, estaduais e
14 municipais, que são responsáveis pela implementação de políticas de inclusão para pessoas com
15 deficiência. E também ressalta que é oportuno sinalizar para a sociedade civil, para os órgãos
16 de fiscalização, para os poderes executivos, legislativos, para o judiciário, que a política da
17 Unicamp para os colégios técnicos e para a graduação deve estar articulada a compromissos e
18 parcerias com essas diferentes instâncias. Para finalizar, agradece o engajamento dos e das
19 colegas que participaram dessa discussão, seja como membros do GT, seja como membros da
20 comunidade, em várias capacidades. Coloca-se à disposição para esclarecer dúvidas. A
21 Acadêmica BRUNA BIMBATTI diz que fala em nome do Coletivo Anticapacitista Adriana
22 Dias e vai fazer a sua autodescrição: é uma mulher branca, de cabelos pretos, bem curtos, usa
23 um batom vermelho e um conjunto xadrez. O Coletivo Anticapacitista Adriana Dias, formado
24 por estudantes, servidores, docentes e comunidade ligada à Unicamp, nasceu no início de 2024,
25 após muitos debates importantes que ocorreram durante a greve estudantil e de servidores em
26 2023. Reconhecem a Unicamp como um espaço democrático, que ganha, cada vez mais, ao
27 acolher a diversidade e as diferenças, e lembra que as deficiências também fazem parte da
28 diversidade humana. Nesse contexto, embora haja avanços na inclusão, a Universidade ainda é
29 marcada por capacitismo e falta de suporte a alguns grupos. O capacitismo geralmente
30 pressupõe que existe um padrão de funcionamento social ideal, um modelo que é usado para a
31 construção da sociedade, fazendo com que corpos diferentes sejam excluídos, colocados como
32 inadequados para fazer atividades que se espera de uma pessoa dita funcional. Portanto, se seu
33 corpo não atende às especificações de arquitetura, comunicação, método, de como usar
34 determinadas ferramentas, é considerado inadequado ou incapaz, o que acaba por discriminar
35 pessoas apenas por serem diferentes. O capacitismo impõe a incapacidade sobre uma pessoa
36 por conta da sua condição biológica, neurológica, psicológica, e tem, atrelado a isso, um
37 impacto social. Embora a legislação exista para garantir um mínimo de acessibilidade e
38 inclusão, a Unicamp ainda demora para atingir esse mínimo. A luta anticapacitista se insere
39 para construir uma sociedade que possua inclusão para todas as pessoas, e isso requer melhorias
40 que vão além da legislação já estabelecida. No Brasil, existem 18 milhões de pessoas com

1 deficiência em uma população de mais de 200 milhões, o que significa que somos bem mais do
2 que 5%. Para ser precisa, são 8,9% da população. Enquanto isso, na Unicamp, segundo dados
3 oficiais, há apenas 37 estudantes com deficiência matriculados na graduação em um corpo de
4 18.419 graduandos, cerca de 0,2%. Continuamente, a Unicamp vem dizendo que esse lugar não
5 é para eles, que não é para corpos como os deles. Convida a uma reflexão sobre como ela chegou
6 aqui: não é incapaz, tem muita capacidade, e apesar da falta de acessibilidade tornar sua vida
7 muito mais difícil, escolheu estar aqui, e é um esforço diário estar aqui. Não apenas porque
8 deseja um título, mas esse título lhe custa muito caro. Pergunta em que condições anualmente
9 as pessoas com deficiência ingressam e permanecem nesta Universidade, seja como estudantes,
10 seja como servidores docentes e não docentes. São poucos, estavam brigando individualmente
11 por direitos, mas agora são um corpo coletivo e querem mais, querem que seus direitos sejam
12 respeitados. As cotas são uma reparação histórica para eles também e garantem um volume à
13 sua voz e aos seus direitos, por isso reafirmam a importância do estabelecimento de uma política
14 de cotas PCD no ingresso para a Universidade e colégios técnicos, em todos os cursos.
15 Reforçam também a necessidade de acompanhamento e políticas de permanência para esses
16 ingressantes, além de adaptações de acessibilidade em todos os seus âmbitos. Também é
17 importante atender às demandas dos servidores docentes e não docentes por acessibilidade,
18 tanto no ingresso quanto no exercício laboral. Todas essas demandas e suas respostas devem
19 ser devidamente qualificadas e desenvolvidas com as pessoas com deficiência, não apenas para
20 elas. “Nada sobre nós sem nós”. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR
21 parabeniza o relatório apresentado por esse grupo a respeito das cotas PCDs. Antes de fazer
22 uma manifestação a respeito da FOP, já que a FOP foi uma das unidades que não se manifestou,
23 gostaria de tirar algumas dúvidas a respeito da proposta apresentada. Não há aqui a ideia de
24 discutir o mérito da proposta, porque o mérito está muito bem colocado, ainda mais na fala da
25 discente Bruna explicando as necessidades da cota, mas precisam entender o quanto isso
26 impacta daqui para frente, caso seja aprovado. O item 2 do documento menciona a necessidade
27 de adequação de infraestrutura e, principalmente, do quadro dos profissionais qualificados para
28 atender às múltiplas demandas acadêmicas, pedagógicas, arquitetônicas e de saúde. Mais para
29 frente, classifica as deficiências elegíveis a participar das cotas: pessoa com deficiência física,
30 pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência
31 intelectual e pessoa com transtorno de espectro autista. Pergunta para qual dessas deficiências
32 há necessidade de ter um profissional ao lado deste aluno que vai ingressar. Quando
33 estabelecem a cota, o mais simples é a instalação desse mecanismo, que realmente causa um
34 impacto social muito grande, mas a preocupação é com a permanência dessas pessoas na
35 Universidade. Pergunta quantos funcionários vão precisar contratar caso isso venha a ser
36 instituído, uma vez que podem ter de 69 a 167 pessoas ingressando por cotas; se levarem em
37 consideração que um curso aqui da Unicamp tem pelo menos quatro anos, sem considerar
38 reprovações, poderão ter de 280 a 680 pessoas necessitando talvez de funcionários extra. Então,
39 a pergunta é qual dessas deficiências e qual é o tipo de funcionário que tem que ser contratado
40 para cada deficiência. O MAGNÍFICO REITOR observa que precisam tomar cuidado de não

1 fazer a discussão toda aqui, porque vai haver discussões nas unidades. Sua preocupação é que
2 as intervenções não procurem fazer o espaço de discussão agora. A ideia de colocar no
3 Expediente é justamente que essa discussão ocorra nas unidades, e essas dúvidas, ou inclusive
4 decisões locais sobre essas questões, serão tomadas em um outro momento. O Conselheiro
5 FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que entende, mas para poder levar isso para a
6 FOP, precisa ter alguns dados que embasem essas discussões. O MAGNÍFICO REITOR diz
7 que a comissão está disponível para isso, ela pode ir até a FOP e fazer isso lá. A Professora
8 ANA MARIA FONSECA DE ALMEIDA diz que a preocupação do professor Flavio é
9 absolutamente pertinente. A ideia é garantir a inclusão, garantir a permanência, a conclusão
10 com qualidade. Há várias questões técnicas que serão discutidas nas unidades, inclusive para
11 garantir que tratem das especificidades de cada curso. Então, não há uma resposta única para
12 essa pergunta, uma resposta totalizante, acha que a proposta do senhor Reitor é o melhor
13 encaminhamento. O MAGNÍFICO REITOR diz que essa é uma primeira prospecção sobre o
14 assunto e as respostas virão no processo. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO parabeniza o
15 GT e a professora Ana Maria pela apresentação, agradece à acadêmica Bruna pela participação.
16 O IFCH apoia a reserva de vagas e reconhece a importância de ter uma política de inclusão de
17 permanência para pessoas com deficiência. Ressalta a importância da participação da
18 comunidade nesse processo, especialmente da parcela que se organizou no Coletivo
19 Anticapacitista Adriana Dias, que não só reivindica uma política como também apresenta
20 propostas, buscando intervir na elaboração dessa política. Houve a discussão do relatório nas
21 congregações e as críticas feitas pelo coletivo também, foram realizadas as falas na audiência
22 pública, que foi muito bem organizada, e todas elas chamando a atenção para a complexidade
23 dessa questão, para os vários aspectos que precisam ser enfrentados e contemplados com
24 medidas, com recursos financeiros, a começar por infraestrutura, mas não só infraestrutura.
25 Precisam adaptar material pedagógico, ter equipamento, ter pessoal qualificado, como o
26 professor Flavio colocou, para que possam acolher esses estudantes e atender necessidades que
27 são muito diversas. Deixa o seu apoio e diz que precisa pensar na programação do conjunto de
28 investimentos que a Universidade realiza, periodicamente, de forma conectada à política de
29 acessibilidade, nessas questões de acessibilidade, para que de fato possam assegurar o direito
30 das pessoas com deficiência de ingressar e de permanecer na Universidade. O Conselheiro
31 RICARDO MIRANDA MARTINS parabeniza o GT, acha que o relatório, principalmente após
32 a incorporação das sugestões das unidades e do coletivo anticapacitista, ficou muito bom, as
33 falas da professora Ana Maria e da acadêmica Bruna também já esclareceram algumas coisas.
34 Ficam discutindo muito como implementar, mas acha que a implementação com problemas é
35 melhor do que uma não implementação, melhor do que a situação atual, e vão resolvendo os
36 problemas conforme eles aparecem. É claro que deveriam pensar nos detalhes, mas vão ficar
37 pensando por muito tempo, e devem implementar logo; inclusive ouviu de pessoas com
38 deficiência que elas preferiam estar aqui ainda com alguma dificuldade do que não conseguir
39 entrar. Diz que sentiu um pouco de falta no GT de alguém, por exemplo, da PRDU, porque
40 certamente haverá questões financeiras envolvidas, e seria interessante já prever algum grau de

1 investimento específico, como, por exemplo, o que o professor Flavio apontou. O Imecc aprova
2 essa política de cotas, e só chama a atenção que quando é colocado um prazo, um escalonamento
3 da adesão, dois anos para unidades que não demandam adaptações e tudo o mais, às vezes a
4 adaptação não é necessária só na unidade do curso. Principalmente quando são unidades que
5 cuidam de muita disciplina de serviço, que é o caso do Imecc, talvez também do IFGW, do IB,
6 a implementação pela unidade tem que prever um pouco o impacto disso nos institutos que
7 oferecem disciplinas para os estudantes. Não podem perder isso de vista. Uma pergunta, que
8 pode ficar certamente para depois da discussão da minuta, é que parece que a minuta proposta
9 pelo GT tem um artigo que depois na minuta de resolução não aparece, que é sempre a questão
10 de como o candidato se inscreve para o processo. O artigo 9 menciona que “O candidato com
11 deficiência indicará no ato de inscrição se é optante pelo sistema de reserva de vagas”, e solicita
12 à PG que isso seja analisado no futuro, se seria possível o candidato concorrer na ampla
13 concorrência, que ele não ficasse só restrito a uma ou duas vagas, que seja algo parecido com a
14 política que há no Enem de cotas raciais, em que se o candidato passar com a nota dele, é ela
15 que vale. Porque senão pode haver alguns cursos em que a concorrência na cota PCD vai ser
16 muito maior que a concorrência do próprio curso, e acha que devem evitar isso na Universidade.
17 A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO parabeniza o trabalho do GT e diz que este
18 tema é extremamente delicado, urgente e necessário. Referente aos colégios, no item a respeito
19 do vestibulinho, pelo que entendeu, o GT compreendeu que pela amplitude e estratégia do
20 Enem, a seleção para a graduação ficaria pelo Enem, e os colégios pelo vestibulinho, o que lhe
21 parece um pouco desvinculado de um amparo institucional maior. Para fazer o vestibulinho, os
22 colégios também precisam ter uma estrutura para esses casos específicos, então lembra ao GT
23 e aos envolvidos, quando discutirem nos colégios, de observarem o acesso, como vai se dar o
24 vestibulinho para esses candidatos, para não acharem que o vestibulinho tem menos dificuldade.
25 A Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY diz que a Faculdade de Educação apoia a
26 iniciativa e parabeniza o trabalho do GT, a explanação da professora Ana Maria e da acadêmica
27 Bruna. A Faculdade de Educação tem tido essa tradição, não só por comportar disciplinas que
28 façam formação em Libras, como com a discussão histórica da inclusão. Destaca alguns
29 elementos importantes, principalmente no documento do GT o item F, política pós-cotas. Então,
30 é importante, claro, a anuência aqui do Consu e de toda a comunidade da Unicamp, mas que
31 possam também, nesses próximos meses, ter documentos ou orientações que subsidiem os
32 encaminhamentos na unidade. Hoje à tarde, por exemplo, haverá já uma primeira reunião de
33 uma comissão de acessibilidade constituída na Faculdade de Educação e o relatório apresentado
34 pelo GT vai ser apreciado. Mas entendem, assim como o professor Ricardo mencionou, que
35 como uma unidade que atende às 23 licenciaturas, a FE tem alguns desafios pela frente. Os
36 desafios, primeiramente, do estabelecimento da relação e do diálogo diretamente com as demais
37 coordenações de curso, também o desafio para se pensar a formação em licenciatura e,
38 principalmente, o que está sendo estabelecido aqui na política pós-cotas: não só a criação de
39 um grupo, mas também o pertencimento da política de cotas. Acha que não só as cotas PCDs,
40 mas todas as cotas que hoje se encontram pulverizadas sob a responsabilidade da PRG, mas no

1 encaminhamento administrativo e institucional, elas ainda continuam sendo apreciadas de
2 forma fragmentada ou em espaços administrativos. Devem ter esse cuidado em relação a pensar
3 a política pós-cotas: a entrada é assegurada, há um amadurecimento da Universidade em
4 aprovar a iniciativa, mas devem pensar também em iniciar esse processo de construção de
5 medidas efetivas no pós, para que esses e essas estudantes que cheguem aqui não cheguem ou
6 permaneçam aqui diante de uma série de dificuldades. A Conselheira MÔNICA ALONSO
7 COTTA parabeniza o grupo de trabalho, a professora Ana Maria, a acadêmica Bruna, não só
8 pela fala dela aqui, mas também pela audiência pública que foi proporcionada sobre o assunto,
9 que assistiu pelo YouTube. Tem duas perguntas, que acha que podem ser respondidas aqui,
10 uma delas é sobre o número de pessoas com deficiência. É mãe de uma aluna PCD da Unicamp,
11 que foi acolhida no Instituto de Biologia, e hoje faz doutorado na FCM, que aprendeu a se
12 definir como PCD durante a sua vida, e tem quase certeza que ela não é contabilizada nesse
13 número de 37. Porque é muito improvável que com 37 estudantes PCD, conheça a metade deles
14 estando só no IFGW e nas Exatas. Então, existe a própria concepção do que é ser PCD, que
15 precisa ser trazida para a comunidade, que ela possa usar os direitos que lhe são devidos, e que
16 a Universidade possa fazer isso. Um outro comentário, só reforçando o que o professor Ricardo
17 Miranda falou sobre inclusão, que vai no mesmo sentido do que ouviu da comunidade trans,
18 com quem tem mais contato por conta da Comissão de Gênero. Eles preferem ter gente aqui
19 mesmo em condições que não sejam as ideais, do que ficar esperando que as condições ideais
20 surjam, até porque condição ideal é algo subjetivo, que depende de interpretação e às vezes de
21 pessoas que não são sequer da comunidade. Então, reforça a fala do professor Ricardo de que
22 devem fazer um esforço para que isso se mova e não fique só nessa coisa gradativa, apesar de
23 saber que o coordenador de graduação do IFGW tem essa preocupação de ter tudo certo para
24 os PCDs, mas às vezes precisam ter um pouco de garra nesse sentido. E uma outra pergunta: vê
25 que a definição de TEA é bastante estrita, obviamente não é especialista nisso, sabe que a
26 professora Ana Maria também não é, mas o TEA que foi incluído aqui é um nível mais alto,
27 porque os TEAs que estão na Universidade hoje são majoritariamente nível 1, muitos deles têm
28 esses sintomas, mas são leves, e eles conseguiram aprender a se comunicar e a passar por cima
29 dessas deficiências com o tempo. Então, uma pergunta é sobre a definição de TEA, se ela
30 realmente quer abranger só pessoas com maiores restrições, e a outra é sobre o TDAH, que até
31 onde sabe não é uma deficiência por legislação, mas a Deapi tem tratado esses alunos. Só
32 gostaria de confirmar que esses casos não vão ser excluídos e esse tratamento vai ser
33 continuado; não sabe se o GT tem essa resposta, mas acha que fica aqui o recado. A Conselheira
34 DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN reforça o apoio a esta política de cotas, diz também da
35 alegria de ver a acadêmica Bruna aqui, representando o Coletivo Anticapacitista Adriana Dias,
36 e também a importância desse coletivo em mobilizá-los para essa discussão. A audiência
37 pública, em que não pôde estar presencialmente, mas depois assistiu à gravação, com certeza
38 os ajuda a compreender melhor e a tirar algumas das dúvidas. Agradece também a professora
39 Ana Maria pela apresentação e o trabalho do GT. Tem uma pergunta muito também na linha
40 do que o professor Ricardo e a professora Mônica trouxeram: uma das recomendações do GT

1 é de que essa fosse uma pauta a ser apreciada pelo Consu em abril deste ano. Claro que isso não
2 aconteceu, já estão em junho, portanto pergunta se há alguma previsão de calendário, de quando
3 o assunto retornará ao Consu para que possam deliberar sobre ele. O MAGNÍFICO REITOR
4 responde que há a possibilidade em agosto, logo no início do mês, portanto teriam que fazer
5 conversas que decidissem até final de julho. Talvez o mais provável seja o outro Consu, mas
6 não há nada muito definido ainda. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz
7 que integrou o GT, mas infelizmente pôde participar muito pouco, menos do que gostaria, em
8 grande medida por conta do seu afastamento no ano passado para a realização do pós-
9 doutorado. Parabeniza, além da professora Ana Maria, o professor José Alves de Freitas Neto,
10 que tem sido desde 2017 um mestre na arte da conciliação e da articulação na construção dessas
11 políticas tão importantes de ação afirmativa que têm mudado a cara da Universidade. E ele se
12 provou, mais uma vez, nessa tarefa de estar à frente do GT, que apresentou este relatório, que
13 assinou como seu integrante e que efetivamente subscreve, porque acha que representou a
14 construção do consenso possível e necessário para o atual momento da Universidade. Teve que
15 construir sua vida como pessoa com deficiência na universidade – não é graduado na Unicamp,
16 mas na USP – em condições talvez ainda piores do que as que a geração atual de estudantes
17 com deficiência enfrenta hoje. Nesse sentido, subscreve integralmente aquilo que foi afirmado
18 pelo professor Ricardo do Imecc, de que é melhor uma inclusão com problemas do que
19 nenhuma inclusão, e retoma algo que disse na congregação do IFCH, que a Unicamp está
20 efetivamente criando um problema para poder encontrar as soluções, porque sem o problema,
21 neste caso, as soluções não aparecem. E, com isso, interpela a Administração da Universidade
22 e os diretores de unidade para que tomem cuidado com a protelação como forma sub-reptícia
23 de negação. Isto é aquilo que leu em muitas das manifestações de unidades, “Somos a favor,
24 mas desde que todas as condições prévias sejam atendidas”, com variações. Isso esteve presente
25 em várias das manifestações, e é uma maneira consciente ou não de dizer “não quero lidar com
26 isto”. Relata que isso é quase idêntico ao que enfrentou quando foi fazer o exame admissional
27 e teve que ouvir de uma médica perita que tinha a intenção de lhe negar o laudo porque “não
28 temos a infra para você”. Está aqui na Universidade, está aqui no Conselho Universitário, e
29 podem perguntar à diretora do IFCH se ele representa um problema para o Instituto, isso porque
30 não faltam problemas na sua rotina. Nesse sentido, pede que parem de olhar os futuros alunos
31 e futuras alunas com deficiência como um problema com o qual terão que lidar e os pensem
32 como soluções. Porque, ao propiciar a essas pessoas o acesso à educação superior, estarão
33 propiciando a possibilidade de que elas, expandindo seus horizontes humanos, contribuam de
34 maneiras que nem podem imaginar para uma sociedade melhor. A Conselheira PATRICIA
35 KAWAGUCHI CESAR saúda todos que estão se debruçando sobre esse assunto,
36 principalmente o Coletivo Anticapacitista Adriana Dias, em especial os estudantes que o
37 compõem, que construíram a greve no ano passado, porque nunca é demais lembrar que os
38 maiores avanços em termos de acessibilidade e em termos de acesso à Universidade são
39 conquistados pelas greves. Foi assim com as cotas étnico-raciais e será assim também com as
40 cotas para pessoas com deficiência e as cotas para pessoas trans. Vai destacar algumas coisas

1 que o coletivo traz: em primeiro lugar, que a acessibilidade não é só arquitetônica, não é só na
2 infraestrutura, mas é nas atitudes. Então, esse é um item que, em teoria, não deveria custar caro,
3 porque são acadêmicos, são pesquisadores, e todos poderiam buscar se informar para não serem
4 capacitistas. Há muita informação disponível, inclusive o próprio coletivo divulga muito em
5 seu Instagram, faz muitos *posts* informativos. Então, acha que é algo que todos os diretores,
6 todos os professores da bancada docente poderiam buscar para já levar para a discussão nas
7 unidades. Sabem que será necessário fazer informações depois para o conjunto docente para
8 que consigam garantir a permanência desses estudantes, para que eles não sofram com
9 dificuldades adicionais vindas do capacitismo. Acha também que é muito importante ter esse
10 prazo de adesão para todos os cursos, porque entende que deve ser feita uma discussão local
11 primeiro, que veja a possibilidade, mas tem que ter um prazo, para que não estabeleçam que
12 uma pessoa com deficiência só pode fazer tal e tal curso; tem que ser possível oferecer essas
13 vagas para todos os cursos. E seria muito bom se as unidades já aproveitassem para fazer
14 também a discussão para as cotas na pós-graduação, porque os programas de pós-graduação
15 também precisam ter cotas para pessoas com deficiência. Inclusive, os programas de pós-
16 graduação podem aprovar antes até que consigam aprovação no vestibular para todos da
17 graduação. Outra questão é algo que já mencionou em uma Cepe no começo do ano: acha que
18 já passou da hora de terem intérpretes de Libras nas sessões do Conselho Universitário e nas
19 suas câmaras, porque a comunidade surda também tem o direito de acompanhar essas
20 discussões com qualidade. A Conselheira VALENTINA SPEDINE SIERRA diz que se sente
21 bastante contemplada pelas falas anteriores, principalmente das suas colegas discentes, e está
22 muito feliz que essa discussão tenha sido colocada. Parabeniza o GT, agradece a presença da
23 acadêmica Bruna, do coletivo, que tem feito importantíssimas contribuições. Acha que, de
24 maneira geral, existe um consenso dentro do Conselho do quão é um avanço de fato esse debate,
25 no que diz respeito à democratização da Universidade, no que diz respeito às políticas de
26 permanência estudantil. Mas acha que é importante colocar mesmo como isso mostra, de fato,
27 a capacidade dos estudantes de poder formular políticas para a Universidade também. Porque
28 hoje, ainda que tenham esse reconhecimento e esse debate tenha avançado, os estudantes ainda
29 são sub-representados. E quando falam de pessoas com deficiência, de pessoas trans, até mesmo
30 de pessoas negras, pessoas racializadas, nos espaços de formulação, de políticas, de tomadas de
31 decisão, ainda são a minoria. A greve mostrou a capacidade dos estudantes de poder gerir a
32 Universidade, poder pensar a Universidade, e acha que esse é um avanço bastante relevante
33 para a construção conjunta do futuro da Instituição. Acha também bastante relevante a
34 disposição dos docentes em participar ativamente disso, o que traz uma responsabilidade que o
35 coletivo já coloca há muito tempo, de que a pauta das pessoas com deficiência não é
36 responsabilidade somente das pessoas com deficiência. Devem sair daqui com essa concepção
37 e com essa clareza de que é dever e responsabilidade de todos conseguir levar isso à frente,
38 como os colegas também já colocaram. Mas também devem considerar a frase citada pela
39 acadêmica Bruna: “Nada sobre nós sem nós”, pois grande parte da resolução de problemas
40 também vai vir conforme essas pessoas puderem conseguirem estar aqui, já que não possuem

1 muitos dos acessos e muitos dos debates, da compreensão profunda do que significa ser uma
2 pessoa com deficiência na Universidade, pois grande parte deles não vive essa realidade e essas
3 dificuldades. Portanto, a entrada dessa população já vai ser um avanço importante para que
4 possam pensar mais profundamente, de maneira mais complexa. Enquanto representante
5 discente, enquanto membro do Diretório Central dos Estudantes, também não pode deixar de
6 colocar como devem, de fato, avançar em todas essas políticas de ingresso, de ações afirmativas.
7 Mas também como a comunidade universitária, que retorna tanto e que contribui tão
8 profundamente para a construção social, tecnológica, em vários sentidos da sociedade, deve
9 lembrar que essas políticas são importantes, mas que, na prática, o maior filtro social que existe
10 é o vestibular, e que possam debater o quanto esse processo, em um horizonte distante, deve
11 acabar. A Conselheira EVA LOPES TEIXEIRA agradece à acadêmica Bruna pela explanação,
12 e acredita que esse projeto vai ser uma coisa muito boa para a Unicamp, que acha que será a
13 primeira universidade a investir nessa área. Hoje há, por exemplo, muitos funcionários técnico-
14 administrativos sendo diagnosticados tardiamente com TDAH e autismo. Ela própria tem
15 dificuldades em muitas situações de sua vida e pode dizer que é uma sobrevivente em um
16 mundo onde se desconhecem muitas coisas. Essa questão hoje em dia está caminhando, há
17 dentro do HC um ambulatório de autismo que tem uma enfermeira e uma técnica, e precisam
18 melhorar essa situação, não só dentro do HC como dentro do Caism e outros complexos. Há
19 um trabalho muito desafiador para a Universidade de como vão lidar com essa situação. No
20 Caism ocorreu uma situação de uma funcionária terceirizada trans impedida de usar o banheiro
21 pelo gestor do Caism, no ano passado. Isso é muito triste. Uma das pautas o STU vai protocolar
22 hoje é essa questão dos PCDs, em conjunto também com os estudantes e outras instâncias,
23 porque a preocupação é muito grande. Hoje há como diagnosticar já na primeira infância, então
24 se trata muito cedo essa questão, e com isso terão no futuro pessoas direcionadas para o caminho
25 certo, não da forma como é hoje. Então faz um apelo para resolverem essa situação com muita
26 classe e muita responsabilidade para que a Universidade, mais uma vez, seja considerada uma
27 universidade que tem essa facilidade de criar projetos bons. O Conselheiro PETRILSON ALAN
28 PINHEIRO DA SILVA parabeniza o grupo de trabalho, em nome da professora Ana Maria,
29 que apresentou muito bem aqui o relatório. Externa sua concordância com várias falas de
30 colegas aqui apresentadas, e diz que, pelo que entendeu, antes de ser pautado no Consu, o
31 assunto vai para as congregações, onde serão tratadas dúvidas específicas, eventualmente com
32 a visita do grupo de trabalho. Pergunta quando isso iria tramitar nas congregações para que
33 possa voltar e ser deliberado pelo Conselho Universitário. O MAGNÍFICO REITOR responde
34 que gosta das coisas descentralizadas, então as congregações podem decidir isso. Acha pouco
35 provável que consigam para o Consu de 6 de agosto, e o seguinte é em 24 de setembro. O
36 impacto disso em termos de cotas será para o vestibular que vai ser realizado no final do ano
37 que vem, o prazo para o deste ano já passou, então não sabe se é necessária essa pressão se
38 estiverem pensando em termos de vestibular de graduação. É importante haver um processo de
39 discussão e as unidades podem tomar a decisão, o GT está disponível. A Professora ANA
40 MARIA FONSECA DE ALMEIDA esclarece que, como as vagas estão previstas no processo

1 Enem, se for aprovado no Consu de agosto, a Comvest ainda consegue incluir isso no edital do
2 Enem deste ano. O MAGNÍFICO REITOR diz que é uma informação que pode iluminar, mas
3 isso teria que acelerar muito as congregações. A princípio, não há nada que os impeça de colocar
4 no Consu de agosto, mas isso depende das decisões nas várias unidades. A Conselheira
5 JOSELY RIMOLI parabeniza o GT e propõe que sejam utilizadas também outras mídias para
6 acelerar esse processo, porque, no lugar de fala de uma pessoa com dificuldade de deambulação,
7 afirma que as maiores dificuldades não são arquitetônicas, e sim todas as relações que vivem.
8 É muito importante que seja aprovado, mas que o coletivo, a professora Ana e seu grupo possam
9 enriquecer as discussões democráticas nas congregações. Já existem muitos alunos com TDAH,
10 ansiedade e, a maior preocupação, depressão. O MAGNÍFICO REITOR diz que a sugestão da
11 professora Josely talvez fosse fácil de atender; sugere ao GT que criem uma página, ou algum
12 instrumento, para aproveitar as perguntas já colocadas aqui e gerar talvez respostas iniciais que
13 já poderiam ir acelerando as discussões localmente. O Conselheiro SANDRO DIAS parabeniza
14 e agradece o trabalho do GT, assim como dos membros do Coletivo Anticapacitista Adriana
15 Dias. Teve a oportunidade de participar da audiência pública sobre cotas PCD e foi uma tarde
16 incrível, aprendeu muito lá. Estão, no âmbito dos colégios, fazendo uma discussão, já
17 aprovaram em congregação e vão continuar discutindo esse tema, que é dos mais importantes.
18 E tudo isso os faz pensar também não só nas formas de ingresso, mas de permanência desses
19 estudantes. Já estiveram reunidos com o professor José Alves para pensar soluções no
20 vestibulinho e vão continuar discutindo sobre isso na Unidade. Diria que é “nada sobre vocês
21 sem vocês, junto com todos nós”, portanto precisam todos aprender mais sobre esse campo.
22 Foram importantes os alertas do professor André e da professora Josely a respeito da abordagem
23 feita; pensam muito sobre o trabalho que vai dar, quais são os desafios, mas pensam pouco
24 naquilo que vão ganhar. Não se trata de pensar apenas na concessão de direitos, mas também
25 em uma ampliação do olhar e de ter uma Universidade cada vez mais inclusiva e democrática.
26 O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO agradece à professora Ana Maria
27 e à acadêmica Bruna pelas palavras que elas trouxeram ao Conselho de hoje, que foram bastante
28 esclarecedoras e inspiradoras até. No entanto, denuncia que existem entre eles pessoas que
29 negam todo esse processo e que se manifestam abertamente como contrárias a esses processos,
30 mesmo aqueles que já foram implantados e que já se tornaram leis. Tiveram essa experiência
31 no Instituto de Biologia e afirma que esse comportamento vai ser rechaçado na mesma
32 intensidade. Portanto, isso existe, precisa de tratamento, e acha que esse tratamento deveria
33 através da divulgação o mais ampla possível das iniciativas da Instituição. Porque o Conselho
34 Universitário é bastante ativo e bastante atento, mas ele é uma fração minúscula do que são na
35 Universidade. E na Universidade encontram essas pessoas que são resistentes a esses processos
36 com manifestações muito depreciativas das pessoas que entram por inclusão. Informa que, na
37 medida em que possuem alguns desses discursos gravados, vão entrar com processos contrários
38 a esse tipo de pessoa. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE BAGGIO AGUIAR diz que escutou
39 várias falas a respeito de que é melhor ter a pessoa aqui sem as condições do que não ter a
40 pessoa aqui. Estão há oito anos lidando com uma situação que foi implementada, que são as

1 cotas PPI para os alunos da Odontologia, e já mencionou diversas vezes a dificuldade que esses
2 alunos têm de fazer o curso, e eles são invisíveis perante a grande maioria. Sabe a dificuldade
3 que esses alunos de Odontologia passam, são alunos chorando porque não têm condições, são
4 alunos evitando fazer atendimento odontológico porque o tratamento vai ser caro para ele.
5 Assim, é importante entender em quais condições vão manter esses novos alunos, acha que isso
6 é extremamente importante porque uma vez que o aluno está aqui dentro, ele deve ter todas as
7 condições necessárias para terminar o curso, mas isso não acontece hoje na Unicamp. O
8 MAGNÍFICO REITOR passa ao item 3 – Proc. nº 01-P-34011/2022 –, que trata do relatório
9 final do Grupo de Trabalho designado pela Portaria GR-76/22 com o objetivo de apresentar
10 estudo sobre definições e regras de funcionamento acadêmico e administrativo dos
11 Departamentos das Unidades de Ensino e Pesquisa da Unicamp; em atenção, também, à
12 Deliberação Consu-A-03/2022, que suspendeu a vigência do artigo 85-A dos Estatutos da
13 Unicamp. Passa a palavra à professora Rachel que vai apresentar e depois isso será discutido
14 nas unidades. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que já havia se oferecido para ir
15 nas unidades, nas congregações, explicar ou detalhar em alguma medida as dúvidas que
16 porventura tenham emergido com a proposta. Houve a nomeação de um GT há cerca de um ano
17 e meio para fazer uma reflexão sobre a organização institucional departamental na
18 Universidade. Junto com o relatório que explana o trabalho do GT, apresentam anexa uma
19 proposta de alteração estatutária e uma proposta de deliberação articulada Cepe que traz os
20 procedimentos dessas alterações. Há quatro pontos que marcam ou que podem orientar a
21 compreensão da proposta. O primeiro deles é que partiram de um contexto institucional aqui na
22 Unicamp muito preocupante com relação à composição numérica dos departamentos de toda a
23 Universidade. E foi isso que indicou a necessidade de revisão, porque as normas vigentes de
24 regulação não se coadunam com a dinâmica da própria Instituição. Como exemplo, segundo
25 dados oficiais da Universidade, hoje possuem uma regra que define que para funcionar um
26 departamento, é preciso ter 12 docentes, o que colocaria em risco 54% dos departamentos da
27 Universidade, o que é muita coisa, inclusive porque vários dos seus docentes já completaram
28 os requisitos de aposentadoria. As pessoas ficam aqui trabalhando, mas se elas quisessem
29 amanhã cumprir seus direitos, 54% desses departamentos estariam em risco. Ou ainda 30% dos
30 departamentos da Unicamp potencialmente teriam até 10 docentes ou menos até o final deste
31 ano. Estão em uma situação demográfica da curva dos docentes muito complicada, então esse
32 foi o cenário institucional que os estimulou a fazer essa reflexão e proposta. Agradece aos
33 membros do GT pelo investimento que todos fizeram nas reuniões e nas discussões, e observa
34 que esse grupo foi unânime em considerar e priorizar a abordagem acadêmica dessa questão,
35 não da previdência, ou da Instituição, ou orçamentária, a questão aqui é como resolver isso em
36 termos acadêmicos para aperfeiçoar a organização institucional da Universidade. Existem
37 diferenças entre áreas de conhecimento, faculdades e institutos com 60 anos de história, com
38 trajetórias distintas, e isso leva realmente a pesar na reflexão do modelo institucional. Outro
39 ponto é que foram na direção de considerar a maior autonomia necessária das unidades. As
40 unidades têm que ter autonomia, pois são elas que praticam, organizam e realizam as suas

1 atividades de ensino, pesquisa e extensão, e existe uma reconhecida heterogeneidade nessas
2 unidades. Há unidades que possuem cinco cursos de graduação, outras que têm 15 cursos de
3 pós-graduação, 10 cursos de pós-graduação, fazem atividades de extensão variada. Essa
4 heterogeneidade certamente impacta a organização interna das unidades para organizar a sua
5 vida do ensino, pesquisa e extensão. Então, elas é que têm que ter a responsabilidade de definir
6 como é a melhor maneira de se organizar. A proposta final do GT é definir responsabilidades
7 nessa organização institucional. Outro ponto que destaca é o fato de que os Estatutos da
8 Unicamp têm que conter essa heterogeneidade, eles não podem ter uma regra única, linear para
9 todas as unidades, um número único, um número específico. Claro, ele foi retirado de uma
10 reflexão, mas não podem deixar de reconhecer que ele não se aplica a todas as diferenças
11 existentes internamente. Além disso, obviamente as unidades têm que ser respeitadas nas suas
12 escolhas, e algumas delas não possuem departamento. Elas escolheram isso, algumas foram
13 criadas assim, outras se transformaram para isso, e tudo na proposta está respeitado. Mas para
14 aquelas unidades que funcionam com departamentos, estão propondo uma redefinição de
15 responsabilidades, na qual a autonomia ganha maior espaço. Além de apresentar a proposta de
16 mudanças de artigos dos Estatutos, que dizem respeito a isso, a essas novas responsabilidades
17 e uma nova organização institucional, trazem uma deliberação articulada e específica da Cepe
18 que traz os procedimentos. O GT sugere, no final, para esses procedimentos, uma regra que fixa
19 o número máximo de departamentos por unidade e que permite que cada uma delas possa se
20 organizar da maneira mais adequada com relação a esses cenários. Ali tem a fórmula que
21 usaram no relatório, está tudo exposto, todo raciocínio, toda fórmula, todas as contas, houve
22 membros dedicados a fazer essas muitas elaborações. O assunto vai para a pauta de agosto para
23 votação, e se houver dúvidas até lá, em julho pode ir às unidades fazer um detalhamento. O
24 MAGNÍFICO REITOR diz que a criatividade do grupo foi muito grande, ele pensou em boas
25 soluções, então acha que compatibiliza várias preocupações de todos os níveis de administração
26 da Universidade e das unidades também. Passa ao item 05 – Proc. nº 01-D-15516/2024 –, que
27 trata de carta aberta solicitando ao Consu que a Universidade Estadual de Campinas suspenda
28 o acordo com a Technion – Israel Institute of Technology. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL
29 VELASCO E CRUZ diz que, como signatário da carta que foi encaminhada ao Conselho
30 Universitário, e a que todas e todos aqui presentes tiveram acesso, defende o seu conteúdo. Até
31 pela sua condição de pessoa com deficiência visual não poderia fazer uma leitura, e em nome
32 também da brevidade, então enfatiza que se trata de um documento assinado por dezenas de
33 integrantes da comunidade universitária, incluindo-se um ex-reitor e professor emérito, dois ex-
34 coordenadores gerais, diferentes dois ex-diretores de unidade, cinco professores eméritos e um
35 Doutor *Honoris Causa*, que vale a pena mencionar nominalmente, o professor Paulo Sérgio
36 Pinheiro, que também foi secretário nacional dos Direitos Humanos e relator das Nações
37 Unidas. O documento levanta preocupações em relação ao convênio Unicamp e Technion, que
38 é o nome com que se costuma denominar o Instituto de Tecnologia de Israel. Primeiro, porque
39 dado o sigilo que foi imposto a esse convênio, a comunidade universitária não tem condições
40 de conhecer o seu teor e seu escopo; os próprios conselheiros que puderam ter acesso a esse

1 material, entre os quais não se inclui, tiveram que assinar um termo de confidencialidade.
2 Segundo, são públicos e notórios os vínculos da referida Universidade Technion com o
3 complexo industrial militar de Israel, incluindo-se a produção do trator Bulldozer B, Caterpillar
4 D9, para a Rafael Industries, que é responsável pela demolição de casas e edificações nos
5 territórios palestinos ocupados, assim como o sistema de controle no muro que separa a
6 Cisjordânia para a Elbit Systems, outra indústria do complexo militar israelense, ou ainda para
7 a Rafael desenvolvimento de sistemas de aturdimiento sonoro para controle de multidões. Ou
8 seja, trata-se de uma universidade intimamente vinculada às forças de defesa de Israel, a seu
9 complexo industrial militar e ao sistema de *apartheid* que Israel tem imposto nos territórios
10 ocupados, semelhante àquele da África do Sul entre 1948 e 1994, que viola, sistematicamente,
11 o direito internacional. Lembra também que há uma série de campanhas em curso, com fortes
12 mobilizações estudantis e de docentes, em diversas universidades estadunidenses e europeias,
13 entre elas algumas das principais do mundo. Nesse sentido, os signatários da carta pedem, e
14 reforça esse pedido com base, inclusive, no regimento deste Conselho, que o Consu possa
15 apreciar na próxima reunião como item da Ordem do Dia a continuidade ou não do referido
16 convênio. O MAGNÍFICO REITOR solicita que a doutora Fernanda esclareça a questão do
17 sigilo e como isso pode ser tratado. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT
18 SILVADO diz que o sigilo foi previsto no próprio termo de convênio, por isso não puderam
19 fornecer o processo às pessoas, mas foi feito um pedido por um dos conselheiros do Consu e,
20 nessa qualidade, deferiram, mediante ciência no processo. Portanto, se algum outro conselheiro
21 pleitear, pode fazer o pedido e será fornecida cópia, mas é preciso assinar um termo de ciência
22 e sigilo de confidencialidade por conta dos termos do convênio. O MAGNÍFICO REITOR diz
23 que qualquer conselheiro pode ter acesso aos termos do convênio. O que pode esclarecer é que
24 é um convênio estilo memorando de entendimento, ele é geral e não teve nenhuma decorrência
25 específica. O memorando de entendimento é um acordo geral com uma outra instituição, sem
26 um plano de trabalho ou detalhe de algum acordo específico. A Doutora FERNANDA
27 LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que o memorando de entendimento é um pré-acordo,
28 um pré-convênio, ainda é uma conversa entre as instituições, não tem nenhuma obrigação. Este
29 caso aqui já é um acordo de cooperação acadêmica, em que já há um preestabelecimento de
30 tratativas, mas depois, se houver projetos a serem desenvolvidos, fazem um termo aditivo e
31 preveem um projeto a ser desenvolvido. Neste caso, ainda não houve, só possuem um acordo
32 de cooperação acadêmica. O MAGNÍFICO REITOR diz que a conversa se iniciou antes do
33 ocorrido, quando tiveram a tentativa de feira de Israel aqui na Unicamp, quando houve aquele
34 conflito. Ele foi realizado ao longo do período posterior àquele conflito, mas o início das
35 conversações foi anterior, e do ponto de vista prático, ele não gerou ainda nenhuma ação. Não
36 tiveram nenhuma ação com o Technion, mas é um convênio realizado. Há a questão da moção
37 aqui, e observa que voltar atrás nesse convênio implica um caminho, uma trajetória também a
38 ser seguida nas instâncias; assim como ele passou por instâncias, ele teria que passar por
39 instâncias para ser resolvida essa questão. A questão agora que está em pauta é exclusivamente
40 a moção, e não a ruptura desse acordo com o Technion. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO

1 agradece aos colegas que subscreveram a moção endereçada ao Consu, assim como ao professor
2 André pela apresentação do seu teor. Essa carta lembra a todos que não é possível manter a
3 neutralidade nem a indiferença diante da tragédia que ocorre hoje na Faixa de Gaza. Ela mostra
4 que é preciso reconhecer que estão diante de um massacre, do massacre do povo palestino, um
5 massacre que completou oito meses na semana passada, e durante esse tempo testemunharam,
6 seja por imagens, seja por notícias, dia e noite, o terror com que as forças militares israelenses
7 bombardeiam populações civis, impedem a entrada de ajuda humanitária e violam
8 sistematicamente as normas de direito internacional. Portanto, possuem elementos para poder
9 apoiar essa moção. O recente ataque que foi realizado no campo de refugiados, no qual os
10 palestinos supostamente estariam seguros e a salvo de ataques e bombardeios, e que, ao invés
11 disso, foram queimados e incendiados, é mais uma prova dessa sistemática violação de direitos
12 e de desrespeitos, perpetrados pelas forças militares israelenses, até mesmo em uma zona
13 considerada humanitária. No que se refere ao acordo que foi mencionado, acredita que todos
14 concordam com o dever de transparência em relação aos acordos que celebram, então pergunta
15 se é comum esse tipo de acordo com regras de sigilo, para que também possam ter uma ideia
16 sobre as razões que levam a essa solicitação de sigilo, neste caso específico do acordo com a
17 Technion. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO responde que é
18 comum, porque muitas vezes vai haver o desenvolvimento de uma pesquisa ou de uma nova
19 tecnologia, então é muito comum verem esse tipo de cláusula. Até porque como é um acordo
20 de cooperação amplo, que ainda vai prever projetos a serem desenvolvidos, se um dos termos
21 aditivos prevê o desenvolvimento de alguma tecnologia, que pode até ser patenteável, isso já
22 está coberto. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS pergunta se vão votar a moção,
23 se é possível votar itens do Expediente. O MAGNÍFICO REITOR responde que há um pedido,
24 então neste caso é possível. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI diz que uma
25 moção pode ser votada quando há solicitação por parte dos conselheiros de que seja votada e
26 seja uma moção acolhida pelo Consu, passando a ser uma moção do Conselho Universitário.
27 Não necessariamente todas as moções são votadas, às vezes elas são só para ciência, mas neste
28 caso isso foi solicitado. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA diz que esse convênio
29 veio de uma ação de um professor do IFGW que estudou no doutorado junto com o atual
30 presidente da Technion, professor Uri Sivan, que também conhece, porque frequentavam
31 congressos comuns, de temas comuns, há 20 anos. É integralmente a favor de um segundo
32 estado da Palestina e acha que o problema de Gaza é muito anterior a essa guerra. Bastava ver
33 as condições da população ali vivendo com aquela densidade populacional alta. Fará um
34 momento de reflexão aqui para que entendam o precedente dessa ação. O governo de Israel está
35 causando isso em Gaza, é um genocídio, sem dúvida, é algo que os frustra imensamente porque
36 a humanidade se torna cada vez mais estúpida a cada dia, mas a questão é separar as instâncias.
37 Existem, internacionalmente, discussões sobre boicote acadêmico, e o que vê aqui é uma ação
38 que talvez seja uma espécie de liberdade de se sentirem menos mal de ter um convênio, que é
39 completamente amplo, que não tem nenhum foco em desenvolvimento de tecnologia do tipo
40 que foi citada, mas que penaliza toda uma instituição onde conhece pessoas que estão se

1 manifestando diariamente contra o que está acontecendo em Gaza. Acha que a situação é tão
2 crítica que realmente deveriam pensar e ver o que que pode ser feito além de simplesmente
3 cancelar um convênio que a Technion talvez nem fique sabendo que foi cancelado. Olhando
4 para o cenário externo, veem que a Espanha, que tem sido vocal na questão de Gaza, elaborou
5 um documento do Conselho de Reitores das Universidades Espanholas, que são 76
6 universidades, fazendo uma demanda às universidades israelenses e dizendo que, dependendo
7 do que for respondido, eles vão rever os convênios dessas universidades. A Associação dos
8 Reitores das Universidades Israelenses respondeu, inclusive com assinatura do professor Uri
9 Sivan, da Technion, e se lerem a resposta verão que talvez estejam rompendo com alguém que
10 está se opondo ao que está acontecendo em Gaza. O paralelo aqui é o seguinte: a Unicamp tem,
11 por exemplo, professores que têm convênios com Los Alamos, que têm convênios com a Força
12 Aérea americana, e pergunta se vão julgar cada convênio mediante a atuação dessas pessoas,
13 do que elas estão fazendo, porque a Technion contribui com tecnologia para a guerra, mas
14 também contribui com tecnologia médica importante. Eles têm soldados, o serviço militar é
15 obrigatório em Israel, uma parte da universidade está parada no calendário, porque 25% dos
16 estudantes estão na guerra. Tudo isso incomoda muito as sociedades israelenses, então precisam
17 separar o que é governo israelense e o que é ação de Gaza. Se forem pensar nessa analogia, há
18 um genocídio acontecendo no Norte do Brasil, e seria muito provável que as universidades
19 europeias quisessem cortar convênio com as universidades brasileiras porque os Yanomami
20 continuam morrendo. Entende a frustração, se solidariza com todo o povo palestino, entende
21 que é uma situação horrorosa, que mostra o pior da humanidade, mas não entende o boicote
22 acadêmico de uma instituição em particular, que está também lutando a favor do povo de Gaza,
23 em um grande sentido. Então pede que reflitam no precedente que vão abrir, cancelando um
24 convênio dessa forma, sem nem ouvir o contraditório, como a Espanha fez. A Conselheira
25 ALINE SAMPAIO RODRIGUES SCHMIDT manifesta apoio à carta elaborada pelos
26 docentes, e também à exposição do professor André e à fala da professora Andréia. Os
27 estudantes da Unicamp apoiam a urgência do rompimento das relações da Unicamp com a
28 Technion e outras universidades israelenses com as quais possuam convênios, justamente porque,
29 para responder à intervenção da professora Mônica, como ela bem colocou, o genocídio em
30 Gaza não começou em 7 de outubro do ano passado. Ele dura já dezenas de anos, desde a
31 fundação histórica do Estado de Israel, que foi extremamente conflituosa e imposta à população
32 palestina, que desde então vive em uma prisão a céu aberto, sendo poupados de acesso à energia,
33 à água, a alimentos, e isso piorou bastante desde o ataque desmedido ano passado, promovido
34 por Israel. Os estudantes da graduação e pós-graduação consideram fundamental que haja esse
35 rompimento justamente porque existe hoje um movimento internacional liderado pelas
36 universidades, especialmente docentes e estudantes, que pressionam suas instituições pelo
37 rompimento das relações com as universidades que desenvolvem tecnologia pró *apartheid*, pró
38 limpeza étnica. O Netanyahu, que é o presidente de extrema-direita que está governando Israel
39 e liderando esse massacre, não tem dado demonstrações de que irá ceder em seu plano de
40 extermínio da população palestina. E acham que nesse cenário é muito importante que haja uma

1 pressão forte internacional para que as relações sejam rompidas e que o massacre tenha um fim,
2 que haja o cessar-fogo em Gaza. Saúda o acampamento organizado pelos estudantes que
3 aconteceu no último mês aqui na Unicamp, que teve em sua programação uma série de
4 atividades, rodas de conversa, aulas públicas que debateram bem a fundo a questão; saúda a
5 participação dos docentes que apoiaram a iniciativa, que estiveram junto na construção e
6 também as mobilizações que se espalham por todo o mundo, especialmente na Europa, mas
7 também nos Estados Unidos, onde começaram esses processos de acampamento. É importante
8 que a Unicamp entre na rota das universidades do mundo que entendem que não existe
9 neutralidade científica, e que hoje estar em contato com Israel no maior genocídio étnico dos
10 últimos anos é, sim, apoiar o genocídio em curso. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que o que
11 vão colocar em votação é a moção, e isso não vai rever o convênio. Isso tem que seguir um
12 procedimento que vai ter que seguir as câmaras. Obviamente a aprovação da moção cria um
13 constrangimento para a Universidade, e esse constrangimento deverá gerar nessas instâncias
14 alguma discussão se é apropriado ou não rever o convênio. Essa é a questão que vai
15 eventualmente ocorrer no caso da aprovação. O Conselheiro ARNALDO CÉSAR DA SILVA
16 WALTER diz que não sabe se a melhor estratégia é colocar em votação a moção, entendeu que
17 não é necessário. Precisa consultar a sua unidade e gostaria de conhecer os termos desse acordo,
18 quer usar o seu direito de ler o texto. Se tiver que votar, vai se abster porque não consultou sua
19 unidade, mas acha que não é necessário colocar em votação hoje a moção. O Conselheiro
20 ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que entende a preocupação do professor Arnaldo,
21 mas se não for colocado hoje, gostaria que fosse incluído para votação na próxima reunião do
22 Conselho Universitário. Que as unidades pudessem fazer as consultas pertinentes, mas não
23 gostaria que o tema ficasse sem apreciação e fosse apenas uma leitura aqui. Trata-se de uma
24 manifestação expressa dos signatários da carta que ela seja apreciada em algum momento. O
25 Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA observa que um convênio é assinado
26 por colegas, acha que isso é importante também de ser colocado em consideração. Talvez haja
27 a possibilidade até de um convite para o Conselho Universitário; não podem publicizar o
28 documento pela questão de confidencialidade mas podem convidar o colega para dar
29 esclarecimentos gerais sobre o convênio aqui no Conselho Universitário. Acha que isso pode
30 ajudar inclusive no processo de entender a natureza do convênio. A Conselheira ANNA
31 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que precisam ter muita clareza em relação aos
32 encaminhamentos. Qualquer membro deste Conselho pode ter acesso ao convênio mediante
33 solicitação, sua natureza, seu texto, seus objetivos. Pedir que façam a votação em outro
34 momento, ou a consideração em outro momento, acha o melhor encaminhamento, porque todos
35 os conselheiros pedirão acesso ao documento e poderão esclarecer a sua opinião. Como vão
36 assinar um termo de confidencialidade, não vão poder falar disso nas suas congregações, mas
37 como conselheiros poderão ter acesso aos documentos e formar uma opinião sobre isso. Mas
38 não podem constranger o professor, ou os professores, trazer uma pessoa para explicar um
39 convênio é um constrangimento enorme, não está previsto em lugar nenhum. Acha que possuem
40 responsabilidades como conselheiros, diretores, representantes docentes, representantes

1 discentes, cada um tem que formar sua opinião e vir aqui e apreciar esta moção. Essa é uma
2 responsabilidade deles. Portanto, considera que o melhor encaminhamento é que apreciem em
3 outro momento para que todos os conselheiros possam exercer o direito de ter acesso ao
4 documento e possam formar suas opiniões a partir de conversas. Não podem dizer o que tem
5 dentro, porque vão assinar um termo de confidencialidade para ter acesso a isso, mas é melhor
6 que tenham muito claro o que vão fazer na próxima reunião do Conselho. É completamente
7 contra constranger professores para vir aqui se explicar sobre qualquer coisa. O MAGNÍFICO
8 REITOR diz que consultou a doutora Ângela e o procedimento para rever um contrato é feito
9 na Cacc e na Cepe, não é necessário chegar ao Consu. A moção está sendo sugerida ao Consu,
10 então é aqui que ela tem que ser aprovada ou negada, lembrando que o voto de abstenção não
11 vale. Mesmo com a maioria se abstenendo, se a maioria do restante dos votos for favorável, ela
12 vai ser aprovada. A questão levantada pelo professor Arnaldo Ihe parece legítima, de ter acesso
13 e entender direito o que é o convênio, porque isso pode, de alguma forma, afetar a decisão em
14 relação à moção. Uma pessoa pode achar que a moção vale em si com uma manifestação política
15 por causa do conflito, da violência de Israel com relação aos palestinos, independentemente do
16 conteúdo do convênio. Outras pessoas têm o legítimo direito de achar que o conteúdo afeta o
17 seu posicionamento. Então, considera mais correto que não seja decidido agora e que as pessoas
18 tenham a possibilidade de exercer o conhecimento do conteúdo, mas isso não permite o que o
19 professor André sugeriu. Ela voltaria como moção ao Consu de agosto, porque as instâncias da
20 Unicamp que podem rever o convênio são a Cacc e a Cepe. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL
21 VELASCO E CRUZ diz que, esclarecido devidamente, a moção deve voltar no Consu de agosto
22 e que os conselheiros se comprometam, na medida do seu interesse, em solicitar o acesso ao
23 convênio, para que possam votar a moção em agosto. Caso a moção venha a ser aprovada,
24 discute-se o que se fará com o convênio, a Reitoria avaliará, dentro dos parâmetros regimentais,
25 se ele será revisto nas comissões pertinentes. O MAGNÍFICO REITOR observa que as reuniões
26 da Cacc ocorrem a cada 15 dias e as da Cepe acontecem mensalmente, exceto em janeiro,
27 portanto é algo que não teria tanto adiamento em termos de prazo. De toda forma, é possível
28 suspender a votação, todos os conselheiros solicitam acesso ao convênio, leem e a moção volta
29 para a votação no Consu de 6 de agosto. A Conselheira SILVIA CRISTINA FRANCO
30 AMARAL observa que é membro da Cacc e esse convênio passou em setembro do ano passado,
31 então acredita que ele já tenha sido até assinado. O MAGNÍFICO REITOR confirma que ele
32 está assinado, é um convênio em vigência; a moção está sugerindo justamente que o Conselho
33 Universitário expresse uma opinião de que ele deve ser revisto. A Conselheira SILVIA
34 CRISTINA FRANCO AMARAL diz que ele está em vigência, mas era uma carta de intenções,
35 as ações posteriores não foram efetivadas. O MAGNÍFICO REITOR diz que, como esclarecido
36 pela doutora Fernanda, ele é um pouco mais do que uma carta de intenções. Ele não tem uma
37 ação específica, ou seja, não foi fechado um convênio com alguma faculdade ou instituto da
38 Unicamp para trabalhar em algum assunto, mas é um arcabouço geral, por exemplo, ele prevê
39 coisas em relação à propriedade intelectual. Ele prevê algo em sigilo porque tem o potencial de
40 gerar, se houver um acordo, uma propriedade intelectual. Então, é um pouco mais do que o

1 memorando de entendimento, equivocou-se na sua primeira fala. O Conselheiro PAULO
2 EDUARDO NEVES FERREIRA VELHO diz que é membro da Cacc, e este é mais um
3 convênio do mesmo padrão, ele não tem particularidade dentro do padrão em que ele está. Foi
4 votado em setembro, antes do ocorrido inicialmente, então acha que sim, todos devem buscar
5 ter acesso, mas como membro da Cacc, naquele momento, era um convênio como qualquer
6 outro que estão acostumados a avaliar na Comissão. O MAGNÍFICO REITOR diz que o que
7 está aqui em discussão é se, como instituição, vão se manifestar, pesando mais a ênfase política,
8 ou não. As pessoas querem ler o convênio, e acha que a melhor forma é que os conselheiros se
9 informem a respeito e assim as tendências vão se definir em função de como se trata a questão.
10 O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ solicita confirmação se a próxima
11 reunião do Consu seria 6 de agosto, e a seguinte em setembro. O MAGNÍFICO REITOR
12 confirma, mas diz que haverá Cacc ainda em agosto e Cepe no início de setembro. No caso de
13 se pretender fazer a revisão, ela poderia ser votada na Cepe do início de setembro. O
14 Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que isso se a moção for apreciada no
15 início de agosto, o que é confirmado pelo Magnífico Reitor. Se todos consideram esse um tempo
16 suficiente para se informar, diz que então não vê problemas. A Conselheira MÔNICA
17 ALONSO COTTA observa que o voto contrário à moção não significa que concordam com o
18 que está acontecendo em Gaza, e propõe que pensem em uma ação mais articulada, como a
19 Espanha fez, que dá muito mais trabalho do que cancelar um convênio internamente. Podem
20 articular isso conversando com outras instituições brasileiras para que façam um movimento de
21 pressionar as universidades de Israel para que se pronunciem. Na verdade, elas já se
22 pronunciaram, mas vão fazer a pressão aumentar, isso é só um encaminhamento adicional. Acha
23 que a situação de Gaza merece muito mais do que um cancelamento de um convênio. O
24 MAGNÍFICO REITOR solicita que todos os conselheiros dirijam à Secretaria Geral o pedido
25 de acesso ao convênio, que o leiam, e depois a moção será votada no Consu de 6 de agosto.
26 Passa ao item 6 – Proc. nº 21-D-16689/2024 –, que trata de Moção de Apoio ao “Manifesto
27 contra o futuro precarizado da Unicamp”, apresentada pelo Instituto de Estudos da Linguagem.
28 Passa a palavra ao professor Petrilson. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA
29 SILVA diz que a congregação do Instituto de Estudos da Linguagem, na sua 247ª reunião
30 ordinária, realizada no dia 9 de maio, aprovou por unanimidade uma moção de apoio ao
31 “Manifesto contra o Futuro Precarizado da Unicamp”, que foi um manifesto apresentado pela
32 bancada docente MS-3. Acha que todos já sabem sobre a discussão que está havendo que diz
33 respeito à questão das carreiras dos professores que ingressaram na Universidade a partir de
34 2004, e que de alguma certa forma pediu o apoio do Conselho Universitário em relação a isso.
35 A Reitoria já está fazendo um movimento, com um grupo de trabalho que está sendo criado,
36 mas aqui foi um pedido já não mais da bancada, mas da congregação do IEL que o Consu
37 tivesse ciência desta moção. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR coloca para ciência o item
38 não destacado do Expediente: A – Informações/Propostas para Ciência – d) SCI – Plano de
39 Trabalho – Artigo 6º da Deliberação Consu-A-08/2019 – 04) Proc. nº 42-P-15256/2024 – Plano
40 de Trabalho do Sistema de Controle Interno (SCI) de 2024 – Deliberação SCI-01/24. C –

1 Indicações de Membros para Comissões – a) Comissão de Vagas Não Docentes – Deliberação
2 Consu-A-18/2013 – 07) Proc. nº 01-P-3972/1999 – Indicação de membros para compor a
3 Comissão de Vagas Não Docentes, como segue: Área Ciências Exatas: Titular: Claudio
4 Francisco Tormena (IQ) e Suplente: Ricardo Miranda Martins (Imecc). Área Ciências
5 Humanas, Sociais e Artes: Titular: Petrilson Alan Pinheiro da Silva (IEL) e Suplente: Celio
6 Hiratuka (IE). Área Ciências da Engenharia: Titular: Hugo Enrique Hernandez Figueroa (Feec)
7 e Suplente: Ariovaldo José da Silva (Feagri). Área da Saúde: Titular: Elaine Cristina de Ataíde
8 (HC) e Suplente: João Renato Bennini Júnior (Caism). b) Comissão de Atividades
9 Interdisciplinares – Deliberação Consu-A-04/2001. 08) Proc. nº 01-P-9046/1987 – Indicação
10 de 01 Representante Titular dos Diretores de Unidade para compor a Comissão de Atividades
11 Interdisciplinares, em substituição ao Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira – FE, cujo mandato
12 se encerrou em maio/2024, como segue: Representação Diretores de Unidades de Ensino,
13 Pesquisa e Extensão: Titular: Debora Cristina Jeffrey (FE). D – Relatórios – a) Relatório Anual
14 do Faepex – Artigo 7º da Deliberação Consu-A-24/2003 – 09) Proc. nº 01-P-6002/1990 –
15 Relatório Anual do Fundo de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepex) referente ao
16 exercício de 2023 – Deliberação Faepex-02/24 e Memo. Faepex-04/24. b) Relatórios
17 Semestrais das Câmaras do Consu – Artigo 9º, IX e Artigo 10, VI do Regimento Interno do
18 Consu. 10) Procs. nºs 01-D-16024/2023 e 01-D-20395/2023 – Relatórios Semestrais da Câmara
19 de Administração (CAD) e da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), referentes ao
20 período de 1º.10.23 a 31.03.24, de acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10
21 do Regimento Interno do Consu. A seguir, propõe votos de pesar à família de Maria da
22 Conceição Tavares, que foi professora titular do Instituto de Economia da Unicamp, onde teve
23 um papel muito grande, assim como na economia brasileira. Além de professora da Unicamp
24 por um bom período de tempo, ela também foi professora da Universidade Federal do Rio de
25 Janeiro, onde foi professora emérita. A pedido da família, será realizada uma cerimônia na
26 Unicamp, onde parte das cinzas será deixada e parte na UFRJ. Passa a palavra aos membros
27 inscritos no Expediente. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz
28 que esta semana estão concluindo o processo de progressão na Carreira Paepe; elogia todos os
29 envolvidos, DGRH, PRDU, Aeplan, comissões de avaliação e CSAs. Foi mais um processo
30 intenso, e após concluído devem chegar a aproximadamente cinco mil contemplados com a
31 progressão Paepe. É um processo que está levando alguns anos ainda para amadurecer, para se
32 aperfeiçoar, pois é um processo extremamente complexo. Quem acompanha sabe o quão
33 complexo é isso dentro das unidades, sabe quanto é difícil, às vezes, conciliar os desejos
34 individuais. Este ano, segundo as estimativas divulgadas na CIDF, são em torno de 920
35 contemplados, beirando quase 86%, mas se surpreenderam com o fato de não terem conseguido
36 contemplar os 100%. O recurso utilizado para os 920 foi R\$28,5 milhões, e haviam destinado
37 um pouco mais de recurso na PDO para poder colocar na carreira. Sabem que existe a questão
38 das contratações, aprovaram o aumento do salário, retirando um pouco de recurso desse destino,
39 mas falta muito pouco para poderem contemplar mais cerca de 100 pessoas. Sua fala é no
40 sentido de sensibilizar a PRDU, a Aeplan e a Reitoria para conseguir fechar esse ciclo, porque

1 sempre esperam que não haja falta de recurso para serem contemplados, e vai faltar pouco mais
2 de R\$3 milhões para conseguirem contemplar a todos. O Conselheiro ADILTON DORIVAL
3 LEITE diz que fez sua inscrição na semana passada para fazer um registro da Semana Brasileira
4 de Enfermagem. É enfermeiro, a Unicamp possui Faculdade de Enfermagem, há aqui um
5 complexo hospitalar que tem milhares de trabalhadores da enfermagem, então sempre faz esse
6 registro. Ela aconteceu de 12 a 20 de maio, dia 12 é o dia do enfermeiro, dia 20 é o dia do
7 auxiliar e do técnico. Comemoraram 98 anos da Associação Brasileira de Enfermagem e 85
8 anos da Semana Brasileira de Enfermagem, da forma como tem sido feita. O tema proposto
9 pela Aben foi “Romper bolhas para o resistir e o coexistir da enfermagem”, e no dia 17, no
10 Auditório da FCM, foi feita a abertura com a participação de mais de 500 pessoas. Agradece à
11 presença do Reitor, da Coordenadora Geral, do Prefeito do município, do presidente da Câmara
12 Municipal, da presidente da Federação Nacional dos Enfermeiros, da Superintendente do HC.
13 Registra a importância da professora Kátia Stancato no envolvimento da Unicamp com as
14 atividades da Semana Brasileira de Enfermagem. No dia 21 de maio, a Câmara dos Deputados
15 fez uma sessão solene em homenagem à enfermagem, por iniciativa da deputada federal Alice
16 Portugal, e esteve lá representando a Unicamp. No período da tarde, aconteceu uma audiência
17 pública extraordinária que foi organizada pela Comissão de Administração, Trabalho e Serviço
18 Público da Câmara, para tratar de uma nova proposta de emenda constitucional, a PEC 1924,
19 que busca alterar o parágrafo 12 do artigo 198 da Constituição. Pós-pandemia aprovaram várias
20 leis ordinárias e emendas constitucionais fruto de articulação da enfermagem brasileira. Está
21 falando aqui do piso nacional: o Supremo Tribunal Federal desconfigurou a lei do piso, e essa
22 alteração no parágrafo 12 do artigo 198 ajuda a resolver o problema; ela está aguardando a
23 designação de relator. No dia 26 de maio, fariam a 6ª Caminhada da Enfermagem, mas por
24 conta da chuva, o evento foi adiado para o dia 1º de setembro. Portanto, ela será feita no dia
25 1/9. Amanhã, dia 13, ocorrerá a 8ª edição ordinária do Fórum de Gestores Paepe, em que vão
26 discutir o sistema de controle interno da Unicamp para tratar das etapas de implementação e os
27 principais desafios, com a presença do professor Álvaro D’Antona, que é o controlador. Informa
28 também que o 2º Arraiá no *Campus*, que é uma realização da Prefeitura Universitária em
29 parceria com a ProEC e apoio do GGBS, vai ser realizado no dia 27. E no dia 28 de junho, às
30 19h, na Câmara Municipal, em parceria com o mandato do vereador Gustavo Petta, junto com
31 o Sindicato dos Enfermeiros e a Federação dos Enfermeiros, farão a outorga do Prêmio Anna
32 Nery, que tem ocorrido todo ano. O Conselheiro RICARDO MIRANDA MARTINS diz que
33 entre os dias 8 e 11 de maio, aconteceu a reunião magna da Academia Brasileira de Ciências,
34 onde a professora Nancy Lopes Garcia foi diplomada como membro na categoria Ciências
35 Matemáticas. A professora Nancy havia sido eleita no fim do ano passado, e é um orgulho tanto
36 para o Imecc quanto para a Unicamp. No dia 21 de maio, foi realizado no Imecc um evento
37 chamado “Cooperação Científica em Física entre Itália e Brasil”, dentro das atividades do “Dia
38 da Pesquisa Italiana no Mundo”. O evento foi no Imecc, porque o Instituto possui um grupo
39 grande de Física Matemática, os seus vizinhos do IFGW estavam lá também, e foi um evento
40 organizado pela Embaixada da Itália no Brasil. O evento foi realizado de forma híbrida aqui em

1 Campinas e em São Paulo. Destaca a participação do embaixador da Itália no Brasil, Alessandro
2 Cortese, e também do professor Ricardo Galvão, presidente do CNPq, que participou da
3 abertura e deu uma palestra muito interessante sobre esse histórico de colaboração entre Brasil
4 e Itália em Física e Física Matemática. Durante esse evento, a Embaixada informou que vai
5 financiar passagens para dois alunos participarem de um intercâmbio na Itália, dentro dessa
6 área da Física Matemática. Neste primeiro semestre, o Imecc organizou vários eventos
7 relacionados a olimpíadas científicas: ocorreu pela primeira vez as Olimpíadas de Derivadas a
8 Unicamp, no dia 4 de maio, com a presença de muitos alunos matriculados na disciplina de
9 Cálculo 1, tanto do *campus* de Campinas quanto do *campus* de Limeira. Foi uma experiência
10 muito boa, que esperam repetir todos os anos, e observa que esse tipo de evento tem uma
11 característica de integração social entre as pessoas. O evento teve como intenção também servir
12 de motivação para os alunos, para eles perceberem que é possível introduzir algo lúdico na
13 disciplina, e foi bastante interessante. Estão no meio da realização da Olimpíada de Matemática
14 da Unicamp, a OMU, que este ano está em sua 40ª edição, é uma das Olimpíadas de Matemática
15 mais antigas do Brasil. A segunda fase acabou ontem, a OMU está sendo realizada em grupos,
16 então os alunos montam um grupo para se inscrever, na primeira fase houve 2.800 equipes
17 inscritas do Brasil inteiro, são grupos entre três e cinco alunos, e passaram para a segunda fase
18 por volta de 1.790 equipes. A fase final é a única fase presencial, vai ser aqui no *campus*, no
19 fim de agosto. Destaca que o Cotuca e o Cotil sempre participam da OMU e sempre têm um
20 excelente desempenho. Este ano foi realizada a 1ª Edição da Olimpíada de Professores de
21 Matemática do Ensino Médio, a premiação foi no mês passado, no MEC, com a presença da
22 então Secretária de Educação, Izolda Cela. Está falando dessa Olimpíada porque, além de ter
23 docente do Imecc na organização, ela é gerenciada pela Funcamp, então acharam que a
24 Funcamp tinha uma *expertise* boa para gerenciar as doações recebidas e foi muito bom. Por
25 último, informa o retorno das atividades do projeto de extensão do Clube de Xadrez do Imecc,
26 que estão divulgando nas redes sociais, e convida todos a irem até lá de sexta-feira à tarde para
27 jogar uma partida com os alunos. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA
28 diz que vai falar de algo muito positivo, fruto do programa da Unicamp que foram as bolsas de
29 pós-doutorado. Receberam uma vaga de cotas daquelas bolsas que foi preenchida por uma
30 pesquisadora indígena, da etnia Kaingang, que foi convidada pelo governo federal para traduzir
31 a Constituição Federal e o Estatuto da Juventude para a língua Kaingang, como parte de sua
32 pesquisa. Então isso mostra como fazer esse movimento é importante, porque uma ação de
33 inclusão, o fato de ela já está aqui realizando a pesquisa aqui na Unicamp, pode levar a outras
34 ações de inclusão. O segundo ponto é um pedido; já discutiram a questão das vagas docentes
35 neste Conselho Universitário, mas registra aqui uma demanda que é pequena, em termos de
36 quantidade, mas que vai ter um grande efeito, que é uma vaga para professor de uma disciplina
37 de serviço que é a Libras, para a qual precisam ter uma atenção especial. Hoje os professores
38 estão com uma carga horária bastante alta, e acredita que a contratação de um único professor
39 já ajudaria bastante nesse sentido. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA agradece a Pró-
40 Reitoria de Pesquisa e a Reitoria, a Coordenadoria Geral da Universidade, pelo apoio que foi

1 dado para a articulação do projeto Dune, que o professor Antonio José já citou. O professor
2 Pascoal Pagliuso lhe pediu também para fazer esse agradecimento público. Para terem ideia, o
3 Dune é uma colaboração de mais de 1.400 pesquisadores de 37 países e 200 instituições; aqui
4 no Brasil são 10 universidades e centros de pesquisa envolvidos e 20 empresas, ficando abaixo
5 apenas do próprio Fermilab, que é a cabeça do projeto, e do Cern. Então, há dois projetos
6 envolvidos, coordenados por professores do IFGW, porém que envolvem uma equipe enorme
7 da Universidade. Acha que isso é um marco no sentido de que conseguiram uma articulação
8 externa muito importante, e que deveria ser regra da Universidade. A professora Maria Luiza
9 foi para Chicago duas vezes e se tornou a maior defensora do projeto. Mas a questão é que isso
10 deveria ser comum em uma universidade do porte da Unicamp. Quando se articulam,
11 conseguem ir além. Um outro exemplo mais local que pode dar, porque obviamente existem
12 aqueles que não conhece, é que depois de mais de 20 anos tentando, e com o apoio de mais de
13 11 unidades, conseguiram R\$15 milhões da Fapesp para comprar o Microscópio Eletrônico de
14 Transmissão do estado da arte. Isso foi um esforço de diretores, começou na diretoria do
15 professor Pascoal no IFGW, foi sendo ampliado, e hoje é um projeto que está sendo sustentado,
16 estão transformando um barracão precário em um laboratório de alto desempenho para a
17 Microscopia Eletrônica, e que vai atender a uma ampla comunidade da Unicamp. Espera que
18 seja um centro que nucleie e se integre a outras *facilities* também, para ter mais facilidade para
19 os usuários e para os alunos serem treinados em técnicas mais modernas. Acha que esse é o
20 futuro, há uma geração de jovens docentes, quando se traz aqui pontos como representatividade,
21 carreira, que são importantes, sabem que todos têm que pagar boletos, porém o ambiente em
22 que vivem é muito importante. E, infelizmente, na Unicamp, se perdem em uma miríade de
23 processos mal articulados, de coisas arcaicas que ainda existem e sobrevivem, porque vão
24 tocando e fazendo mais. Só que, realmente, para uma geração mais nova, que cresceu no sistema
25 de ciência e tecnologia mais robusto do país, isso é muito importante, porque isso também é
26 parte da carreira. O ambiente em que conseguem realizar suas atividades, em que não há
27 microagressões, em que há respeito, em que há inclusão, em que há diversidade, é importante.
28 Então, convida a gestão e as gestões futuras a pensar nesse cenário de uma Unicamp que não
29 seja só a Universidade Estadual de Campinas, e muito menos universidade de Barão Geraldo,
30 que seja uma universidade realmente com proeminência internacional, e espera que o Dune seja
31 só um marco nessa trajetória daqui para frente. O MAGNÍFICO REITOR diz que o Amazon
32 Face deve ser outro marco, porque também é genial. O Conselheiro FLAVIO HENRIQUE
33 BAGGIO AGUIAR lamenta o falecimento do professor Alexander Sverzut, da área de Cirurgia
34 da Faculdade de Odontologia de Piracicaba. Era um professor com extremo reconhecimento
35 entre os acadêmicos, principalmente entre os alunos de graduação, e não é à toa que a Jornada
36 Odontológica de Piracicaba, ocorrida na semana passada, levou o seu nome. Em seguida,
37 agradece sua participação na CVND. Não pôde fazer a despedida na última reunião, porque
38 estava afastado, e na penúltima teve um problema de saúde e não pôde comparecer. Agradece
39 à professora Maria Luiza e a todos os membros. Informa que hoje a FOP está criando um
40 convênio graças ao apoio da Reitoria, em especial da ProEC e da PRG, com a Universidade de

1 Buenos Aires, no qual vão fazer extensão juntamente com a Universidade de Buenos Aires. Os
2 alunos da FOP irão fazer projetos de extensão lá, um grupo pequeno de alunos, infelizmente
3 não podem ser muitos, ficará uma semana viajando por territórios onde há precariedade de
4 atendimento odontológico, e farão isso juntamente com a Universidade de Buenos Aires. Para
5 este ano ainda estão programadas três ou quatro missões e a FOP estará participando, utilizando
6 recursos da curricularização da extensão para a graduação. A FOP ficou em 23º lugar no
7 *ranking* QS entre todos os cursos de Odontologia, e acha que esse é um resultado que não pode
8 ser relativizado. Ela é a segunda melhor faculdade de Odontologia do Brasil, só perdendo para
9 a USP, lembrando que a USP tem quatro cursos de graduação. Se fosse uma universidade
10 americana, ela seria a oitava melhor universidade americana, frente às 221 universidades que
11 existem no país. Se estivesse na Europa, seria a 11ª melhor faculdade de Odontologia, frente às
12 269 faculdades de Odontologia da Europa. Se estivesse no Japão, seria a segunda melhor
13 faculdade de Odontologia e na China seria a terceira melhor faculdade de Odontologia. Então
14 acha que isso tem que ser reconhecido e tem que cada vez mais buscar melhores posições nesse
15 *ranking* ou em outros *rankings* que existem. E por fim, sabe que esse assunto já foi discutido,
16 mas gostaria de solicitar a possibilidade de existir um CNPJ para Piracicaba, talvez da
17 Coordenadoria do *Campus*. Fizeram uma reunião semana retrasada com a DRS 10, que é da
18 região de Piracicaba, mas com um documento que veio da DRS 7, na qual eles falaram que para
19 a FOP ter o reconhecimento dos atendimentos frente ao SUS, há necessidade de ter um CNPJ
20 ou um CNPJ filial, se não está enganado é esse o termo, para que possam exercer essa atividade,
21 então isso também facilitaria se fosse permitido. Talvez tirar um pouco do encargo da DGA, há
22 muitas unidades com problemas de compra, e poderiam auxiliar isso tendo um CNPJ para o
23 *campus* de Piracicaba. O MAGNÍFICO REITOR diz que não vai conseguir responder a essa
24 questão do professor Flávio agora, vão precisar ver se tem alguma rota de saída. A expectativa
25 era que fosse possível transferência de dinheiro entre as DRS, mas não se configurou isso.
26 Parabêniza a FOP pelo desempenho, e diz que é importante esse convênio com a Universidade
27 de Buenos Aires. Estão preenchendo os dados da internacionalização, e essa é uma das áreas
28 em que precisam fortalecer a presença da Unicamp. A Conselheira PATRICIA KAWAGUCHI
29 CESAR informa, a pedido dos estudantes da FEA, que ocorrerá o 1º Simpósio sobre
30 Alimentação na América Latina e Caribe, que vai acontecer nos dias 10, 11 e 12 de julho. Ele
31 está sendo organizado pelo grupo Food for You, da FEA, para promover discussões e trocas de
32 conhecimento e experiência sobre ações e pesquisas para garantia da soberania alimentar e de
33 um sistema alimentar sustentável. E, o que acha mais importante, ele vai ter vagas gratuitas, de
34 forma híbrida, presencial e *online*, para estudantes de graduação e pós-graduação, negros,
35 indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, trans e pessoas que não consigam pagar a
36 inscrição. Além disso, após o que aconteceu no Rio Grande do Sul, foi criada uma categoria
37 especial de inscrição *online* para estudantes de lá que foram atingidos pelas enchentes. Destaca
38 que esse evento é um exemplo muito grande de acessibilidade, que deveria ser um exemplo
39 para todos os eventos científicos, então saúda a todos que estão se empenhando na organização
40 desse simpósio, em especial os estudantes. Muitos desses estudantes foram representantes

1 discentes, fizeram parte de gestões da Associação de Pós-Graduação, e salienta que esses
2 espaços de representação política também são fundamentais para que consigam avançar na
3 construção da pesquisa e da ciência popular. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que as
4 compras e as licitações na Universidade estão paradas, e isso tem gerado um caos nas unidades.
5 Acha que todos se mobilizaram para atender à demanda da Reitoria e da DGA, enviando
6 funcionários, ainda que em meio expediente, mas parece que isso não está funcionando. Foi
7 tentar entender como os colegas da Unesp e da USP estão fazendo, e percebeu que a USP não
8 está muito melhor do que a Unicamp, mas a Unesp começou o processo muito depois e já fez
9 várias licitações. Inclusive, ontem, o pró-reitor de planejamento da Unesp falou no evento do
10 Tribunal de Contas sobre a aplicação da nova lei e disse que a Unesp está trabalhando com
11 parecer referencial em minutas padrão, e já fez mais de 800 compras. Eles estão trabalhando
12 com parecer referencial tanto para pregão quanto para dispensa de licitação. Então, pergunta
13 para a PG, que já fez um parecer para dispensa, se também poderia fazer o mesmo para licitação
14 e trabalhar com minuta padrão para edital, para contrato, porque o tempo de elaboração está
15 demorando demais. Todos os diretores receberam um mapa da governança elaborado pela
16 DGA, que deixou muito claro qual é o papel das unidades, da DGA e do jurídico no processo,
17 mas entende que a PG está sendo talvez excessivamente zelosa e analisando o mérito das
18 solicitações também. Isso tem acarretado uma demora maior no processo, acha que isso é
19 contraproducente, não atende à Universidade, não atende ao interesse público. Já interpelou a
20 DGA em outros momentos, mas queria ouvir da PG a razão dessa demora. Sobre a avaliação
21 institucional, diz que ela foi conduzida no IFCH pelo diretor associado, o professor Michel
22 Nicolau, a quem agradece. Há alguns aspectos positivos, como a criação do novo sistema, que
23 é de uma utilização mais fácil, mas também houve dificuldades de ordem prática, como, por
24 exemplo, a divisão das questões por áreas, mas em alguns casos, como a graduação e a pós-
25 graduação, não houve divisão por cursos ou programas. Isso para o IFCH dificultou muito a
26 inserção de dados, porque ele é uma unidade grande, com dez programas de pós-graduação e
27 quatro cursos de graduação que tiveram que ser inseridos de uma única vez pelos coordenadores
28 gerais. Outro problema é que alguns dados estavam errados, e isso dificultou a sua atualização.
29 Já falaram de alguns problemas em uma reunião feita com os responsáveis técnicos do Edat, e
30 fizeram algumas recomendações no parecer final do relatório de avaliação, recomendando a
31 diminuição do número de perguntas e também avaliando melhor o papel das questões
32 opinativas. E, por fim, vai falar sobre a progressão Paepe: assistiu à reunião da CIDF em que
33 os percentuais de pessoas contempladas e os valores por candidatos inscritos foram
34 apresentados, mas não pode deixar de registrar que houve muita insatisfação. É ruim saber o
35 montante de recursos depois de finalizado o processo de avaliação, e os recursos deveriam ser
36 suficientes para contemplar todos os considerados habilitados, de modo que se há um servidor
37 que seja considerado apto a progredir, que ele possa, de fato, progredir. No IFCH aprovaram a
38 moção que foi apresentada pelo Instituto de Computação com esse adendo, reforçando,
39 portanto, a importância de considerar essa questão. Não dá para mudar a regra do financiamento
40 que foi aprovado depois, em função do número de inscritos, porque as pessoas se inscreveram,

1 sobretudo no caso do IFCH, para a progressão que exige comprovação de maior complexidade,
2 portanto, mais recursos que foi a progressão vertical. O MAGNÍFICO REITOR diz que as
3 respostas aos questionamentos, inclusive por parte da PG e DGA, teriam que ser ouvidas à
4 tarde, para conseguirem terminar a reunião. O Conselheiro SANDRO DIAS agradece à Deepu
5 pelo projeto de revitalização dos equipamentos didáticos do Laboratório do Departamento de
6 Ciências da Natureza e Matemática do Cotil. Espera que novos projetos possam ser aprovados
7 no futuro. Agradece também à ProEC, na pessoa do professor Fernando Coelho e toda a sua
8 equipe, pelas ações de apoio tanto ao Cotil Arte, que já foi realizado, quanto da Fecitec, que
9 ainda será realizada no segundo semestre, que é a Feira de Ciência e Tecnologia do Cotil. No
10 colégio possuem o curso de Enfermagem e ocorreu, neste ano, seu 50º encontro, que foi
11 realizado no dia 18 de maio. Então é um curso que para eles é muito importante e deve ser
12 sempre prestigiado. Agradece também ao professor Ricardo pelo reconhecimento da
13 participação dos alunos do Cotil na OMU, que é uma Olimpíada tão importante e na qual o
14 Cotil tem tido excelentes resultados. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que
15 acabaram de protocolar a pauta específica, que é muito importante, e contém inclusive a questão
16 da utilização de todo o recurso que estava orçamentado, que são os R\$35 milhões, e foram
17 distribuídos R\$28,5 milhões para a progressão e promoção no processo de avaliação deste ano.
18 Está colocado na pauta específica, esperam que a própria PRDU distribua esses recursos e já
19 tenham essa questão resolvida. Além disso, há outros itens na pauta. O importante é colocar
20 que a arrecadação vai muito bem, cresceu agora em mais de 20%, comparado com o maio do
21 ano passado, e está com 14% no acumulado. Então acha que é cabível retomar as negociações
22 salariais no Fórum das Seis, propõe reunião técnica para o dia 13 e nova reunião de negociação
23 para o dia 14. Acha que é importante essa retomada até porque estão em uma luta agora, hoje
24 tem audiência pública da LDO na Alesp com emendas para ampliar o financiamento das
25 universidades. É importante esse diálogo tanto na questão da pauta específica como na retomada
26 das negociações do Fórum das Seis. Haviam solicitado a reunião de negociação para depois do
27 fechamento de maio, só que os reitores não quiseram porque disseram que abril foi um caso
28 pontual, não daria para falar que é tendência. Agora já tem dois meses, um com 16% de
29 crescimento e o outro com 22% de crescimento no mês a mês comparado. É importante a
30 retomada da negociação e o cumprimento da resolução que foi aprovada aqui de que o Reitor
31 possa voltar à mesa de negociação. Além disso, na pauta específica, há a questão dos PCDs,
32 que foi tratada no grupo de trabalho. Há as cotas raciais para os concursos públicos, auxílio-
33 saúde, que é uma reivindicação do STU e da Adunicamp, que foi protocolada já o ano passado.
34 Também a bancada de funcionários aqui no Consu fez uma proposta, que inclusive não chegou
35 a ser votada, mas está colocada, então é importante essa discussão da pauta específica, que foi
36 protocolada hoje, e a continuidade das negociações no Cruesp. A Conselheira ROBERTA
37 CUNHA MATHEUS RODRIGUES agradece a realização da Semana de Enfermagem, já
38 registrada pelo conselheiro Adilton. Reforça o agradecimento e a parceria com o Hospital de
39 Clínicas, com a Divisão de Enfermagem, e com todos os outros demais serviços de saúde, que
40 participaram efetivamente da realização da Semana. A Semana reuniu lideranças da

1 Enfermagem, da Saúde, foi um evento importante para a área, e destaca também a participação
2 dos alunos tanto do Cotil como do Cotuca, agregando os diferentes profissionais da área.
3 Registra em especial o agradecimento à professora Kátia, que articulou a realização da Semana
4 de Enfermagem. A Conselheira DEBORA CRISTINA JEFFREY informa que foi, na semana
5 passada, celebrado um convênio com o Ministério Público do Trabalho e a Unicamp
6 extremamente importante para o desenvolvimento de um aplicativo de denúncias de assédio
7 moral. Isso está sob a coordenação do professor José Montes Heloane, a professora Maria Luiza
8 esteve lá com eles, também a professora Silvia Santiago, e acha que é um instrumento bastante
9 importante. Estão aqui discutindo direitos, e ao mesmo tempo a efetivação deles, e esse
10 processo de desenvolvimento do aplicativo será bastante importante, não só para comunidades
11 da Unicamp, mas para a sociedade como um todo. O MAGNÍFICO REITOR estende os votos
12 de pesar aos familiares e amigos do professor Alexander, que foi comunicado pelo professor
13 Flávio. Informa que a Mesa falará na Cepe e na CAD. Nada mais havendo a tratar, declara
14 encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a
15 presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação
16 do Conselho Universitário. Campinas, 11 de junho de 2024.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 187ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 6 de agosto de 2024, sem alterações.